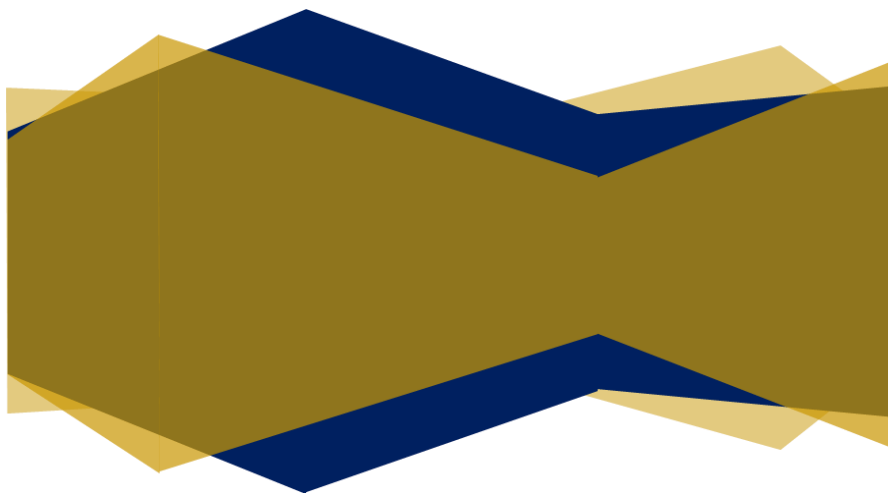


Faculdade Metropolitana da Amazônia

Projeto Pedagógico de Curso

Curso de Bacharelado em Serviço Social



2017

PROCESSO

Mantenedora

Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia – EUROAM.

Mantida

Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ.

Endereço de Funcionamento do Curso

Avenida Visconde de Souza Franco, nº72 – Bairro Reduto, Município Belém, Estado PA,
CEP 66053-000.

Último Ato normativo do Curso de Graduação

Bacharelado em Serviço Social - Portaria Sese nº49, de 29/05/2012, D.O.U de 01/06/2012 (autorização)

SUMÁRIO

O CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

1	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	6
1.1	CONTEXTO EDUCACIONAL	6
1.2	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	7
1.2.1	Políticas Institucionais de Ensino	7
1.2.1.1	<i>Ensino de Graduação</i>	9
1.2.1.2	<i>Ensino de Pós-Graduação</i>	11
1.2.2	Políticas Institucionais de Pesquisa/Iniciação Científica	12
1.2.3	Políticas Institucionais de Extensão	14
1.2.4	Monitoria	15
1.2.5	Parcerias institucionais	16
1.3	OBJETIVOS DO CURSO	16
1.4	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	17
1.5	ESTRUTURA CURRICULAR	17
1.6	CONTEÚDOS CURRICULARES	20
1.7	METODOLOGIA	23
1.8	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	25
1.9	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	27
1.10	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	28
1.11	APOIO AO DISCENTE	29
1.11.1	Formas de Acesso	31
1.12	AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	33
1.13	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	34
1.14	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM	36
1.15	NÚMERO DE VAGAS	40
1.16	INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE E O SUS – RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE	40
1.17	INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE/SUS - RELAÇÃO ALUNOS/AS USUÁRIO/AS	41
1.18	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE	41
2	CORPO DOCENTE E TUTORIAL	43
2.1	ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	43
2.2	ATUAÇÃO DO (A) COORDENADOR (A)	44
2.3	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, DE MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA DO (A) COORDENADOR (A)	47
2.4	REGIME DE TRABALHO CARGA HORÁRIA DE COORDENAÇÃO DO CURSO DO(A) COORDENADOR(A)	48
2.5	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	48
2.6	TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO – PERCENTUAL DE DOUTORES	50
2.7	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE	50
2.8	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE	51
2.9	EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE	51
2.10	FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE	51
2.11	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	53
3	INFRAESTRUTURA	53
3.1	GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL	54
3.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	54
3.3	SALA DOS PROFESSORES	55
3.4	SALA DE AULA	55
3.5	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	56
3.6	BIBLIOGRAFIA BÁSICA	58
3.7	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	58

3.8	PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS	60
3.9	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	61
4.	REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	63
4.1	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL	63
4.2	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	63
4.3	DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	64
4.4	PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	64
4.5	CARGA HORÁRIA MÍNIMA EM HORAS	66
4.6	TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO	67
4.7	CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA	67
4.8	DISCIPLINA DE LIBRAS	69
4.9	INFORMAÇÕES ACADÊMICAS	69
4.10	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	69
5	CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL	71
5.1	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA	71
5.2	CONTEXTO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ	72
5.3	A FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA - FAMAZ	77
5.3.1	Missão	77
5.3.2	Visão Estratégica	77
5.3.3	Princípios Institucionais	78
5.4	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FAMAZ	79
5.5	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	80
5.6	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO	80
5.7	AValiação INSTITUCIONAL	81
5.8	PLANO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	83
5.9	REGISTROS ACADÊMICOS	84
6	CONTEXTO REGIONAL	85
6.1	ESTADO DO PARÁ	85
6.2	CONTEXTO REGIONAL PARA O CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL	88
6.2.1	AS “EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL” NO PARÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	90
6.2.2	Contexto Educacional do Estado do Pará	94
7	INSTALAÇÕES GERAIS	101
7.1	INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	101
7.2	AUDITÓRIO	101
7.3	INFRAESTRUTURA PARA CPA	101
7.4	BIBLIOTECA	102
7.4.1	Espaço Físico	102
7.4.2	Instalações do Acervo	103
7.4.3	Instalações para Estudo	104
7.4.4	Acervo	104
7.4.5	Serviços e Informatização	104
7.4.6	Base de Dados	106
7.4.7	Plano de Atualização do Acervo	108
7.5	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	109
7.6	ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO	110
7.7	INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA	110
	APÊNDICES	111
Apêndice A	EMENTAS E BIBLIOGRAFIA	111
Apêndice B	REGULAMENTO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL	132
Apêndice C	REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL	140
Apêndice D	REGULAMENTO ESPECÍFICO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	146

O CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social – Bacharelado Presencial, se constitui no resultado do diálogo coletivo da Coordenação de Curso, do Núcleo Docente Estruturante (NDE), além de docentes do curso, tem como objetivo geral garantir formação de acordo com os parâmetros normativos da profissão em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para uma formação profissional crítica, competente e qualificada na intervenção das expressões da questão social no contexto amazônico e do Brasil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Bacharelado em Serviço Social definidas pela Resolução CNE/CES nº15, de 13 de março de 2002, nos seus princípios define as *diretrizes curriculares* da formação profissional, que implicam **capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa** para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

O projeto em questão visou atender ao que nele se preconiza como fundamentos da educação contemporânea, baseada em competências e habilidades, teoria e prática, como um processo de formação de pessoas capacitadas para analisar e articular conceitos e argumentos, para interpretar e compreender as expressões da questão social e seus fenômenos, aliado a uma postura reflexiva e visão crítica que fomenta o trabalho em equipe, através de uma aprendizagem dinâmica capaz de formar sujeitos autônomos e cidadãos, comprometidos com o desenvolvimento sócio regional, que vão além da mera reprodução de conhecimentos e práticas, capazes de atuar local e globalmente, comprometidos com o projeto ético político da profissão, prezando sempre pela garantia dos direitos humanos e comprometido com a classe trabalhadora.

Assim, sistematicamente, a partir de setembro 2011, quando fora constituída a Comissão Elaboradora do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social – Bacharelado Presencial, os docentes e membros do Núcleo Docente Estruturante, com maturidade e vivência

acadêmicas e, sobretudo, frente às novas demandas de uma sociedade em constante transformação, estiveram debruçados para discutirem e definirem acerca do desenho e identidade do curso, orientados pelas normativas legais que norteiam os cursos de graduação, a área em questão e pelo que tange à carga horária mínima, perfil profissional de conclusão, infraestrutura mínima requerida, período de integralização e carga horária destinada às atividades complementares.

Aspectos como a atualização das ementas das disciplinas e a análise pormenorizada de acordo com os Núcleos de Fundamentação presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como, observar que o conjunto de conhecimentos é indissociável para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional, que representam a materialização de um perfil calcado em habilidades e competências, a partir de experiências acadêmicas, sociais e pedagógicas.

O contexto de atualização do projeto foi rico e dinâmico, propiciando aos participantes experiências inovadoras quando comparadas aos sistemas e métodos tradicionais de revisão de PPCs visto que os envolvidos puderam desenvolver, na prática, conceitos estudados nas formações docentes proporcionadas pelo Núcleo de Apoio ao Docente e Discente (NADD) sobre os temas como: Construção de um percurso avaliativo de competências; Competências e Habilidades no contexto educacional; Avaliação da Aprendizagem e outros.

Aliadas ao processo de melhoria do Projeto Pedagógico ao longo do Curso de Graduação em Serviço Social – Bacharelado Presencial, as reflexões consideraram também as especificidades da área de atuação do curso, o contexto regional e, sobretudo, a consonância com documentos norteadores institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI) e o Regimento da FAMAZ.

O processo de atualização coletiva deste PPC repousou em três dimensões: a dimensão conceitual, que forneceu os fundamentos e os conceitos-chave que configuram o paradigma orientador que subsidiam o PPC; a dimensão normativa que proveu os referenciais que fundamentam o PPC e a dimensão estrutural que proporcionou os elementos constitutivos do PPC.

Desta forma, o PPC que ora se apresenta, fruto da reflexão e comprometimento docente, possui estrutura curricular consistente e eficaz para com as demandas acadêmicas e sociais e demandará esforços, planejamento, dedicação e monitoramento constante para sua sustentabilidade e plena consolidação.

Certamente a equipe desenvolvedora deste PPC acredita que este documento não se encerra no conteúdo destas páginas e que, muito além de um documento, é a indicação clara do caminho a ser trilhado pelo coletivo do curso, o que, necessitará, ao longo de sua manutenção, uma constante reavaliação e reestruturação visando o atendimento pleno das demandas de formação do Bacharel em Serviço Social.

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

Estudos demonstram que a educação tem um enorme efeito sobre a formação de mão-de-obra, em particular este cenário representa um grande desafio para o Brasil, essencialmente para Região Norte marcada pela baixa escolaridade da força de trabalho e o reduzido número de trabalhadores com acesso à educação superior, o que representa uma grande desvantagem competitiva para um país ou uma região.

A educação alavancou a melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Região Metropolitana de Belém, entre 2000 e 2010, segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). Em 2000, a RM de Belém teve o índice de 0,621, situado na faixa de Médio Desenvolvimento Humano, em 2010, a RM apresentou 0,729, passando para a faixa de Alto Desenvolvimento Humano.

Nos últimos anos mesmo com aumento do número de Instituições de Ensino Superior no Estado do Pará, e da oferta do Curso de Bacharelado em Serviço Social na Região Metropolitana de Belém, segundo o cadastro do E-MEC, consultado em setembro de 2015, existem no Estado do Pará 11 Instituições de Ensino Superior que possuem o Curso de Bacharelado em Serviço Social presencial, são 08 IES, sendo 01 pública e 07 privadas localizadas em Belém e Região Metropolitana, 03 no restante do Estado sendo 02 na Região Oeste do Pará e 01 na Região Sudeste.

Apesar do número de instituições de ensino superior que disponibilizam o curso, os números demonstram que ainda há uma demanda a ser suprida, especialmente porque quanto maior são os problemas sociais, econômicos, ambientais, éticos e políticos, maior é a necessidade de profissionais da área de Serviço Social.

Diante do cenário apresentado a necessidade social deste Curso de Bacharelado em Serviço Social – de abrangência regional – é imperativa, fundamental ao necessário avanço da sociedade a ampliação do acesso à educação, pois como demonstrado há um déficit educacional na região, portanto, a partir de setembro 2011, foi constituída a Comissão Elaboradora do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social – Bacharelado Presencial que resultou na autorização do curso por meio da Portaria Sesu nº49, de 29/05/2012, D.O. U de 01/06/2012, com intuito de oferecer uma formação geral sólida pautada em habilidades e competências.

O curso é organizado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Bacharelado em Serviço Social por Núcleos de Fundamentação, efetivando o diálogo permanente entre as atividades e disciplinas que compõe os núcleos, imbuído do compromisso de formar discentes aptos e comprometido com o Projeto Ético Político e calcado nos princípios fundamentais da profissão presentes no Código de Ética do Assistente Social, futuros profissionais detentores de conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-

político competentes a intervir na realidade do Brasil e da Amazônia, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades do Estado e da Região, que possam, eficazmente, contribuir no processo de mudanças na sociedade e, conseqüentemente na qualidade de vida da população.

1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.2.1 Políticas Institucionais de Ensino

Dentro do espírito de articulação dos documentos norteadores da FAMAZ, a política institucional desta Faculdade encontra-se de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), tendo no aluno o centro do processo da relação institucional ensino/aprendizagem.

Nesse sentido, a Política Institucional de Ensino prioriza a sólida formação profissional e de cidadania e um ensino teórico-prático que amplia as fronteiras do saber e contribui para um aprendizado alicerçado na tríade: *ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão*. Mas também, consentaneamente com a Resolução CNE/CES nº15, de 13 de março de 2002 referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social.

Dessa forma, o Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ contempla conteúdos e atividades com os seguintes princípios e diretrizes pedagógicas que alicerçam este projeto pedagógico de curso:

- I. Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa, estimular práticas de estudo independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno.
- II. Formação como resultada da articulação entre conteúdos, competências e habilidades adquiridas e/ou desenvolvidos durante o curso.
- III. Proposta pedagógica está centrada no/a discente como sujeito da aprendizagem e apoiada no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem.
- IV. Utilização de metodologias que privilegiem a participação ativa do/a discente na construção de conhecimentos e a integração entre os conteúdos, além de garantir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
- V. Promoção da integração entre teoria e prática e da interdisciplinaridade em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular, buscando integrar as dimensões dos eixos de Formação Fundamental, Formação Profissional e Formação Prática.
- VI. Inclusão das dimensões éticas e políticas, desenvolvendo no/a discente atitudes e valores orientados para a cidadania e solidariedade.
- VII. Capacitar os/as discentes para as demandas da realidade onde a Instituição está inserida, incentivando a atuação do aluno junto à comunidade regional, como forma de, não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do Serviço Social como instrumento de transformação social.

No intuito de promover a formação, cada vez mais, comprometida com o Projeto Ético Político da profissão, fomentando nos/as discentes a ampla visão de direitos humanos, a partir do trabalho pautado em competências e habilidades, organizado em Núcleos de Fundamentação conforme consta nas Diretrizes Curriculares do Curso de Bacharelado em Serviço Social: Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleos de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional, garantindo o permanente diálogo entre os mesmos.

Com isso se verifica que as políticas de ensino estão voltadas para os eixos que se preocupam com a disponibilização dos mais modernos instrumentos de ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, bem como, de instrumentos virtuais de aproximação professor(a)/aluno(a), por meio do qual são disponibilizados Planos de Ensino, material de apoio a(o) aluna(o), exercícios, atividades extraclasse, dentre outros.

Além disso, prioriza para uma formação teórica que esteja aliada às práticas e à combinação de enfoques dos temas gerais e específicos definidos nos Núcleos de Fundamentação, que preconiza uma lógica inovadora superando as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admitindo tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Desta feita, agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. (DCN 2002)

Neste prisma, a ação didático-pedagógica é voltada à formação de um profissional crítico capaz de formular e de resolver problemas, de questionar e reconstruir realidades em âmbito interno, regional ou nacional, sobretudo, pela formação crítica que se pretende esboçar na construção plena dos cursos da IES.

As políticas, em destaque, são traduzidas por diversas ações e atividades, dentre os quais:

- *Reforço ao Aprendizado*, com vistas a ampliar a autonomia intelectual do aluno por intermédio da iniciação científica e trabalho de núcleos temáticos multidisciplinares;
- *Estímulo às Ações Interdisciplinares*, articulando planos de ensino, incentivando avaliações instrumentalizadas por pesquisa e atividades de extensão;
- *Apoio ao Docente*, realizando cursos de capacitação, que contemplem uso de novas tecnologias de ensino, que representem, ao docente, maior responsabilidade pelo aprendizado e não somente pelo ensino;
- *Apoio ao Discente*, com a finalidade de acompanhar o processo de aprendizagem em todas as disciplinas e atividades curriculares;
- *Ampliação dos Espaços para as Práticas*, com vistas a diversificar os ambientes apropriados

para desenvolvimento de atividades práticas, em condições similares de trabalho profissional;

- *Programa de Acompanhamento de Egressos*, com o objetivo de manter o apoio institucional ao ensino continuado e à empregabilidade;
- *Programa de Iniciação Científica (PROIC)*, com o objetivo de inserir o aluno na pesquisa científica, oportunizando-lhe maior conhecimento dos temas tratados em nível regional e nacional;
- *Programa de Monitoria de ensino (PROME)*, que, a cada semestre e ano, publicam editais e selecionam alunos para atuar em monitoria de ensino concedendo-lhes bolsa para que estes atuem como monitores, trabalhando com o (a) professor (a) na condução da disciplina.
- *Programa de Extensão (PROEX)*, com o objetivo de flexibilizar a matriz curricular, estimulando o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, bem como prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, na promoção à extensão aberta à participação da população, com o intuito à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

1.2.1.1 Ensino de Graduação

As atividades de ensino de graduação são consideradas atividades indissociáveis da pesquisa/iniciação científica e da extensão e objetivam a integração da vida acadêmica com a realidade social, de forma participativa e mútua.

Ciente de suas responsabilidades sociais, a FAMAZ tem se orientado no oferecimento de cursos de graduação que compreendem um conjunto de atividades pedagógicas sistematizadas com o objetivo de formar profissionais, conforme perfil definido pelas diretrizes curriculares nacionais e pelos contextos social, econômico e de trabalho.

A organização curricular e didática, conforme legislação específica potencializam a formação e o aperfeiçoamento contínuo do(a) aluno(a) como pessoa, profissional e cidadão, em harmonia com a missão da FAMAZ, com os objetivos e a função social dos cursos.

O Curso de Bacharelado em Serviço Social, particularmente, possibilita a formação profissional do (a) aluno (a), com habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-político, comprometidos com os valores e princípios norteadores da profissão, com habilidades e competências necessárias ao exercício profissional para atuar junto às demandas do serviço social; atendendo, dentre outras, as seguintes competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social:

- I. Ser propositivo ante aos desafios próprios da sua pauta interventiva;
- II. Usar de instrumentais analíticos e investigativos, ultrapassando a estrita dimensão técnico-operativa;

- III. Planejar ações instituintes condizentes com a perspectiva da sustentabilidade regional amazônica.
- IV. Propor políticas de intervenção nas questões foco de políticas
- V. Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- VI. Realizar estudos que subsidiem a análise da realidade social, as ações profissionais, bem como a formulação de políticas sociais;
- VII. Prestar assessoria e consultoria a órgãos assistenciais públicos e privados;
- VIII. Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- IX. Realizar perícias, construir laudos e emitir parecer sobre matéria de Serviço Social;
- X. Exercer funções de direção, em organizações públicas e privadas, na área de Serviço Social;
- XI. Exercer a função de supervisor de campo para estagiários de serviço social.

O profissional de Serviço Social atua em diferentes áreas de políticas públicas executadas pela esfera estatal, assim como na iniciativa privada e em ações assistenciais - educacionais desenvolvidas pelo chamado terceiro setor. O assistente social realiza um conjunto de ações técnicas com os segmentos contemplados pelas diferentes políticas, planejando programas e projetos e sendo executor destes na sua especificidade técnica.

Assim, as reformas curriculares de cursos da Instituição e a criação de novos cursos procuram sempre atender a pressupostos e princípios orientadores contidos no Projeto Pedagógico Institucional, na legislação educacional e profissional vigentes, e, no caso do Curso de Bacharelado em Serviço Social a Resolução CNE/CES nº15, de 13 de março de 2002 referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social.

Citam-se, também, os princípios do compromisso da Instituição com os interesses coletivos, com a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, o entendimento do processo de ensino/aprendizagem como multidirecional e interativo, o respeito às individualidades inerentes a cada discente e a importância da figura do/a docente como basilar na aplicação das novas tecnologias.

O Projeto Pedagógico Institucional valoriza a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como meios de melhorar a formação geral e profissional, de incentivar a formação de pesquisadores e de oferecer condições para uma *educação permanente* capaz de superar dicotomias entre ensino e pesquisa.

1.2.1.2 Ensino de Pós-Graduação

Os cursos de pós-graduação devem ter como objetivo geral uma qualificação profissional de alto nível em áreas específicas do conhecimento, proporcionando ao aluno/a ferramentas para que ele possa gerar conhecimento por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa

ou para que ele tenha condições de exercer, de forma mais qualificada, uma determinada atividade profissional.

No entanto, como objetivos mais específicos, o profissional egresso dos programas de pós-graduação deve ser capaz de utilizar critérios científicos para a análise e a solução de problemas, de trabalhar para a geração de conhecimento em sua área de atuação e ter habilidade para a formação de novos recursos humanos.

As atividades de pós-graduação são desenvolvidas em um segundo eixo dentro do qual a IES deverá afirmar-se em qualidade de ensino e compromisso científico, observados os seguintes balizamentos:

- I. Consolidação da pós-graduação *Lato sensu*, como instrumento de formação e de qualificação de recursos humanos para a constituição de quadros especializados, seja para a docência, seja para a gestão de empreendimentos econômicos, científicos e culturais;
- II. Incremento progressivo da pós-graduação *Stricto sensu*, como instrumento de viabilização de atividades de pesquisa mediante a abertura gradual de novos cursos de mestrado alinhados às vocações da FAMAZ;
- III. Articulação entre a expansão das atividades de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação e a implantação de programas de iniciação científica e de monitoria para os/as alunos/as dos cursos de graduação;
- VI. Criação e manutenção de núcleos interdisciplinares de estudos e pesquisas, com infraestrutura própria de pesquisadores e de aparelhamento técnico-científico correspondente.

A integração entre a Graduação e a Pós-Graduação objetiva capacitar, metodologicamente, os/as alunos/as para o processo de iniciação científica e para o exercício profissional. Neste sentido, a Pós-Graduação articula-se com a Graduação por meio de estreita vinculação e interlocução com as coordenações didático-pedagógicas.

A Política para a Pós-Graduação deve obedecer, dentre outras, as seguintes diretrizes:

- I. Desenvolvimento do conhecimento científico, com profundo relacionamento com o exercício profissional;
- II. Busca da excelência e aproximação da FAMAZ com a comunidade, na oferta de cursos de especialização ou aperfeiçoamento, nos projetos e estudos que identifiquem necessidades regionais, sempre respeitando os princípios da ciência e dos avanços tecnológicos;
- III. Valorização da formação acadêmica dos/das docentes, entendendo-os como agentes na consolidação da pesquisa, enquanto fator de qualidade e diferencial das instituições de educação superior.

Neste sentido, a FAMAZ tem como compromisso institucional oferecer Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* nas áreas de Educação Superior, visando a contribuir com as interfaces das políticas institucionais de *ensino e pesquisa*, assim como na formação continuada dos egressos, bem como, possibilitar a integração desses dois níveis educacionais – Graduação e Pós-graduação.

Seguindo o protocolo de trabalho da graduação, o Colegiado do Curso de Graduação Bacharelado em Serviço Social aprovará as propostas dos cursos de especialização a serem implantados pela FAMAZ e os docentes do NDE de Serviço Social elaborarão os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Especialização com a colaboração de especialistas. A previsão é iniciar os Cursos de Especialização após a colação de grau da primeira turma do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

1.2.2 Políticas Institucionais de Pesquisa/Iniciação Científica

A política institucional que orienta a pesquisa/iniciação científica na FAMAZ, aplicada no Curso de Bacharelado em Serviço Social e nos demais cursos da IES, encontra-se em consonância com o preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Neste sentido, as políticas para o desenvolvimento da pesquisa e da iniciação científica têm como elo a associação do ensino e da extensão com o objetivo maior de ampliar e renovar o aprofundamento dos conhecimentos ministrados nos cursos.

A pesquisa/ iniciação científica e a produção científica na FAMAZ no Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ buscam a ampliação da produção do saber e a veiculação dos conhecimentos a serviço da comunidade, como forma de assegurar a análise, a compreensão e a intervenção na realidade, voltadas para uma formação profissional conectada com as expressões da questão social que emergem da relação capital trabalho e as demandas do progresso científico e tecnológico. Essas atividades estão comprometidas com a melhoria qualitativa do ensino implantado nas diferentes áreas do saber.

A política de pesquisa/ iniciação científica implantada no Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ se assenta na percepção de que a investigação científica não é somente instrumento de fortalecimento do ensino, mas também, e, sobretudo, é um meio de renovação do conhecimento e transformação da realidade.

A FAMAZ reconhece no desenvolvimento da pesquisa/iniciação científica um valioso instrumental pedagógico. A participação em projetos de pesquisa/ iniciação científica tem importante papel na formação do/a aluno/a, no despertar e aprimorar de qualidades que se refletem no preparo de um/a profissional flexível e com suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para entrever nas expressões da questão social.

A realização das atividades de pesquisa/iniciação científica no Curso de

Bacharelado em Serviço Social é incentivada por meio de diversos mecanismos institucionais.

A FAMAZ oferece subsídios para viabilizar a execução dos projetos de pesquisa/iniciação científica apresentados pelos/as docentes, favorecendo desde a disponibilização de infraestrutura para a realização da pesquisa até o seu apoio financeiro.

Para o corpo discente, a FAMAZ oferece bolsas de pesquisa/iniciação científica. Considerando que a oferta de bolsas não alcança a todos os/as alunos/as inscritos, a FAMAZ incita a participação voluntária, consubstanciada em mecanismos de divulgação dos trabalhos realizados: publicação e apresentação em eventos científicos.

A pesquisa e a iniciação científica são desenvolvidas no âmbito do Curso de Bacharelado em Serviço Social, ao qual estão vinculados os/as docentes, ficando sob a coordenação imediata do responsável pela execução e sob a supervisão do gestor do órgão responsável pelo acompanhamento das ações.

Os objetivos iniciais das linhas de pesquisa do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ foram definidos com base no alcance de competências e habilidades gerais propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais com temas sociais que correspondem à realidade, objeto de intervenção social são bases na direção das linhas de pesquisa e respectivos eixos temáticos:

I- Política Social, Estado e Sociedade Civil;

II- Trabalho e Serviço Social;

III- Relações Sociais, Identidade e Cultura;

IV- Questão Social e Expressões da Questão Social;

V- Formação Profissional e Serviço Social.

Com a definição dessas linhas de pesquisa, objetiva-se despertar no/a acadêmico/a o interesse para a prática investigativa, fomentando a formação de novos/as pesquisadores/as e, com isso, a proposição de ações transformadoras da realidade social, para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

1.2.3 Políticas Institucionais de Extensão

A FAMAZ reconhece que a articulação entre a Instituição e a sociedade por meio da extensão é um processo que permite a transferência para a sociedade dos conhecimentos

desenvolvidos com as atividades de ensino e pesquisa. Por outro lado, a captação das demandas e necessidades da sociedade permite orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos. Esse processo estabelece relação dinâmica entre a Instituição e seu contexto social.

Os serviços de extensão desenvolvidos pelos cursos de graduação ofertados pela FAMAZ devem atender às seguintes características:

- I. Atendimento à comunidade, diretamente ou em parceria com instituições públicas e particulares, levando em consideração as características locais e regionais, especialmente, Belém e sua Região Metropolitana;
- II. Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- III. Estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional e da integração latino-americana;
- IV. Promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- V. Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- VI. Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- VII. Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica;
- VIII. Cursos abertos as comunidade social e acadêmica;
- IX. Articulação e integração com os projetos de pesquisa e os cursos e programas de graduação e pós-graduação;
- X. Envolvimento dos/as alunos/as em atividade de intervenção, na sua área de estudos, sob a supervisão ou coordenação docente.

No Curso de Bacharelado em Serviço Social, a prática da *Extensão* segue as diretrizes descritas no PDI e consiste em atividade desenvolvida e articulada em cinco eixos, distintos e complementares, com os quais formalizam a conjunção entre o ensino e a pesquisa/ iniciação científica:

- I. **Primeiro eixo:** compreende os eventos culturais, técnicos e científicos, com destaque para os grandes seminários anualmente realizados, com a presença de cientistas, juristas, políticos, escritores e professores/as, nacionais e internacionais. Incluem-se aqui também os eventos da FAMAZ que visam ao aperfeiçoamento do corpo docente, discente e técnico-administrativo, voltados também para a comunidade em geral, como os ciclos de debates, conferências, palestras, concertos, encontros, exposições, fóruns, oficinas e simpósios, dentre outros;
- II. **Segundo eixo:** formado pelos cursos de extensão, de caráter teórico ou prático, de curta, média ou longa duração, nas categorias de iniciação, de atualização, de qualificação/capacitação e de aperfeiçoamento/aprofundamento. Com a oferta destes cursos, pretende-se suprir as necessidades da demanda acadêmica interna (docente, discente e técnico- administrativo) e também da comunidade externa, notadamente a formada pelos egressos da FAMAZ e demais profissionais do mercado;
- III. **Terceiro eixo:** compreende os projetos de atendimento à comunidade, como aqueles

desenvolvidos pelos cursos de graduação.

IV. **Quarto eixo:** envolve os serviços de assessoria e consultoria, possíveis de serem identificados através da referência laboratorial dos cursos, dentro de uma visão multidisciplinar, da qual são englobados as empresas juniores, os laboratórios de informática, o Biotério, dentre outros.

V. **Quinto eixo:** compreende as publicações de interesse acadêmico e cultural, além dos projetos de revistas eletrônicas e outras publicações específicas de cada área.

1.2.4 Monitoria

A monitoria de ensino e pesquisa no Curso de Bacharelado em Serviço Social tem como objetivo propiciar formação acadêmica mais ampla e aprofundada ao aluno/a, incentivar o interesse pela dedicação à docência e à pesquisa bem como ampliar a participação destes/as nas atividades da Faculdade Metropolitana da Amazônia.

Existem duas modalidades de monitoria trabalhadas no âmbito do curso de graduação em questão: Monitoria não-remunerada (Voluntária) e Monitoria remunerada por bolsa, na qual cabe frisar que esta não gera qualquer tipo de vínculo empregatício entre o aluno e a FAMAZ, devendo o/a aluno/a assinar um Termo de Compromisso.

A seleção dos monitores é regida por Edital e acompanhada pelo/a coordenador/a do curso e pelo setor responsável pela monitoria, pelo coordenador/a do curso e pelo/a professor/a da disciplina após ser aprovado em todos os critérios utilizados na seleção, com base nos Planos de Atividades e na Lista de Oferta do semestre letivo.

O monitor/a selecionado participa, juntamente com o/a professor/a, de tarefas condizentes com o seu grau de conhecimento e experiência: no planejamento das atividades, na preparação de aulas, no processo de avaliação e orientação dos/as alunos/as, na realização de trabalhos práticos e experimentais. As atividades do/da monitor/a obedecem à programação elaborada pelo professor/a responsável sempre sob sua supervisão e são submetidas à aprovação do/a professor/a responsável pelas atividades de monitoria e pela Coordenação do Curso.

O horário de exercício das atividades de monitoria não se sobrepõe e/ou interfere nos horários das disciplinas nas quais o/a aluno/a está matriculado/a ou em outras atividades necessárias à sua formação acadêmica, bem como, a jornada não ultrapassa 60 horas mensais.

A frequência mensal do/a monitor/a é encaminhada pelo/a aluno/a ao setor responsável pela monitoria, sob anuência do/a professor/a responsável da disciplina sendo registrado em seu formulário apropriado, segundo calendário relativo ao período, sendo em seguida encaminhada à coordenação do Curso.

Ao final do semestre letivo, tanto monitor/a quanto professor/a, entregam ao setor responsável pelas atividades da monitoria um relatório expondo os pontos positivos e negativos

da monitoria, contendo o preenchimento do Relatório de Atividades de Monitoria que é encaminhado à coordenação do curso.

1.2.5 Parcerias institucionais

A FAMAZ mantém parcerias com entidades e instituições públicas, privadas, nacionais e internacionais, buscando o pleno desenvolvimento das atividades práticas e do estágio curricular supervisionado, a operacionalização de programas e projetos voltados à produção do conhecimento científico e tecnológico e associações de classe, vislumbrando a cooperação científica, técnica, tecnológica, pedagógica e a ampliação e a diversidade dos cenários de aprendizagem para os/as alunos/as do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

1.2 OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ tem como objetivo garantir formação de acordo com os parâmetros normativos da profissão em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para uma formação profissional crítica, competente e qualificada na intervenção das expressões da questão social no contexto amazônico e do Brasil.

Na operacionalização desses objetivos gerais, temos os seguintes *objetivos específicos*:

- I. Proporcionar o ensino em Serviço Social com base nos fundamentos teórico-metodológicos e éticos-políticos da vida social, sócio-histórico da profissão e o trabalho profissional, possibilitando formação acadêmica numa perspectiva crítica para uma intervenção qualificada no Brasil na Amazônia.
- II. Desenvolver habilidades e competências à efetivação de iniciação científica, para formação profissional que possibilite a compreensão e análise crítica da gênese, estrutura, dinâmica e desenvolvimento das expressões da questão social na contemporaneidade.
- III. Efetivar atividades complementares que integrem projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, visitas técnicas, disciplinas optativas e outras que possibilitem a práxis profissional do assistente social com base no tripé ensino, pesquisa e extensão.
- IV. Garantir estágio curricular supervisionado no curso de Bacharelado em Serviço Social, para inserção do o/a discente no espaço sócio-institucional contribuindo para a formação do exercício e do trabalho profissional.

1.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A sociedade brasileira torna-se cada vez mais complexa em decorrência de diversos fatores, podendo-se destacar, dentre outros, a revolução tecnológica e sua interferência no processo das relações humanas e na qualidade de vida da população. Também a complexidade sócio-econômica tem exigido novos graus de especialização funcional e técnica dos profissionais bacharéis em Serviço Social necessários para atender a demanda pelo exercício profissional nas suas diferentes áreas de trabalho. Portanto, é preciso formar bacharéis com sólida base acerca dos fatores e princípios do Serviço Social.

Neste sentido, o Curso de Bacharelado em Serviço Social apresenta como perfil do formando/a egresso/profissional uma formação generalista, humanista, ética, crítica e reflexiva, com base no rigor científico e intelectual. Capacitado/a ao exercício de atividades referentes às análises da questão social, pautado em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ tem o seguinte perfil do egresso/a: profissionais com habilidades teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-político, comprometidos com os valores e princípios norteadores da profissão, com habilidades e competências necessárias ao exercício profissional para atuar junto às demandas do serviço social.

Em conformidade com as competências do/da Assistente Social previstas na Lei de Regulamentação da Profissão (Art.4º da Lei 8862 de 1993), consideram-se como essenciais, para o egresso do Serviço Social.

O profissional de Serviço Social atua em diferentes áreas de políticas públicas executadas pela esfera estatal, assim como na iniciativa privada e em ações assistenciais - educacionais desenvolvidas pelo chamado terceiro setor. O assistente social realiza um conjunto de ações técnicas com os segmentos contemplados pelas diferentes políticas, planejando programas e projetos e sendo executor destes na sua especificidade técnica.

1.5 ESTRUTURA CURRICULAR

O currículo do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ foi estruturado para atender à Resolução CNE/CES nº. 0492/2001, o Parecer CNE/CES nº. 1.363/2001 e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social.

O Curso está organizado em regime seriado semestral, com a integralização das 3.000 (três mil) horas em, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 12 (doze) semestres letivos, assim, distribuídas: a) 440 (quatrocentos) horas destinadas a Estágio Supervisionado, por meio das

disciplinas Estágio Supervisionado I, II e III; b) 100 (cem) horas destinadas a Atividades complementares; c) 100 (cem) horas destinados à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, por meio das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e II, e d) 2.360 (dois mil, trezentos e sessenta) horas destinadas aos conteúdos disciplinares.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana estão incluídas como conteúdos disciplinares e nas atividades complementares em consonância com a Resolução CNE/CP Nº 01, de 17/6/2004.

Conforme previsto no Decreto nº. 5.626, publicado no D.O. U de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436/2002, acerca da *Língua Brasileira de Sinais - Libras* e o art. 18 da Lei nº. 10.098/2000, a Disciplina *Libras* está inserida na estrutura curricular do curso como disciplina optativa, com carga horária de 60 horas, sendo oferecida ° 5º período do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ.

O Curso de Serviço Social Bacharelado contempla, ainda, as Políticas de Educação Ambiental, conforme a determinação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e do Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente.

Nesta oportunidade, vale registrar que a carga horária total do curso em tela está mensurada em hora aula de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007, conforme especifica a seguir:

Art. 2º - Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º - A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

As atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social, Bacharelado Presencial, estão plenamente adequados as Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos. Elas terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

- I. Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de exposição e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse.
- II. Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de atividades práticas e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse.

- III. Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
- IV. Estágios Supervisionados: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
- V. Atividades Complementares: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.
- VI. Trabalho de Conclusão de Curso: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelo(a)s alunos/as, inclusive as atividades extraclasse, deverão constar dos Planos de Ensino, bem como, serem descritas pelo(a)s professores/as no sistema de registro acadêmico da FAMAZ.

A estrutura curricular do curso em questão propicia a formação geral sólida do(a) discente, com capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos compromissos presentes no projeto Ético Político da profissão, tudo isso aliado a uma postura reflexiva e visão crítica que fomenta a capacidade de trabalho em equipe, pautada na interdisciplinaridade, e da aprendizagem embasada na práxis, possibilitando a formação de sujeitos, comprometidos com o respeito a diversidade e a garantia dos direitos humanos.

O Curso forma bacharéis comprometidos(as) com a classe trabalhadora como preconiza o Projeto Ético Político da profissão, estando à estrutura curricular plenamente conectada como o perfil do egresso e com os objetivos do curso. Deste modo, o Projeto Pedagógico do Curso contempla de forma plena os conteúdos e atividades que atendem ao tripé dos Núcleos de Fundamentação da formação profissional, quais sejam: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2 - Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, cuidando para que não haja tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos de fundamentação conforme preconiza a Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Assim, as disciplinas do curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ estão embasadas nos Núcleos de Fundamentação, essenciais da Formação Profissional que se constituem em eixos articuladores da formação do(a) Assistente Social que se desdobram em três áreas de conhecimento que dialogam entre si e que se “[...] traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas”. (DCN 2002).

Conscientes desta lógica que tem nos núcleos com um conjunto de habilidades e competências que se desdobram em disciplina e que esta articulação entre os núcleos possibilita a práxis ao ensino do(a) discente de Serviço Social e deverá permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão tendo como característica a indivisibilidade, construiu-se uma divisão didática de habilidades e competências para cada núcleo que dialogam entre si.

A organização curricular foi construída a partir dos Núcleos de Fundamentação da formação profissional propostos pela Resolução CNE/CES nº 492/2001 – Núcleos de Fundamentos Teóricos-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação

Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Neste contexto, o Curso de Graduação em Serviço Social da FAMAZ atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC.

As atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Presencial, estão plenamente adequados às *Diretrizes Curriculares Nacionais* definidas na Resolução CNE/CES nº 2/2002, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos. Eles terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

- Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 50 minutos de exposição e 10 minutos de atividade extraclasse.
- Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 50 minutos de atividades práticas e 10 minutos de atividade extraclasse.
- Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 minutos.
- Estágios supervisionados: hora aula mensurada em 60 minutos.
- Atividades complementares: hora aula mensurada em 60 minutos.
- Trabalho de Conclusão de Curso: hora aula mensurada em 60 minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos, inclusive as atividades extraclasse, deverão constar dos Planos de Ensino, bem como serem descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da FAMAZ.

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC.

1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Visando aperfeiçoar o aprendizado do profissional de Serviço Social egresso da FAMAZ, para que este possa trabalhar com maior desenvoltura em equipes multidisciplinares e possa perceber sua inserção e integração com áreas afins à sua profissão, a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social tem como um de seus objetivos principais a integração entre as disciplinas, conforme preconizado pela DCN (2002). Esta integração pode ser percebida nos objetivos e conteúdos de seus planos de ensino. A estrutura curricular do curso é integrada por conteúdos organizados de forma interdisciplinar, visando evitar a problemática da fragmentação do conhecimento.

A interdisciplinaridade refere-se a uma concepção de ensino baseada na interdependência e integração entre os diversos conteúdos das disciplinas, entre as diversas disciplinas e entre os

diversos cursos da IES. Na medida em que se garante a integração e interdependência dos conteúdos, também será assegurada a sua significação para os/as alunos/as. Nesse sentido, não se pode alimentar no Curso de Bacharelado em Serviço Social uma estrutura curricular fundamentada no isolamento. Urge o entendimento do currículo como uma ampla rede de significações, e as instituições de ensino não somente como lugar de transmissão do saber, mas de sua construção coletiva.

Para isso, ressalta-se que, no plano operacional, a estrutura curricular do curso considera os seguintes fundamentos: Base teórica como eixo norteador de todo o trabalho educacional; Metodologias na linha da Pedagogia de projetos, aproximando da vida real as questões educacionais tratadas em sala de aula, proporcionando a relação da teoria com a prática; Trabalho em parceria, em equipe interdisciplinar, integrada, estabelecendo pontos de contato entre as diversas disciplinas do currículo; Conteúdos historicizados e contextualizados, resgatando a memória dos acontecimentos, interessando-se por suas origens e consequências; Programação no curso que viabilize a busca do conhecimento, a iniciação científica, a construção e a investigação; e Avaliações periódicas.

Para atender as DCNs do Serviço Social fez-se necessário dispor de uma grade curricular flexível e com uma carga horária de aulas que seja compatível com a realização de atividades extracurriculares, como as Atividades Complementares, havendo também trabalhos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Buscou-se no Curso de Bacharelado em Serviço Social elaborar seu currículo de forma a permitir que seus/suas egressos/as possam acompanhar, no exercício de sua profissão, as mudanças socioeconômicas e tecnológicas por que passam sociedade global e local. Essa flexibilidade curricular possibilita a formação de profissionais preparados para a diversidade de conhecimentos necessários para a solução de problemas e criação de oportunidades.

A metodologia adotada no Curso de Bacharelado em Serviço Social foi elaborada de tal maneira que procura abordar a capacidade de análise e de poder crítico do/da discente em diversas situações de seu processo de ensino/aprendizagem, visando aplicar, ampliar e adequar conhecimentos técnico-científicos, objetivando a integração entre teoria e prática, no desenvolvimento de habilidades requeridas para a formação do perfil do Bacharel em Serviço Social.

A FAMAZ optou pela implantação no Curso de Bacharelado em Serviço Social do regime seriado semestral, com tempo de integração curricular de no mínimo 8 (oito) semestres. O Curso tem carga horária total de 3.000 h.

É ofertada a disciplina optativa de LIBRAS (60h), conforme Decreto Nº 5.626/2005, garantindo-se assim também a flexibilidade curricular. As acessibilidades pedagógica e atitudinal são trabalhadas no curso de Bacharelado em Serviço Social também a partir das ações do Núcleo de Apoio ao Docente e Discente (NADD), que objetivam responder pela organização de ações que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras

pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL BACHARELADO PRESENCIAL

PERÍODO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
1º	FILOSOFIA E SERVIÇO SOCIAL	80
	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL	80
	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	60
	FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL E REGIÃO AMAZÔNICA	80
	OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL I	60
	SUBTOTAL	360
2º	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60
	SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA	80
	FUNDAMENTOS T. M. DO SERVIÇO SOCIAL I	80
	FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS AO SERVIÇO SOCIAL	80
	ANTROPOLOGIA SOCIAL	60
	SUBTOTAL	360
3º	DIREITO E LEGISLAÇÃO	80
	CIÊNCIA POLÍTICA	60
	ECONOMIA POLÍTICA E SERVIÇO SOCIAL	80
	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS E SERVIÇO SOCIAL	80
	FUNDAMENTOS T. M DO SERVIÇO SOCIAL II	60
	SUBTOTAL	360
4º	SOCIOLOGIA DO TRABALHO	80
	PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I	60
	FUNDAMENTOS T. M. DO SERVIÇO SOCIAL III	60
	POLÍTICA SOCIAL I	60
	ESTATÍSTICA PARA A PESQUISA SOCIAL	80
	SUBTOTAL	340
5º	POLÍTICA SOCIAL II	60
	OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL II	60
	ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL	80
	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS IV	80
	PESQUISA E SERVIÇO SOCIAL II	60
	SUBTOTAL	340
	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60
6º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	120
	PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	80

	GESTÃO E PLANEJAMENTO SOCIAL I	60
	POLÍTICA PÚBLICA, MEIO AMBIENTE E SERVIÇO SOCIAL	80
	MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA	60
	SUBTOTAL	400
7º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	160
	SEMINÁRIOS TEMÁTICOS I	60
	GESTÃO E PLANEJAMENTO SOCIAL II	60
	OFICINA DE ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS	60
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	40
	SUBTOTAL	380
8º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	160
	SEGURIDADE SOCIAL	80
	SEMINÁRIOS TEMÁTICOS II	60
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60
	SUBTOTAL	360

MATRIZ CURRICULAR	RESUMO DESCRITIVO	HORAS
	DISCIPLINAS	2.360
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	100
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	440
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	100
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.000
	DISCIPLINA OPTATIVA (LIBRAS: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS)*	60

*O Curso oferecerá disciplinas optativas que equivalerão à carga horária total de 20 (vinte) horas cada, exceto a Disciplina Libras (Língua Brasileira de Sinais) que contabilizará 60 horas. As disciplinas optativas são parte integrante do programa de Atividades Complementares.

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	
MÍNIMA	08 SEMESTRES
MÁXIMA	12 SEMESTRES

1.7 METODOLOGIA

A metodologia de ensino utiliza técnicas e métodos que primam pelas metodologias de ensino criativas e inovadoras, que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do/da educando/da e na sua formação para a vida e para o trabalho, adequados aos objetivos do curso e ao perfil desejado do egresso, com ênfase para:

I. Técnicas de exposição do professor, na forma de aulas expositivas participativas e dialogadas, consideradas como necessárias para introduzir um novo assunto, propiciando uma

visão global e sintética, esclarecer conceitos e concluir estudos com a participação ativa dos estudantes, tomando como ponto de partida o conhecimento prévio;

II. Técnicas centradas no/a discente, na forma de estudos:

Leituras individuais e em grupo: os o/a discentes serão estimulados e orientados à leitura de material impresso sobre artigos científicos que abordam os conteúdos da disciplina. Também, serão orientados quanto à realização e exposição de seminários para melhor entendimento dos assuntos abordados.

Roda de Conversa: a turma será organizada, em forma de círculo, para que todos possam se ver e relatar as experiências vividas, estudos de casos com base em estudo dirigido, individual e em grupo, vídeos, pesquisas, painéis Integrados. Objetivando desenvolver a capacidade de estudar um problema de forma analítica e sistemática, fomentando as habilidades de compreensão, de interpretação, de análise crítica, de criação de textos e de preparação para a intervenção embasada na teoria e na prática, categorias indissociáveis para formação humana e profissional;

III. Técnicas de elaboração conjunta, em especial: mesas-redondas e seminários, trabalhos em equipe para análise de filmes e letras de músicas correlacionadas aos temas estudados, tendo como objetivo estimular aspectos como a apresentação oral, individual e em equipe; construção de trabalhos acadêmicos e apresentação, a elaboração de estratégias de exposição e debate.

IV. Elaboração de Instrumentos do Serviço Social: Relatórios Sociais, Entrevista, Estudo de Casos, Diários de Campo; Elaboração de Atas, Relatórios de Eventos, Elaboração de Relatórios de Estágio.

V. Técnicas de trabalho em grupo: visitas orientadas aos espaços sócio- ocupacionais, objetivando, em especial, oferecer ao educando a oportunidade de, orientado pelo docente, construir e usar os instrumentais e técnicas do serviço social, como: observação, abordagem, entrevista, diário de campo, elaboração de relatório e atas, trabalhos acadêmicos como pôster, painéis. O professor terá, contudo, liberdade para a utilização de dinâmicas de grupo e todas as demais técnicas. A utilização de pesquisas pontuais nas diversas disciplinas que compõem o currículo do Curso é também uma opção metodológica, sendo essas orientadas pelos respectivos professores.

VI. Elaboração e apresentação da Comunicação Acadêmica de Serviço Social – CASS que se constitui em trabalho acadêmico realizado pelos(as) discentes, orientado e avaliado pelos docentes, integrando as disciplinas de cada período e que resultam em trabalhos de iniciação científica, como resumos, resenhas, artigos, projetos de pesquisa, relatório de estágio mediante apresentação em Jornada Acadêmica de Serviço Social realizada a cada semestre. Com objetivo de garantir aos discentes, atividade que integra as vivências de aprendizado adquiridas ao longo dos semestres, permitindo um avanço nos campos teórico-metodológico, ético- político e técnico-operativo propiciando reflexão crítica no processo de formação acadêmica do/da futura/o profissional de Serviço Social.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio curricular supervisionado é componente curricular obrigatório no curso de Bacharelado em Serviço Social, compreendido como um processo educativo supervisionado que visa assegurar a formação profissional, mediante a sistematização do exercício teórico-prático do (a) discente reunindo o conjunto de atividades nas quais o (a) discente exercita conhecimentos de sua área profissional, nas dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

O Estágio Supervisionado tem o aporte legal-institucional fornecido pela Resolução COSUP Nº 06/2009, que dispõe sobre o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação Bacharelado Presencial e pelas Normas Específicas constantes no Regulamento de Estágio Curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social (Apêndice B), que estabelecem o conceito, caracterização, funcionamento, objetivos, definição dos campos de estágios, coordenação e supervisão, carga horária, duração, atribuições dos estagiários e das Instituições/organizações conveniadas, instrumentos de avaliação e outros procedimentos para o estágio, como apresentação de relatório final de estágio.

O estágio curricular supervisionado está em conformidade com o Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, com a Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a Profissão de Assistente Social, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9.394/1996, os Pareceres CNE/CES nº492/2001 e nº 1.363/2001, a Resolução nº 15/2002, a Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre estágio de estudantes, as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Política Nacional de Estágio elaborado pela ABEPSS e a Resolução Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Efetivado no 6º período a disciplina Estágio Supervisionado I (120 horas), 40 (quarenta) horas de aulas teóricas e 80 (oitenta) horas, divididas entre a prática e orientação, ocorrem atividades de integração entre o campo de estágio e a IES, visitas do supervisor acadêmico, oficinas, mini cursos e seminários envolvendo o orientador de campo; no 7º e 8º período as disciplinas Estágio Supervisionado II (160 horas) e Estágio Supervisionado III (160 horas), são ministradas 40 (quarenta) horas de aulas teóricas e 120 (cento e vinte) horas, divididas entre a prática, orientação e a relação com o campo de estágio sob a orientação do/da supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico.

Na sala de aula é abordado o conhecimento sobre as legislações e instrumentais técnicos da profissão, sendo realizadas atividades práticas sob orientação dos professores/as supervisores/as acadêmicos, com aplicação de exercícios práticos simulados com base em situações reais de cada campo de estágio trazidas pelo(a) discente e docente com base na sua experiência profissional ou a construção de situações simuladas em sala de aula, com a atribuição de papéis e responsabilidades aos discentes pelo(a) docente avaliada a cada orientação.

No campo de estágio, são desenvolvidas habilidades adquiridas em sala de aula no decorrer do curso nos espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social, com a orientação do supervisor de campo. O objetivo de exercitar a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; a articulação entre Formação e Exercício Profissional e universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Os(as) discentes tem como supervisores acadêmicos professores qualificados, com registro atualizado junto ao Conselho Regional de Serviço Social, e, preferencialmente, que também tenham atividades ocupacionais e trabalhos acadêmicos relacionadas à área de estágio que irão orientar.

É importante destacar que a carga horária total do estágio, 440 horas, é distribuída nas disciplinas Estágio I, Estágio II e Estágio III, que somadas às 100 horas destinadas às atividades complementares respeitam o limite de até 20% da carga horária total do curso, conforme estabelecido na Resolução CES/CNE nº 02/2007 relativa aos cursos de bacharelado.

Tem orientação, supervisão e avaliação da Coordenadoria do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, com controle por parte da Coordenação de Estágio Supervisionado e da Instituição onde o mesmo estiver sendo desenvolvido.

A Coordenação Geral de Estágio da IES mantém convênios com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, que desenvolvem suas atividades nas áreas diversas áreas de atuação do/a Assistente Social. A supervisão dos estágios é feita por professores da IES (Supervisor Docente) e técnicos das instituições conveniadas (Supervisor Técnico) com acompanhamento da Coordenadoria de Estágio da FAMAZ através do supervisor docente, que traça a programação conjuntamente com a Coordenação do Curso a ser seguida pelos/as acadêmicos/as em diferentes campos de estágio, objetivando a sua realização.

Como resultado do Estágio Curricular, o/a aluno/a elabora o Relatório de Estágio Curricular para fins de avaliação, que representa o trabalho final das disciplinas de Estágio Supervisionado I, que é avaliado levando-se em consideração:

- I. A comunicação correta e fidedigna da experiência do estágio em campo, com as devidas fundamentações teóricas, demonstrando o domínio do conhecimento técnico-científico;
- II. A análise das atividades desenvolvidas, as inferências, deduções, conclusões e sugestões;
- III. A linguagem objetiva, clara e precisa;
- IV. A adequada exposição dos elementos textuais, introdução, desenvolvimento e considerações finais;
- V. A utilização correta de ilustrações, anexos e apêndices;
- VI. A criatividade adequada ao trabalho técnico;
- VII. Cumprimento das normas de elaboração e pontualidade na entrega.

O trabalho escrito é avaliado segundo o desenvolvimento do Plano de Estágio I, II e III, levando-se em conta: a capacidade de síntese e objetividade; domínio do conhecimento técnico-científico e criatividade.

É atribuída uma única nota de zero a dez ao Estágio Curricular, expressa por média aritmética das notas atribuídas às Avaliações Regimentais I, II e Avaliação Substitutiva e aos instrumentos de avaliação do campo de estágio, como o cumprimento de carga horaria e as atividades realizadas no campo de estágio, com a avaliação do/a orientador/a de campo e supervisor/a acadêmica, dentro do prazo determinado pelo calendário escolar, ao final do semestre letivo. É aprovado o/a discente que: Obtiver frequência integral em todas as atividades do Estágio Supervisionado I e II; Obtiver nota mínima de 7,0 atribuída a soma entre as avaliações regimentais e de campo.

1.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores do perfil do/a formando/a, desenvolvidas durante todo o curso de Bacharelado em Serviço Social que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de conhecimentos, habilidades, e competências desenvolvidas pelo(a) discente, inclusive adquirida fora do ambiente da IES, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente na efetivação de atividades de formação teórico-práticas e que possuam relações com o mercado do trabalho, com as ações de extensão junto à comunidade, hipóteses em que o(a) discente alarga experimentos e vivências acadêmicas, internas ou externas ao curso.

As Atividades Complementares obedecem aos seguintes princípios e diretrizes: complementar e sintonizar o currículo pedagógico vigente, bem como, a formação social, humana e profissional; estimular as atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo e as atividades de assistência acadêmica e de iniciação científica e tecnológica; ampliar os horizontes do conhecimento bem como de sua prática para além da sala de aula; incentivar a convivência com as diferenças sociais e favorecer a tomada de iniciativa e o espírito ético e político dos/as discentes. Nesse contexto, formação é percebida como processo permanente e autônomo, e constitui condição imperativa a criação de um conjunto de atividades complementares, desenvolvidas ao longo do curso.

As Atividades Complementares praticadas no Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ estão regulamentadas no âmbito da IES por meio da Resolução COSUP N° 04/2009, por Normas Específicas constantes no Regulamento de Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Serviço Social (Apêndice C) e têm como

base as Diretrizes Curriculares do Curso de Bacharelado em Serviço Social, a Resolução do CFESS nº 15/2002 e o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, que prevê a efetivação do 1º e o último semestre letivo do Curso, de 100 horas de Atividades Complementares, representando 15% da Carga Horária do curso.

As 100 (cem) horas previstas para este componente curricular estão reunidas em 04 (quatro) grupos assim descritos: Grupo I (o/a discente adquire conhecimentos extracurriculares); Grupo II (o/a discente participa, ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de investigação científica e ensino); Grupo III (o/a discente produz e/ou apresenta trabalhos acadêmicos próprios) e Grupo IV (o/a discente desenvolve atividades relacionadas com responsabilidade social, ambiental, cultural, artística e esportiva), atividades de naturezas diversas como cursos, palestras e seminários, atividades de extensão, além do apoio à participação de em eventos acadêmicos internos e externos.

Todas as atividades complementares devem ser comprovadas pelo próprio discente a Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social, por meio de formulário específico, protocolado na central de atendimento ao discente. No ato do requerimento o/a discente deverá apresentar cópia e documento original, para conferência, no qual seja discriminado o conteúdo dos estudos, a duração, o período e a organização promotora ou realizadora ou professor responsável. Para efeito de registro das horas das atividades complementares será considerada como parâmetro a tabela constante nas Normas Específicas de Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Serviço Social, onde há a descrição das atividades realizadas e a fixação da quantidade de horas a ser registrada.

1.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, componente do Projeto Pedagógico do Curso, é indispensável para a outorga de grau de Bacharel em Serviço Social, conforme Lei de Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, de novembro de 1996 e Resolução CNE/CES 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002 que destaca: “Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar: [...] e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso”, tendo no TCC exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social.

O TCC tem o aporte legal-institucional fornecido pelas Normas Específicas constantes no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Serviço Social (Apêndice D), elaborado pelo NDE e aprovado pelo Colegiado do Curso e pela Resolução COSUP Nº 07/2009, que dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia) na modalidade presencial, da FAMAZ que estabelece em seu Art.3º:

Os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso devem propiciar aos discentes a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica das diversas ciências e de sua aplicação.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido no 7º e 8º período do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, mediante as disciplinas TCC I e TCC II e consiste em um trabalho de pesquisa bibliográfica e/ou de campo, desenvolvido pelo o/a discente, sob orientação docente.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo o desenvolvimento de trabalho, conforme as normas fixadas no regulamento e diretrizes técnicas relacionadas com sua elaboração, atendendo à metodologia pedagógica.

Nas disciplinas Trabalho de Curso I e II é desenvolvido em dupla, conforme as normas fixadas no regulamento e diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração. Nessas disciplinas os (as) discentes serão orientados(as), respectivamente, na produção do seu projeto a ser defendido em banca de qualificação e na produção de um artigo científico a ser defendido em banca examinadora.

O TCC deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o/a discente sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmicas científicas.

1.11 APOIO AO DISCENTE

A Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ tem como prerrogativa o processo educativo que observa o educando como sujeito de autonomia que tem necessidades que precisam ter apoio para o melhor desenvolvimento de suas atividades educacionais, para isso, a Instituição contará com uma série de serviços de atendimento e apoio ao educando.

O Portal Acadêmico é a ferramenta de tecnologia virtual que permitirá ao aluno/a

acompanhar de toda sua vida escolar, de forma virtual, através no site da Instituição, em qualquer ambiente interno e externo à Instituição e permitirá ainda o contato direto com os diversos departamentos da instituição.

A FAMAZ dispõe em sua estrutura acadêmica de Ouvidoria e de atendimento extraclasse, apoio psicopedagógico ao discente e atividades de nivelamento, em programa sistemático, para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente de todos os seus cursos de graduação. Oferece ainda programa de monitoria, programa de bolsas de iniciação científica e de extensão, programa de bolsas e incentivos acadêmicos.

As diversas formas de atendimento ao discente têm por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos alunos/as, fornecer subsídios para melhoria do desempenho de alunos/as que apresentem dificuldades, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos/as alunos/as e realizar a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes. Desta forma, o apoio ao discente contempla, de maneira excelente, os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.

A Instituição garante ainda aos discentes o auxílio pedagógico e financeiro. Além dos coordenadores de cursos que terão um papel importante na condução dos/as alunos durante sua vida acadêmica.

O Núcleo de Apoio ao Docente e Discente (NADD) é setor responsável pelo atendimento ao aluno/a que tem como objetivo principal a promoção de ações voltadas ao corpo discente, com vistas no desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o fortalecimento do perfil profissional do discente.

O setor se rege pelas normas constituídas em regulamento próprio. Os/as alunos/as são atendidos, conforme suas necessidades, desde o momento em que ingressam na IES até a conclusão dos estudos. Esse atendimento ao aluno/a será bem abrangente, envolvendo tanto os aspectos relacionados com o processo ensino-aprendizagem, quanto a outros que dizem respeito à sua movimentação no ambiente acadêmico, ao enriquecimento curricular e a possíveis dificuldades pessoais. Cabe ressaltar a importância do trabalho dos coordenadores de curso que, em conjunto com o corpo docente, estarão sempre atuando para solução ou minimização de problemas que possam interferir no desempenho dos/as alunos/as.

O atendimento ao discente praticado na FAMAZ baseia-se seguintes programas e ações: Apoio Psicopedagógico ao Discente; Programa de Nivelamento; Programa de Acompanhamento de Egressos; Fomento à Organização Estudantil; Programas de Apoio Financeiro (bolsas); Programa de Apoio aos Alunos/as Carentes (Melhor idade; Desconto pontualidade; Concurso de Bolsas; Programa Top Five); Bolsas de Iniciação Científica a e de Extensão; Bolsa Monitoria;

Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC/TJPA).

A FAMAZ dispõe também do Programa de Acompanhamento de Egressos. A Coordenação de Acompanhamento de Egressos conta com o apoio de vários setores da IES, tais como, a Secretaria Acadêmica, Coordenações de Cursos de Graduação, Núcleo de Apoio ao Docente e Discente e Diretoria Geral.

Desta feita, são disponibilizados, no site da Instituição e no e-mail dos egressos e concluintes, instrumentos de avaliação contendo questões sobre o curso de graduação realizado, a atuação no mercado de trabalho, as dificuldades encontradas na profissão, a realização de cursos de graduação e/ou pós-graduação na mesma área de conhecimento ou diversificou sua área de conhecimento inicial em função das necessidades de mercado. As informações sobre a opinião dos egressos e suas sugestões, servem para reorientar a discussão em termos da efetiva qualidade dos cursos e/ou aprimorar as diferentes ações institucionais, tanto no que condiz ao ensino e a estrutura curricular, como às práticas na área da extensão, pós-graduação, e demais atividades da instituição. Também são usados formulários para atualização das informações cadastrais, que compõem a base de dados de egressos, e desencadeiam ações de aproximação de contato direto, contínuo e permanente, por meio de todas as formas de comunicação viáveis e a frequente participação dos egressos em eventos, cursos, atividades e oportunidades de cunho científico, técnico, artístico e cultural promovidas pela FAMAZ.

A IES disponibiliza, bolsas na forma de desconto nas mensalidades: 1. Programa de Apoio aos Alunos: Melhor idade (destinado para candidatos com idade a partir de 50 anos, que ganham bolsa de 50% durante todo o curso); Desconto pontualidade; Concurso de Bolsas; 2. Bolsas de Iniciação Científica e de Extensão: A IES oferece bolsas de iniciação científica e extensão, como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela Instituição e 3. Bolsa Monitoria: A IES oferece bolsas monitoria para os alunos que estiverem exercendo a função de monitor.

Nessa perspectiva, atenta à educação de forma ampla, a IES proporciona ao aluno/a uma constante adaptação de forma a desenvolver a capacidade de autonomia e o senso crítico.

1.11.1 Formas de Acesso

O ingresso de alunos/as no Curso de Bacharelado em Serviço Social é feito mediante processo de seleção. As normas do processo seletivo são fixadas pelo Conselho Universitário (COSUP), com o escopo de assegurar a igualdade de oportunidade a todos os candidatos, com o cumprimento das normas estatutárias e regimentais da FAMAZ e dos regulamentos do MEC e ocorre por meio das formas abaixo descritas:

I. Processo Seletivo Discente (Vestibular): processo seletivo que permite ao candidato/a, com o ensino médio completo, aprovado e classificado em concurso específico, o ingresso no curso;

II. **Transferência:** processo seletivo para alunos/as, regularmente matriculados, em outras instituições de ensino superior – nacional ou estrangeiro, no mesmo curso ou cursos de graduação de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, que deseje ingressar na FAMAZ. A efetivação da transferência depende da observância dos critérios legais, da existência de vaga no curso pleiteado e da análise do currículo, indicando a dispensa ou necessidade de adaptação para integralização da matriz curricular.

III. **Portadores de diploma de nível superior:** Os alunos/as já graduados na FAMAZ, ou em outra Instituição de Ensino Superior, tem a oportunidade de fazer uma nova graduação, com aproveitamento das disciplinas básicas, cursadas na primeira graduação, sem necessidade de fazer processo seletivo. A efetivação da matrícula dependerá da comprovação da graduação e do cumprimento dos demais requisitos legais.

IV. **FIES/PROUNI:** candidatos/as pré-selecionados pelo MEC para a IES, que os submete a um processo seletivo próprio, diferente do vestibular, a partir das notas obtidas no ENEM.

V. **ENEM:** O/a candidato/a que obteve acima de 450 pontos no Enem nos últimos 4 anos pode solicitar uma vaga em qualquer curso de graduação da IES, exceto Medicina.

O quantitativo de vagas anuais ofertadas no Curso de Bacharelado em Serviço Social condiz ao previsto no cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição, previstos no PDI e corresponde de maneira excelente à capacidade do curso no que tange à composição do quadro de corpo docente, condições de infraestrutura do curso (salas de aula; laboratórios didáticos especializados); à oferta de espaços/áreas para as atividades práticas e de estágio curricular supervisionado e também à absorção de novos/as estudantes.

A avaliação dos/as candidatos/as aos cursos de graduação é realizada em 02 (duas) fases, que ocorrem no mesmo dia. A primeira fase, a prova de conhecimentos, é norteadada por uma matriz curricular voltada ao desenvolvimento de habilidades e ao domínio de competências adquiridas pelo candidato/a, sendo enfatizado o princípio da interdisciplinaridade entre as áreas do saber e apresenta 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, igual para todos os cursos de graduação, abrangendo matérias e disciplinas do núcleo comum obrigatório do Ensino Médio, em consonância com a LDB – Lei nº9394/96, Portaria MEC nº 391/2002 e Parecer CP/CNE nº 98/99, em suas áreas de conhecimento correspondentes: Linguagem (Língua portuguesa e Literatura Brasileira); Ciências da Natureza (Física; Química; Biologia); Ciências Exatas (Matemática); Ciências Sociais (Geografia e História) e Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol). A segunda fase corresponde à realização de uma redação que terá por finalidade avaliar a capacidade do/da candidato/a em produzir um texto dissertativo argumentativo, considerando a organização do pensamento, a criatividade e o domínio da Língua Portuguesa. O Processo Seletivo dos itens é classificatório, sendo, entretanto, eliminado o/a candidato/a que obtiver nota zero na prova de conhecimento, na prova de redação ou faltar ao concurso. A classificação é feita na ordem

decrecente do resultado final até o limite de vagas ofertadas. Os/as candidatos/as classificados, até o limite de vagas, são convocados/as para a matrícula por meio de listagens disponibilizadas na página eletrônica da FAMAZ.

1.12 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A FAMAZ possui Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída em consonância com a Lei 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e atos normativos do MEC.

O SINAES se fundamenta na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Para a IES, a auto avaliação tem sido um importante instrumento para a tomada de decisão e dela resulta uma autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, assim como, uma autoconsciência nos membros da comunidade acadêmica de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e para o futuro. Tem como principais objetivos: identificar mérito e valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; melhorar a qualidade da educação superior, através da orientação a expansão da oferta; promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade e a autonomia institucionais.

A avaliação da instituição busca fornecer uma visão global sob duplo prisma:

- I. O objeto de análise é o conjunto de eixos temáticos (Planejamento e Avaliação Institucionais, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura) e sua correlação positiva com as atividades, objetivos, funções e finalidades da FAMAZ, com foco nas atividades de ensino, pesquisa e extensão de acordo com a missão e visão de futuro institucional.
- II. Os sujeitos da avaliação são os/as docentes, discentes, técnico-administrativos, coordenadores/as de cursos de graduação e pós-graduação, egressos, e membros da sociedade civil organizada especialmente convidados ou designados para esta finalidade.

O processo avaliativo da CPA é intrinsecamente integrado ao projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social e não se apresenta como uma programação de atividades fechadas, encerradas, pois se delinea e se revê à medida que novas necessidades e reflexões sobre determinados temas exigem novas informações avaliativas, é desenvolvido semestralmente através de um formulário eletrônico onde os estudantes acessam em qualquer lugar e respondem perguntas abertas e fechadas que contemplam todos os princípios norteadores: universalidade; globalidade; igualdade; especificidade; periodicidade; racionalidade: transparência; integração; retribuição e cumulatividade. Após conclusão e análise tais informações são disponibilizadas através do site da instituição assim como a socialização em equipamentos de televisão existentes

nas áreas de convivência, e a avaliação docente é realizada de maneira individual para os docentes que compõe a equipe do curso em horário agendado com cada docente.

O Programa de autoavaliação institucional propõe-se dentre outros: elaborar, acompanhar e avaliar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, sequenciais de formação específica e pós-graduação lato sensu, em parceria com os coordenadores de departamentos e coordenadores de cursos; avaliar o corpo acadêmico, bem como o Núcleo de Estágios, a educação à distância, a responsabilidade social e extensão universitária, a pesquisa e a iniciação científica em interface com as áreas; avaliar, atualizar e disseminar o Plano de Desenvolvimento Institucional; avaliar o egresso dos cursos de graduação; manter atualizados o Estatuto e o Regimento com as normas vigentes; estabelecer interface com os órgãos administrativos, com a coordenação de Projetos Sociais e com a pós-graduação *stricto sensu*, recebendo os relatórios anuais oriundos dos projetos de avaliação desenvolvidos nas áreas e articulá-los com as demais áreas acadêmicas e administrativas da instituição; avaliar as ações, resultados e procedimentos da Comissão de Avaliação; orientar, acompanhar e promover as avaliações externas dos cursos e da Instituição; verificar e acompanhar as recomendações oriundas dos processos avaliativos internos e externos, oficiais e do sistema avaliativo próprio; avaliar a satisfação do corpo acadêmico e do corpo discente, docente e técnico administrativo em relação à cadeia de serviços e; orientar e acompanhar as autoavaliações das áreas, consolidando informações e recomendações.

Os resultados da avaliação da instituição e dos cursos de graduação são amplamente divulgados na comunidade acadêmica (Direção Geral, Órgãos colegiados, Coordenadores(as) de curso de graduação e pós-graduação, gestores de setores administrativos e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação, com o objetivo de comparar a situação existente com a situação ideal desejada. O conhecimento dos resultados contribuem para a tomada de decisões sobre mudanças que devem ser introduzidas a fim de se obter a melhoria desejada.

1.13 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) previstas no processo de ensino e aprendizagem do Curso de Bacharelado em Serviço Social são dirigidas para atender de maneira excelente o corpo docente e discente e permitem executar, de maneira excelente, o projeto pedagógico do curso, garantindo o alcance dos objetivos e do perfil profissional.

A Internet é fator relevante, no que diz respeito à tecnologia avançada e de última geração. É de fundamental importância para a coleta e transmissão de informações, envio de mensagens para o contato com a instituição de ensino.

A FAMAZ, com o objetivo de agilizar os trabalhos dos acadêmicos e professores, disponibiliza os recursos tecnológicos como forma de apoio ao processo pedagógico da

instituição, contudo, a IES possui um filtro de conteúdo que é constantemente atualizado, não permitindo acesso a sites de conteúdos inadequados.

A utilização da Internet na forma de contas de e-mail e horas de pesquisa, nos laboratórios e em outros ambientes é gratuita para alunos/as e professores/as.

A sala dos/as professores/as é equipada com 12 (doze) computadores conectados à internet e os principais softwares de produtividade do pacote Office, além de recursos de apoio como caixas de som e impressora a laser multifuncional em rede local para impressão de documentos relativos às aulas das disciplinas ministradas na FAMAZ, segundo planejamento prévio.

Cada professor/a recebe uma senha e um e-mail personalizado, que permite ter acesso ao site da Instituição, seu projeto pedagógico, ao seu e-mail e ao banco de dados PROQUEST, a qualquer hora, de qualquer lugar, de qualquer computador com acesso à internet. A partir do acesso gerado, os docentes podem realizar a postagem de material didático eletrônico, de avaliações realizadas e de planos de ensino das disciplinas, bem como o preenchimento de atas de presença em avaliações e relatórios de conteúdo ministrado, notas e faltas dos discentes diretamente na página eletrônica da IES.

Destaca-se que estão à disposição dos discentes do Curso de Bacharelado em Serviço Social diversos serviços acadêmicos eletrônicos tais como: solicitação de matrícula *on line*, requerimento de cômputo de carga horária de atividades complementares, revisão de provas, solicitação para retificação de falta, requerimentos a serem encaminhados para o Colegiado de Curso, exposição de motivos, solicitação para recebimento de provas, devolução de requerimentos em arquivo, dentre outros.

Além dos 19 (dezenove) equipamentos de rede sem fio de comunicação de alta velocidade (internet via wi-fi), com dois links dedicados de 10 (dez) MB, que permitem conexão à internet de qualquer lugar da instituição, atualmente a FAMAZ disponibiliza à comunidade 124 (cento e vinte e quatro) equipamentos para usos acadêmicos, distribuídos em 5 (cinco) laboratórios de informática, equipados com Datashow, com funcionamento de segunda a sexta no horário de 8h00min às 22h00min e aos sábados de 8h00min às 12h00 e de 14h00min às 17h00min, sempre a presença de um responsável qualificado, auxiliando os usuários em suas dúvidas, nas bases de dados e utilização de ferramentas de pesquisas e softwares disponíveis.

Os laboratórios de informática disponíveis ao Curso de Bacharelado em Serviço Social possibilitam acesso dos alunos a condutas técnicas e científicas como embasamento à iniciação científica, valendo-se dos equipamentos e serviços de informática, e atendem, de maneira excelente, em termos de quantidade de equipamentos suficiente para o desenvolvimento das atividades, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares, bom dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, acessibilidade, conservação e comodidade.

A FAMAZ coloca à disposição, dos/as docentes e alunos/as do Curso de Bacharelado em

Serviço Social, recursos audiovisuais e Multimídia, por meio do apoio didático-pedagógico: entre eles Projetores multimídia, microfones com caixa de som portátil, microfones com fio, microfones sem fio com speakers e passadores de slides.

A FAMAZ adotou a forma de licenciamento *Microsoft Campus Agreement*, que permite a instalação ilimitada nos laboratórios de inúmeros softwares, incluindo fornecimento de licenças para alunos, versões betas de aplicativos e bibliotecas de desenvolvimento.

A atual velocidade do *link* e quantidade de equipamentos disponíveis para fim de pesquisa deverá acompanhar a demanda e evolução do quantitativo de alunos/as do Curso de Bacharelado em Serviço Social e da IES, para que seja possibilitado um ambiente satisfatório para a pesquisa e o estudo.

1.14 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O Curso de Bacharelado em Serviço Social parte da premissa epistemológica de que o conhecimento se produz através de um processo de aprendizado contínuo e aberto a inúmeras contingências e só pode ser compreendido através da indissociável vinculação entre teoria e prática e entre os diversos saberes que compõem a estrutura curricular do curso, que está comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos críticos, autônomos e cidadãos.

A aprendizagem é entendida como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais atores sociais, no qual são desenvolvidas capacidades pessoais e profissionais. Desta maneira a aprendizagem passa a ser vista como um processo contínuo e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade dos/as discentes.

Neste sentido, o presente projeto pedagógico tem como base a metodologia ativa, na qual o currículo é configurado de maneira integrada, no sentido de articular os vários conteúdos a fim de dar conta das expressões da questão social. O desafio é trabalhar a formação acadêmica dos discentes do curso de graduação por problemas, aulas dialogadas, na busca de caminhos que viabilizem a abordagem interdisciplinar no contexto das competências e habilidades que se quer ver desenvolvida nos/nas discentes.

As metodologias de ensino aprendizagem e de avaliação implantadas levam em conta o conjunto de competências e habilidades que se quer ver desenvolvidos pelos/as discentes. A fundamentação teórica deste entendimento emana da educação emancipatória e transformadora.

As metodologias de ensino aprendizagem delineadas buscam:

I. Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, no qual se procurará em estimular o(a) discente a realizar atividade individual e

coletiva de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;

II. Conferir ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e resolução de situações/problemas nas disciplinas;

III. Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada; e

IV. Valer-se da internet como ferramenta de multiplicação do saber.

Neste contexto, as práticas pedagógicas a serem empregadas no UNIFAMZ são apoiadas em quatro concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem autogerida; aprendizagem baseada em problemas ou casos.

Segundo esta lógica didática, as avaliações:

I. Não se limitam a provas e testes, mas ao acompanhamento coletivo e individual do desenvolvimento do(a) aluno(a), buscando construir cotidianamente as condições mínimas para que se possa proceder à substituição da metodologia tradicional de avaliação pela chamada avaliação por objetivos, em que o(a) aluno(a) estará constantemente em processo avaliativo, sendo oportunizado diversas chances de demonstrar a construção do conhecimento e/ou habilidades exigidas; e

II. Quando realizadas através de provas tradicionais, nelas são privilegiadas as avaliações subjetivas e dissertativas, tendo como escopo central a percepção do/a discente demonstra a capacidade e habilidade de encontrar soluções para os problemas propostos, fazendo uso de bases teóricas-metodológicas, argumentos lógicos racionais e ao mesmo tempo sendo capaz de ponderar propondo soluções mediadoras e criativas, e não meramente repetir fórmulas ou padrões consagrados.

Ao longo do Curso de Bacharelado em Serviço Social são desenvolvidas metodologias que favorecem a integração entre teoria e prática, destacando-se: estudos de casos, visitas institucionais, elaboração de trabalhos práticos e produção de textos, realização de seminários (elaborados pelos alunos da disciplina), ciclo de palestras, semana acadêmica, além de atividades extraclasse.

As metodologias estão comprometidas com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos. Os discentes são incentivados a verificar que o conteúdo de uma determinada disciplina não se esgota e se isola ao final do período letivo, pois seus conceitos não de ser utilizados ao longo de todo o curso e, ao longo toda a vida do profissional.

Assim, a interdisciplinaridade ocorre de forma horizontal e vertical e resultará da integração entre os conteúdos lecionados nas disciplinas de um mesmo período, e a integração vertical, a interdisciplinaridade dos conteúdos dos períodos seguintes, demonstra ao(a) aluno(a) a

integração entre os diversos conteúdos e o caráter de continuidade dos estudos, enfatizando assim a interdisciplinaridade das ações didático-pedagógicas previstas no curso.

A avaliação no Curso de Bacharelado em Serviço Social é compreendida como processo desenvolvido, em comum, por coordenação, docentes, discentes e pessoal técnico e está direcionada, prioritariamente, para o(a) aluno(a), que deverá estar coerente com a concepção pedagógica do curso, objetivando o aprender a aprender, a pensar, a fazer, a ser e a conviver.

O(A) professor(a) – catalisador, mediador, guia – não só elabora e acompanha todo o processo, como oferece indicações adicionais, possibilitando o estímulo à reflexão e observação, mas também, a detecção das dificuldades, buscando alternativas para fazer ajustes e reajustes no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, a avaliação está presente em todas as fases e não é tida como resultado final. Ela é parte da dinâmica do processo ensino-aprendizagem, e, portanto, não representa como fim apenas para conferir nota, mas, sim, antes disso, permite acompanhar e recuperar o aprendido.

Sob essa perspectiva, a avaliação é considerada um procedimento integrado ao desenvolvimento do processo de construção do conhecimento pautado no diálogo. Sob essa ótica, avalia-se o acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do(a) discente no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Assim, a avaliação tem natureza formativa e somativa, caráter contínuo e construtivo, e usa para avaliação do desempenho discente os seguintes instrumentos: prova escrita; debates e/ou seminários temáticos; trabalhos práticos (exercícios e participação oral); pesquisa e outros instrumentos de avaliação.

Apesar da promoção do trabalho poder ser em grupo, é ressaltada a individualidade de cada estudante. A avaliação dentro de um mesmo grupo será diferenciada de indivíduo para indivíduo, ou seja, deverá haver um acompanhamento individualizado de cada estudante.

Ao serem avaliados, os trabalhos levarão em consideração às seguintes condições: nota compreendendo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos; a atividade deverá estar prevista no Plano de Ensino; não podendo substituir a avaliação regimental (AR); as equipes formadas deverão ter, no máximo, 5 (cinco) alunos; e ter aspectos bem definidos (objetivos; metodologia; estratégias de apresentação; avaliação e critérios de correção - linguagem, segurança, conteúdo, desenvolvimento, tempo, coerência, fundamentação teórica, entre outros).

Os trabalhos se constituirão em instrumentos pedagógicos importantes, complementares à ação pedagógica de “ministrar aulas” que oportunizem outras experiências de aprendizagem ao (a) discente e não no intuito de servir de “ajuda” na melhoria da nota baixa que o(a) aluno(a) obtiver na avaliação principal.

Os trabalhos desenvolvidos, estudados e pesquisados pelos discentes, não deverão sofrer fragmentação. As apresentações individuais não serão apenas soma de partes; mas a

articulação com as outras apresentações de forma integrada, fundamentada e coerente.

O sistema de avaliação do desempenho acadêmico é disciplinado, para todos os cursos da FAMAZ, pelo Regimento Interno da IES. Tais normativas internas dispõem que o rendimento acadêmico é aferido tomando-se por base a frequência e o aproveitamento do(a) discente em cada disciplina. A avaliação ocorre durante o período letivo mediante verificações parciais, atividades curriculares, provas escritas e individuais de avaliação da disciplina, de primeira e segunda Avaliação Regimental e provas substitutivas, expressando-se o resultado de cada avaliação em notas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, em número inteiro ou em número inteiro mais cinco décimos. Os erros gramaticais de Língua Portuguesa devem ser considerados no resultado de cada avaliação. São atividades curriculares as preleções, pesquisas, arguições, trabalhos práticos, seminários, estágios, provas escritas, orais e práticas, previstas nos respectivos planos de ensino aprovados pelo Núcleo de Apoio ao Docente e Discente e coordenação do curso.

As ARs apresentam duas categorias de questões (questões objetivas e discursivas), distribuídas em 10 (dez) questões, sendo 60% (sessenta por cento) - 6 (seis) questões objetivas e 40% (quarenta por cento) - 4 (quatro) questões discursivas, conforme preconiza a Portaria DG n.º 05/2010, que dispõe sobre a elaboração e correção das Avaliações Regimentais, sendo considerados, para os critérios de correção gramatical, a avaliação conjunta da ortografia, acentuação, pontuação, coesão e coerência.

Para a aprovação, os/as discentes precisam obter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), que obtiver nas avaliações média igual ou superior a 7 (sete) pontos, através de média aritmética simples das notas das duas avaliações bimestrais realizadas durante o período letivo ou após submeter-se à prova substitutiva.

Considera-se dependência a situação acadêmica de reprovação, em razão de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), em razão de resultados insuficientes nas avaliações, cuja média for menor que 7 (sete) no somatório das avaliações regimentais.

O(A) discente que estiver reprovado em 4 (quatro) ou mais disciplinas, não poderá obter promoção para o período letivo seguinte, e ficará obrigado a cursar as disciplinas pendentes, não ascendendo para o próximo período.

Os procedimentos de avaliação são coerentes com a concepção do curso, na medida em que a avaliação pode ser realizada através de diversas atividades curriculares que vão além dos instrumentos tradicionais. Tais atividades favorecem uma visão interdisciplinar e crítica, pois relacionam as disciplinas e as diversas áreas de abordagem, explorando conteúdos suplementares aos conteúdos programáticos, bem como, permitem aos discentes estabelecer uma relação inovadora com o objeto que pesquisam, questionando e não apenas reproduzindo o que aprendem.

Dessa forma, os procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem do Curso de Bacharelado em Serviço Social têm por objetivo congrega o saber para uma formação multidisciplinar, voltada à percepção crítica e analítica do contexto empresarial e social.

Os mecanismos de avaliação permitem concretizar esse objetivo através da realização de diversas atividades de avaliação, incentivando a participação ativa dos estudantes no processo de construção de seu conhecimento.

1.15 NÚMERO DE VAGAS

O Curso de Bacharelado em Serviço Social possui 200 vagas anuais, com entradas semestrais até a contemplação total das vagas, autorizado pela Portaria Sese nº738, de 23/08/2007, D.O.U de 24/08/2007. Portaria Sese nº49/2012.

1.16 INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE E O SUS – RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Metropolitana da Amazônia/FAMAZ, no cumprimento da resolução nº 350 do Conselho Nacional de Saúde, preza pela utilização de rede de serviços que tenham resolutividade e recursos tecnológicos e sociais que estejam inseridos na região metropolitana de Belém, assim como a garantia da oferta de vagas em relação à capacidade instalada para execução das práticas, assim como docentes qualificados/as com competência didático pedagógica e empenhados na aplicação de metodologias ativas, que levem os/as discentes a motivação técnico científica, principalmente a produção de conhecimentos direcionados a necessidade da população e o crescimento/desenvolvimento tecnológico da região.

O processo ensino-aprendizagem é complexo, apresenta um caráter dinâmico e não acontece de forma linear como uma somatória de conteúdos acrescidos aos anteriormente estabelecidos. Exige ações direcionadas para que o discente aprofunde e amplie os significados elaborados mediante sua participação, enquanto requer do docente o exercício permanente do trabalho reflexivo, da disponibilidade para o acompanhamento, da pesquisa e do cuidado, que pressupõe a emergência de situações imprevistas e desconhecidas (MITRE et al, 2008).

As práticas de ensino para os/as discentes do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ serão executadas em instituições de saúde, trazendo o máximo possível a aproximação com as realidades do cotidiano profissional campo de prática/estágio para posteriormente serem inseridos na rede de saúde local, especificamente nas Unidades hospitalares, ambulatoriais e Unidades Básicas de Saúde com atuação junto à população/comunidade, sempre aplicando métodos pedagógicos capazes de trabalhar o/a discente de forma participativa e desenvolvendo metodologias problematizadora que integrem a comunidade no processo de ensino-aprendizagem.

O quadro discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ é inserido no sistema local e regional de saúde(SUS), através do Termo de Cooperação Técnica nº 006/2015,

firmado com a Prefeitura Municipal de Belém através da Secretaria Municipal de Saúde – SESMA, com vigência até o mês de setembro do ano de 2017, e o Termo de Convênio nº 013/2009, firmado com o Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Administração – SEAD, publicado em D.O de 16/10/2019, renovado através do Termo de Convênio nº 021/2013, com vigência até o mês de outubro do ano de 2017, objetivando o desenvolvimento de atividades de ensino na rede SUS municipal e estadual atendendo a Portaria nº 1.124/2015, que institui as diretrizes para a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), na qual a FAMAZ compõe o Comitê Gestor Local do COAPES do município de Belém.

Com foco na atenção a saúde, o/a aluno/a é inserido de forma integrada e contínua nos vários níveis de atenção a saúde com interface com a educação permanente, possibilitando diferentes cenários de prática profissional, considerando pressupostos clínicos e epidemiológicos, com a identificação das necessidades individuais e coletivas desde o início acadêmico.

1.17 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE/SUS - RELAÇÃO ALUNOS/AS USUÁRIO/AS

As atividades práticas desenvolvidas na estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Metropolitana são desenvolvidas no processo de integração do/a aluno/a no campo específico de atuação, com aptidão para desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, no nível individual e coletivo, que contemplem as áreas de Atenção Básica, Média e Alta complexidade, sempre com o intuito de integração com as redes de atenção à saúde (RAS), tendo como grande norteador o processo de planejamento, acompanhamento e avaliação, e fundamentalmente a melhoria da qualidade do cuidado ao usuário.

1.18 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA A ÁREA DA SAÚDE

A saúde como campo de estágio e espaço de trabalho do/da profissional de Serviço Social, reflete o que já vem sendo apontado por autores da área que desde os anos 90 fazem reflexões sobre a necessidade da direção ética- política, teórica- metodológica e técnica-operativa do Serviço Social, em uma aproximação do debate da reforma sanitária, do SUS que queremos e do próprio projeto profissional. As experiências dos/das profissionais em espaços de trabalho desde a atenção primária, média e alta complexidade, controle social e gestão dos programas e serviços no âmbito público e privado da saúde, consolidam essa necessidade de articulação na perspectiva crítica do Serviço Social, visto as ameaças dos desmontes de direitos vinculados às políticas sociais.

O Assistente Social é a quarta maior categoria profissional no âmbito do SUS segundo

COSTA (1998), essa mesma autora aponta que nas contradições da política de saúde o/a profissional se firma, porém infere a necessidade de reconstrução dos processos de trabalho a partir da negação do modelo médico hegemônico. Em todos os autores que pesquisam o Serviço Social na saúde se aponta a necessidade de ruptura com o Serviço Social tradicional, consolidando no cotidiano esse desafio com base na instrumentalidade da profissão.

Construir o campo de estágio em saúde para o curso de Serviço Social da FAMAZ é se colocar diante dos desafios apresentados. A demanda por vagas desde a abertura do campo de estágio apontou esses desafios descritos e configurados a partir dos espaços sócios ocupacionais firmados nos convênios com as instituições/entidades, bem como, com a relação cada vez mais estreita entre discentes, orientadores (as) de campo e orientadores (as) acadêmicas.

As atividades práticas desenvolvidas na estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ são desenvolvidas procurando integrar o estagiário ao campo específico de sua atuação, articulando-o com outras áreas do saber interdisciplinar, a fim de estimular a produção do conhecimento e a integração entre a teoria e prática.

Essas atividades consistem no intercâmbio entre ensino-serviço-comunidade, que contribuem para as ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, em nível individual e coletivo, melhoria da qualidade de vida das pessoas, funcionamento dos serviços de saúde locais e compromisso ético político.

As atividades são planejadas e realizadas respeitando o calendário acadêmico, e os cronogramas do curso e a dinâmica dos serviços, por meio de definição de agenda integrada com o sistema local e regional de saúde/SUS. Além disso, a instituição avalia o processo de trabalho em saúde desenvolvido no âmbito do curso e nos serviços, com mecanismos de acompanhamento regulamentados institucionalmente e sob supervisão/acompanhamento docente.

Os/as discentes são inseridos nos campos de estágios diferentes, privilegia-se a perspectiva de inserir em campos desde a atenção primária até a alta complexidade, acompanhada por uma Docente Supervisora Acadêmica e uma Assistente Social vinculada ao local de estágio que atua como supervisora de campo, como preconizado na política de estágio do Serviço Social, pelas orientações e resoluções que conduzem o estágio como processo de ensino aprendizagem.

2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Metropolitana FAMAZ possui Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos termos da Resolução CONAES nº1, de 17/06/2010.

O NDE do curso atua de maneira eficaz, com plena participação em todas as etapas de revisão e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), vislumbrado mediante discussões em reuniões (ordinárias e/ou extraordinárias), elaboração de atas, documentos, entre outros.

A Resolução COSUP n.º 06/2010, de 14/09/2010, dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação, Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial na FAMAZ e define as atribuições e critérios de constituição dos NDEs, em seu Art. 5º:

- I. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, Legislação, Atos Normativos do MEC, Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), assumindo como metodologia o processo de construção coletiva;
- II. Promover a atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso, bem como a sua consolidação no contexto institucional;
- III. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado do Curso de Graduação, sempre que necessário;
- IV. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do Curso de Graduação em consonância com as definições do Colegiado do respectivo Curso de Graduação;
- V. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares que integram a Matriz Curricular prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação;
- VI. Emitir parecer sobre proposta de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do respectivo Curso de Graduação;
- VII. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e de extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VIII. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso e para o alcance dos objetos presentes no PPC;
- IX. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no PPC, bem como pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação; e
- X. Assessorar a Coordenação do Curso em suas atividades acadêmicas específicas.

O NDE do Curso de Bacharelado em Serviço Social apresenta 05 (cinco) membros, além do(a) coordenador(a) do curso, em conformidade com Resolução COSUP n.º 06/2010, que estabelece em seu Art. 7º, sendo que a maioria destes participou plenamente da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso e tem clara responsabilidade com a implantação do mesmo.

O Curso de Bacharelado em Serviço Social apresenta 100% do NDE com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu e 83,33% possuem

formação acadêmica na área do curso. O NDE apresenta 100% dos docentes do NDE em regime de trabalho de tempo parcial (16,66%), e (83,33%) regime de trabalho em tempo integral.

A instituição, com base em seu plano de capacitação docente, incentiva e estimula, por meio de ações de qualificação didático-pedagógica e de cunho financeiro, a permanência dos docentes no NDE para manter a qualidade do curso e o bom relacionamento entre o corpo social e a mantenedora.

Os Membros do atual NDE do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ são os seguintes:

Nome do Docente + CPF	Titulação Máxima (TM)	Área de Conhecimento TM	Graduação + IES + Ano de Conclusão	Experiência Acadêmica e Profissional	Regime de Trabalho
IVETE DE FATIMA FERREIRA BRABO 181.637.182-34	Mestrado	Serviço Social	Serviço Social/UFPA ¹ (1990)	24 anos + 5 anos	Tempo Integral
ROSIANE DE SOUZA TORRES 303.385.302-15	Mestrado	Serviço Social	Serviço Social/UNAMA ² (1998)	3 anos e 5 meses + 15 anos	Tempo Integral
ROSIANE COSTA DE SOUZA 401.477.622-00	Mestrado	Serviço Social	Serviço Social/UFPA (1996)	09 + 21 anos	Tempo Integral
ANA CLÁUDIA FILGUEIRAS GUEDES 332.899.642-72	Mestrado	Serviço Social	Serviço Social/UFPA (1997)	2 a 5m + 19 anos	Tempo Parcial
LAIRA VASCONCELOS DOS SANTOS 983.942.662-15	Mestrado	Serviço Social	Serviço Social/UFPA (2011)	2 anos + 2 anos	Tempo Integral
LEONARDO FABIANO DE SOUSA MALCHER 624.710.152-04	Doutorado	Antropologia Social	Ciências Sociais – UFPA (2000)	3 anos + 5 anos	Tempo Integral

¹UFPA – Universidade Federal do Pará

²UNAMA – Universidade da Amazônia

O Coordenador do Curso tem o papel de proporcionar adequada articulação entre o NDE e o Colegiado do Curso, com o objetivo de aprimorar o processo de oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda a Coordenação oferecer apoio técnico-administrativo ao NDE para o seu pleno funcionamento.

2.2 ATUAÇÃO DO (A) COORDENADOR (A)

A coordenação do Curso de Bacharelado em Serviço Social é formada pelo(a) coordenador(a) efetivo(a) designado(a) pela Direção Geral, que trabalha de forma atuante

considerando, em uma análise sistêmica e global os aspectos de gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores.

As ações das Coordenações de Curso de Graduação da FAMAZ são orientadas por um modelo de gestão participativa, de modo a propiciar o engajamento de docentes e discentes nas atividades do curso. A Coordenação do do Curso de Bacharelado em Serviço Social é formada apenas pela Coordenação Efetiva, não havendo a figura do(a) coordenador(a) adjunto(a).

As principais atribuições da coordenação do curso, previstas no Projeto Pedagógico do Curso e regulamentadas no Regimento Interno da FAMAZ, nos artigos 20 a 23, estão descritas a seguir:

- I. Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- II. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- III. Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- IV. Apresentar, semestralmente, à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- V. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- VI. Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- VII. Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;
- VIII. Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de tecnologia, de pós-graduação e/ou desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- IX. Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- X. Decidir, após pronunciamento do(a) professor(a) da disciplina, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- XI. Delegar competências; e
- XII. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento Interno da IES.

Além disso, foi estabelecido pelo Núcleo de Apoio ao Docente e Discente (NADD) da FAMAZ, protocolo de rotina mensal e diária da Coordenação dos cursos de graduação que contempla, especificamente, as seguintes atividades necessárias ao monitoramento e controle das atividades administrativo-pedagógicas junto a docentes e discentes dos cursos, são elas:

- I. Verificação da permanência do docente em sala de aula (cumprimento de horários de aulas e assiduidade);
- II. Acompanhamento e controle de permutas de aulas (mediante formulário específico);

- III. Atendimento de discentes na coordenação para verificação de ocorrências, acompanhamento da condução das aulas e encaminhamentos pertinentes (registro mediante uso de formulário específico);
- IV. Emissão de pareceres em protocolos solicitados para a coordenação do curso;
- V. Elaboração e entrega da folha de pagamento ao setor de recursos humanos em tempo hábil (registrar o lançamento das faltas para os docentes em folha);
- VI. Orientação aos docentes do curso quanto ao registro do ponto e prazo estabelecido para a justificativa;
- VII. Orientação aos docentes quanto às questões do desenvolvimento do curso;
- VIII. Orientação quanto ao agendamento e normas para uso dos espaços pedagógicos (laboratórios de informática, laboratórios de saúde, biblioteca, entre outros) conforme planejamento previsto no plano de ensino das disciplinas do curso;
- IX. Realização de reuniões previamente agendadas junto aos docentes e registro da frequência para encaminhamento ao NADD;
- X. Recebimento e análise (mediante formulário específico) dos planos de ensino das disciplinas do curso, de acordo ao cronograma estabelecido pelo NADD; e
- XI. Recebimento e análise (mediante formulário específico) das avaliações (regimentais e substitutivas) das disciplinas (mediante formulário específico), de acordo ao cronograma estabelecido pelo NADD.

Da mesma forma, os Coordenadores de Curso de Graduação seguem protocolo de rotina semestral que contempla, especificamente, as seguintes atividades necessárias ao monitoramento e controle das atividades administrativo-pedagógicas:

- I. Entrada mensal nas turmas do curso para averiguação e coleta de informações para sobre o trabalho docente e a infraestrutura física e acadêmica do curso e da IES;
- II. Elaboração de relatório sobre os aspectos positivos e negativos do acompanhamento realizado no item anterior;
- III. Entrega de calendário das avaliações regimentais (1ªAR e 2ªAR) e avaliações substitutivas;
- IV. Atendimento e acompanhamento do trabalho docente, bem como o encaminhamento ao NADD (com registro e impresso próprio);
- V. Atendimento e registro de discente e encaminhamento ao NADD (com registro e impresso próprio);
- VI. Acompanhamento e supervisão da interdisciplinaridade no curso de graduação;
- VII. Planejamento e acompanhamento de atividades de apoio extraclasse e psicopedagógico aos discentes no que tange aos aspectos da acessibilidade, atividades de nivelamento e atividades extracurriculares não computadas como atividades complementares;
- VIII. Apoio à realização e legitimidade do processo de eleição de representante de turmas (no início de cada semestre);

- IX. Realização de reuniões com representantes de turma, em quantitativo mínimo de uma reunião por bimestre letivo;
- X. Convocar e presidir as reuniões (ordinárias e extraordinárias) do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso, em quantitativo mínimo de uma reunião por bimestre letivo;
- XI. Elaborar atas das reuniões (ordinárias e extraordinárias) do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso (em modelo estabelecido pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional);
- XII. Elaborar o planejamento do curso para Semana de Acolhimento de calouros;
- XIII. Elaborar relatório dos indicadores de gestão (conforme modelo estabelecido pela Direção Geral e NADD);
- XIV. Recebimento e avaliação dos planos de ensino (preenchimento dos indicadores em planilha eletrônica);
- XV. Recebimento e avaliação das provas (preenchimento dos indicadores em planilha eletrônica);
- XVI. Checagem da entrega dos diários de notas, frequências e conteúdos na Secretaria Acadêmica nas datas previstas no calendário acadêmico e;
- XVII. Participar do planejamento no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e todo o conjunto de atividades previstas à instituição de ensino.

O coordenador do Curso de Bacharelado em Serviço Social também é responsável pelo engajamento de professores e alunos em programas e projetos de extensão, responsabilidade social e de iniciação científica que aproximam os alunos dos novos conhecimentos técnico-científicos e estimulam o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade.

A FAMAZ incentiva a iniciação científica por meio de programas e projetos específicos, de modo a fortalecer o processo de ensino/aprendizagem e permitir aos agentes educacionais vínculos permanentes com a produção e aplicação do conhecimento.

No intuito de participar ativamente do processo de avaliação do curso, a coordenação do Curso de Bacharelado em Serviço Social, por meio de seus órgãos colegiados, articulada à Comissão Própria de Avaliação (CPA) e mantendo-se atualizada com a legislação e normas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), promove a análise crítica dos relatórios de avaliação interna emitidos pela CPA e dos relatórios de avaliação externa referentes ao curso emitidos pelo MEC/INEP.

2.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, DE MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA DO (A) COORDENADOR (A)

O(A) Coordenador(a) do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Ivete de Fátima Ferreira Brabo, Assistente Social, Mestre em Serviço Social: Políticas Públicas e Cidadania pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social, no Instituto de Ciências Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA), ano 2008, é Bacharel em Serviço Social, graduada pela Universidade Federal do Pará – UFPA ano 1990.

O(A) Coordenador(a) do Curso de Bacharelado em Serviço Social possui experiência de magistério superior de, no mínimo, 5 anos. Possui experiência Profissional acadêmica e não acadêmica acima de 10 anos. Experiência em gestão acadêmica acima de 04 anos em graduação.

Os títulos e experiências acima transcritas foram extraídos do currículo disponibilizado na Plataforma Lattes, estando também em poder da instituição, devidamente comprovados, disponíveis para apreciação da comissão do MEC/INEP.

As ações das coordenações da FAMAZ são orientadas por um modelo de gestão participativa, de modo a propiciar o engajamento de docentes e discentes nas atividades do curso.

2.4 REGIME DE TRABALHO CARGA HORÁRIA DE COORDENAÇÃO DO CURSO DO(A) COORDENADOR(A)

A Coordenação Geral do Curso de Bacharelado em Serviço Social possui vínculo com a instituição sob o regime de 40 (quarenta) horas semanais (Tempo Integral), dedicadas exclusivamente à gestão acadêmica, não havendo atuação do coordenador do curso como docente no próprio curso ou nos demais cursos desenvolvidos na IES. A relação entre o número de vagas anuais autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é menor que 10 (dez), mais precisamente 2,5 (dois e meio) vagas.

2.5 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social é constituído por professores/as que, além de reunirem qualidades de educadores/as e pesquisadores/as, assumem o compromisso de respeitar os princípios e valores explicitados no Regimento Geral da IES, no Plano de Carreira Docente e demais normas aprovadas pelos colegiados superiores da FAMAZ.

A seleção do corpo docente é feita com base nas normas de recrutamento, seleção e admissão fixadas pelo Conselho Superior (COSUP), respeitada a legislação trabalhista. Cabe a cada Coordenadoria de Curso comprovar a necessidade da contratação de docentes.

Para ingressar no quadro docente da FAMAZ, o(a) candidato(a) deverá submeter-se ao Processo Seletivo Docente, composto por prova escrita de conhecimentos pedagógicos na área da disciplina que pretende lecionar e prova de didática sobre assunto constante do Plano de Ensino da disciplina que pretende ministrar. Ademais, o candidato terá seu currículo analisado, bem como se submeterá a Exame Psicológico de Aptidão.

O quadro docente da FAMAZ é integrado por:

- I. Professor/a Doutor/a: aquele que possui título de doutor/a, obtido em curso nacional ou equivalente estrangeiro, ou de livre-docente;

II. Professor/a Mestre: aquele que possui título de mestre, obtido em curso nacional ou equivalente estrangeiro;

III. Professor/a Especialista: aquele que possui certificado de especialização, em nível de pós-graduação, na área em que irá atuar, de acordo com a legislação vigente.

A IES conta com Plano de Carreira do Magistério Superior devidamente protocolado junto ao órgão competente e regulamentado pela FAMAZ. O documento prevê condições para a qualificação docente, o qual poderá afastar-se das funções para participar de congressos, reuniões relacionadas à sua atividade técnica ou docente e ainda, cursar programas de Mestrado e Doutorado, podendo receber ajuda financeira da Entidade Mantenedora.

A IES, com vistas ao atendimento das necessidades gerais e específicas de seu corpo docente, executa, com regularidade, atividades programadas para esse fim, como reuniões técnicas de natureza pedagógica. Também, investe, financeiramente, na participação de professores/as em eventos promovidos por outras instituições, congressos e seminários.

No início de cada semestre, as coordenações dos cursos de graduação e o Núcleo de Apoio ao Docente e Discente, programam a Semana de Aperfeiçoamento do Trabalho Docente que tem por objetivo promover o planejamento didático-pedagógico do corpo docente da IES. Nesta semana são feitas todas as orientações acadêmicas, de questões de procedimentos adotados na rotina acadêmica, discussão e aprovação dos planos de ensino, minicursos, palestras, aulas práticas, visitas técnicas e demais eventos a serem oferecidos ao longo do semestre, além de aspectos relacionados à metodologia do ensino e de avaliação.

É orientado que cada docente, em sua primeira aula, faça o detalhamento do programa de ensino a ser ministrado no período letivo, assim como os títulos relativos às bibliografias básicas e complementares do componente curricular. Também são explanados, pelo(a) professor(a) ao corpo discente, aspectos acerca da metodologia de ensino e critérios de avaliação, conforme o seu Plano de Ensino aprovado em reunião do colegiado.

Durante o semestre as Coordenadorias dos cursos de graduação autorizados e/ou reconhecidos, sob orientação constante do NADD e a participação dos alunos/as, realizam o acompanhamento pedagógico da atuação do/da docente, com a avaliação ao final de cada semestre.

Os docentes do Curso de Bacharelado em Serviço Social devem estar em constante adaptação às necessidades pedagógicas de cada turma, assim como as necessidades individuais de cada aluno/a. O corpo docente tem como prioridade intermediar o processo ensino-aprendizagem adotando recursos técnicos para agir como facilitador/a e mediador/a do processo ensino-aprendizagem.

São atribuições do(a) professor(a) no exercício de suas atividades acadêmicas:

- I. Elaborar o plano de ensino de sua disciplina submetendo-o à aprovação do Colegiado de Curso;
- II. Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária;

- III. Registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos/as alunos/as;
- IV. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento escolar e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- V. Fornecer, à Secretaria, os resultados das avaliações do aproveitamento escolar e os registros da frequência do alunado, nos prazos fixados;
- VI. Observar o regime disciplinar da FAMAZ;
- VII. Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e das comissões para as quais for designado;
- VIII. Recorrer das decisões dos órgãos deliberativos ou executivos;
- IX. Comparecer a reuniões e solenidades programadas pelo(a) Reitor(a) e órgãos colegiados;
- X. Responder pela ordem na sala de aula, pelo uso do material e pela sua conservação;
- XI. Orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;
- XII. Realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações;
- XIII. Abster-se da defesa de ideias ou princípios contrários à democracia;
- XIV. Comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que solicitado ou para aplicação de exames;
- XV. Participar, quando convocado, dos processos seletivos de admissão; e
- XVI. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei.

2.6 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO – PERCENTUAL DE DOUTORES

O Curso de Bacharelado em Serviço Social possui um total de 19 (dezenove) docentes, sendo 05 (cinco) professores/as doutores/as, o correspondente a 26,31% do total de docentes do curso, 13 (treze) professores/as mestres/as, o correspondente a 68,42% do total de docentes do curso e 1 (um) docente especialista, o que corresponde a 5,26% do total de docentes do curso, perfazendo 100% dos docentes do curso de com titulação *Stricto Sensu* e 5,26% e 94,73 com titulação *Lato Sensu*.

2.7 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

O Regime de Trabalho do corpo docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social é distribuído em Tempo Integral (TI) e Tempo Parcial (TP). O curso de Bacharelado em Serviço Social possui 19 (dezenove) docentes, dos quais de 10 (dez) docentes (52,63%) estão sob o regime de Tempo Parcial e 08 (oito) docentes (42,10%) sob o regime de Tempo Integral e 01 docente (5,26%) é horista, os quais somados representam 100%.

O regime de contratação, sempre sob a égide da legislação trabalhista, obedece aos

critérios definidos pela Instituição, que privilegia os docentes com melhor qualificação acadêmica na contratação pelos regimes de Tempo Integral (TI) e Tempo Parcial (TP). Estes docentes assumem responsabilidades de atividades de ensino e pesquisa/iniciação científica. Na carga de horas-atividades distribuídas aos docentes para desenvolvimento de projetos e programas de ensino, iniciação científica e extensão, quanto maior for à qualificação do professor, maior será o percentual de horas/atividades.

Na distribuição da jornada horária dos/as professores/as estão incluídas, além das tarefas de ministração de aulas; preparo, aplicação e correção de provas; testes ou exames; tempo para orientação discente; participação em projetos de pesquisa/iniciação científica e extensão, em atividades culturais; em gestão acadêmica (NDE e Colegiado de Curso); orientação de trabalho de conclusão de curso, de estagiários e participação em programas de capacitação docente, tutoria e orientação da Comunicação Acadêmica de Serviço Social – CASS, que constitui-se em trabalho acadêmico realizado pelos discentes, integrando as disciplinas do semestre em cada período, orientado e avaliado pelos docentes mediante apresentação.

2.8 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

O curso de Bacharelado em Serviço Social possui um total de 19 (dezenove) docentes, sendo que apresenta um contingente de 15 (quinze) docentes com experiência profissional, fora do magistério superior maior ou igual 3 (três) anos anos, o correspondente à 90,50%. Apenas 2 (dois) professores, 10,52% não possuem experiência profissional.

2.9 EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE

O curso de Bacharelado em Serviço Social possui um corpo docente formado de 19 (dezenove) docentes com experiência de magistério superior a 3 (três) anos em 71,40% dos docentes. De um total de 19 (dezenove) docentes, 2 docentes (9,5%) apresentam pelo menos 2 anos de experiência de magistério superior e 4 (quatro) professores, 19,10%, possuem apenas 1 (um) ano de experiência docente em nível superior de ensino.

2.10 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O curso de Bacharelado em Serviço Social é composto pelo Colegiado de Curso, para as funções deliberativas e normativas, na implementação e consolidação das políticas institucionais e

do projeto pedagógico de curso.

O Colegiado atende o disposto na Resolução COSUP n.º 06/2011, de 29/12/2011, e o Regimento Interno da FAMAZ atuando de maneira eficaz, com plena participação em todas as decisões referentes ao curso, com representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamentos das decisões.

De acordo com Art. 11, do Regimento Interno, e Art. 4º Resolução COSUP n.º 06/2011, o Colegiado do curso de Bacharelado em Serviço Social curso de graduação possuem as seguintes atribuições:

- I. Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso e suas alterações;
- II. Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas, funcionamento do curso, respeitando a legislação em vigor;
- III. Emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do COSUP;
- IV. Pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- V. Opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- VI. Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- VII. Promover a avaliação periódica do curso e;
- VIII. Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

O Colegiado de Curso vincula-se à Coordenação do Curso de Graduação e apresenta um total de 06 (seis) membros, conforme Art. 11 do Regimento Interno, nomeados mediante Portaria da Reitoria. O Colegiado do Curso é composto por 05 (cinco) representantes do corpo docente do curso, sendo 03 (três) escolhidos pela Direção Geral e 02 (dois) pelos seus pares e 01 (um) representante discente do Curso, sendo presidido pela Coordenação do Curso.

As reuniões do Colegiado de Curso acontecem por convocação do seu presidente ou por solicitação própria, a partir das demandas de situações consideradas como próprias das atribuições do órgão e são registradas em atas. O Colegiado de Curso reúne-se, em sessão ordinária, duas vezes durante o semestre letivo e, em sessão extraordinária, sempre que convocado pelo(a) Coordenador(a) do Curso.

Ao longo do curso, o Colegiado tem se reunido em diversas ocasiões para tratar da organização dos componentes curriculares, da distribuição da carga horária, deliberação de ementários e revisão de bibliografias indicadas para as disciplinas, em trabalho de equipe com professores e coordenação do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

O(A) coordenador(a) do curso tem o papel de proporcionar adequada articulação do Colegiado do Curso com o NDE, com o objetivo de aprimorar o processo de oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda à coordenação oferecer apoio técnico-administrativo ao Colegiado para seu pleno funcionamento.

2.11 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

A FAMAZ acredita na iniciação científica/pesquisa como um grande diferencial de desenvolvimento humano e mercadológico. Nas mais diversas áreas do conhecimento, ela abre caminhos que permitem o amadurecimento acadêmico de professores e alunos dedicados a procurar respostas.

A realização da iniciação científica/ pesquisa integrada à graduação reflete a busca incessante do homem na solução dos problemas do cotidiano. Assim, a Faculdade desenvolve a iniciação científica/pesquisa, o ensino e a extensão, a fim de produzir e divulgar o conhecimento através da produção científico-acadêmica nos campos técnico, científico e artístico-cultural.

No que tange à produção científica, cultural, artística e tecnologia do corpo docente do curso de Bacharelado em Serviço Social curso de graduação, a ser comprovado, nas pastas docentes, pela comissão do MEC/INEP no momento da visita *in loco*, 7 (sete) docentes, o correspondente a (36,84%) dos docentes do curso, possuem mais de 09 (nove) produções nos últimos 3 anos, enquanto que 1 (uma) docente (5,26%) possui entre 7 a 9 produções; 10(nove) docentes (52,26%) possuem entre 1 a 3 produções e 1(uma) docente, (5,26 %), não possui nenhuma produção nos últimos 3 anos.

3. INFRAESTRUTURA

A Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) dispõe de infraestrutura física própria localizada na Avenida Visconde de Souza Franco n.º 72, Bairro do Reduto, Município de Belém, Estado do Pará.

Constituída, atualmente, por quatro edificações, as instalações prediais da IES foram projetadas para atender às finalidades educacionais e às especificações técnicas quanto às dimensões, à iluminação, à ventilação e acústica, que se encontra em excelente estado de conservação.

As instalações físicas acadêmicas e administrativas da FAMAZ são adequadas ao número de usuários atuais e futuros e para o ramo de atividade que trabalha. Todas as salas de aula, biblioteca e demais espaços e dependências de utilização acadêmica estão equipados com ar condicionado, mobiliário e iluminação adequada, isolamento de ruídos, equipamentos de prevenção de incêndio e boa higiene. Além destas características, as instalações atendem aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

3.1 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES EM REGIME DE TEMPO INTEGRAL

A FAMAZ possui excelente estrutura física de trabalho para os professores do curso de

Bacharelado em Serviço Social. A sala disponível aos professores contratados em regime de tempo integral (TI) possui 14 (quatorze) gabinetes equipados com computadores, mesas e cadeiras de escritório e lixeiras, para atendimento individualizado dos discentes e ainda disponibiliza 20 (vinte) cabines individuais, cada uma contendo um computador com acesso à internet e rede wi-fi, os principais softwares de produtividade do pacote Office e impressora a laser em rede local.

Todos os espaços atendem aos aspectos quantidade, dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, conservação e comodidade, possibilitando o desenvolvimento das atividades acadêmicas de forma excelente.

A FAMAZ dispõe de infraestrutura adequada ao atendimento do portador de deficiência, em conformidade com a legislação atual, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2002, Decreto nº 6.949/2009 e a Portaria nº 3.284/2003, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e as disposições técnicas indicadas na norma ABNT NBR 9050/2015, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Destacam-se mecanismos apropriados, como rampas, banheiros adaptados, cadeiras de rodas, pessoal de apoio, que possibilitam o acesso e utilização de pessoas com limitação de mobilidade a todos os seus ambientes.

3.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

O curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ possui gabinete de trabalho para o desenvolvimento das funções administrativo-pedagógicas do(a) coordenador(a) de curso, exclusivo e individual, com equipamentos de informática, acesso a internet e rede *wi-fi*, bom dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, acessibilidade, conservação, comodidade e mobiliário adequados.

A coordenação do curso conta também com recepção e atendimento a docentes e discentes do curso realizada por funcionários do corpo técnico-administrativo que dão apoio e suporte às demandas da coordenação em tempo integral de funcionamento da mesma. Todos os ambientes são modernamente equipados de forma a garantir conforto e comodidade aos alunos.

Há ainda na IES espaço reservado para as reuniões dos professores do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

3.3 SALA DOS PROFESSORES

A FAMAZ possui excelente sala dos professores com 180 (cento e oitenta) m² e funciona com estrutura adequada à recepção dos docentes, planejamento e preparação

das aulas e demais atividades, atendendo, plenamente, aos requisitos de dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, acessibilidade, conservação, comodidade e mobiliário adequados.

A sala de professores é coletiva é utilizada de maneira rotativa por professores. Este ambiente permite o acesso a mesas coletivas, armários individuais, computadores, sanitários, espaços de entretenimento, espaço zen e outros, descritos a seguir:

I. Recepção com atendente nos três turnos, telefone com ramal e materiais didáticos disponíveis para os professores com solicitação prévia.

II. Copa, com funcionárias para atendimento os professores nos três turnos de funcionamento da IES, estando equipada com geladeira duplex com 240 (duzentos e quarenta) litros de capacidade, microondas, cafeteira, forno elétrico, sanduicheira, centrífuga para sucos, sendo diariamente fornecida aos professores (e demais funcionários) água mineral (bebedouro), café preto, café com leite, bolacha de água e sal e biscoito recheado.

III. Espaço equipado com 12 (doze) computadores, utilizados de forma rotativa pelos docentes, com conexão à internet e os principais softwares de produtividade do pacote Office, além de recursos de apoio como caixas de som e impressora a laser multifuncional em rede local para impressão de documentos relativos às aulas das disciplinas ministradas na IES, segundo planejamento prévio. Cada curso de graduação dispõe aos professores de cota mensal de cópias na reprografia, mediante autorização da Coordenação de curso.

IV. Espaço de convivência com 12 (doze) mesas, 72 (setenta e duas) cadeiras estofadas e 200 (duzentos) armários rotativos.

V. Espaço de entretenimento, dotado de televisão de 29 (vinte e nove) Polegadas, 02 (dois) sofás com 2 (dois) e 3 (três) lugares e 1 (uma) mesa com jogos diversos.

VI. Espaço zen para descanso com 03 (três) cadeiras de relaxamento com massagem.

VII. Além de 02 (dois) banheiros, sendo 1 (um) feminino e 1(um) masculino.

3.4 SALA DE AULA

As instalações acadêmicas são dotadas de toda a infraestrutura necessária para a utilização de seu corpo social. Todas as salas de aula do curso de Bacharelado em Serviço Social estão implantadas de modo excelente e equipadas, segundo a finalidade em termos de mobiliário e equipamentos específicos. Diariamente são executados serviços de limpeza e manutenção, que colaboram na conservação dos móveis, pisos e

recursos didáticos existentes.

Todas as salas apresentam dimensões e acústica necessárias para atender a quantidade de alunos em seu interior, com climatização e iluminação que obedecem aos critérios estabelecidos para salas de aula. Dispõem de datashow, quadro branco, mesa e cadeiras estofadas para docentes e discentes. Todas as salas possuem ar condicionado e placas indicativas com número da sala e bloco. Cada sala possui acesso à internet banda-larga, via rede wireless, além do acesso à intranet da IES, aos bancos de dados, artigos eletrônicos, bibliotecas virtuais e ao acervo da biblioteca.

Quando há necessidade ou nos casos da existência de situações especiais (alunas com gravidez de risco, acidentados, recém-operados, entre outros), a turma é alocada para salas adequadas à acessibilidade, localizadas no piso térreo ou mais próximo possível dos equipamentos que garantam facilidade ao deslocamento dos alunos.

A FAMAZ possui ainda área destinada à alimentação, com serviço de lanchonete; serviço de reprodução gráfica; áreas de convivência e auditório, com todos os requisitos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

O quantitativo de ambientes destinados ao processo ensino-aprendizagem, no curso de Bacharelado em Serviço Social totaliza 10 (dez) salas de aulas, com dimensões que variam de 50 a 70 m², cuja capacidade destina, no mínimo, 1,2 m² por aluno.

O curso de Bacharelado em Serviço Social possui, em 2017/1, 08 (oito) turmas em pleno funcionamento.

3.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A FAMAZ disponibiliza 5 (cinco) laboratórios de informática com excelente quantidade de equipamentos, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares, espaço físico adequado, excelente dimensionamento, limpeza, iluminação, acústica, climatização, acessibilidade, conservação e comodidade, onde os/as discentes participam das aulas e realizam pesquisas e produção de trabalhos específicos da área.

O agendamento do uso dos laboratórios de informática pelos(as) docentes é realizado por meio da sala dos/as professores/as, responsáveis pela organização do calendário junto à equipe de tecnologia da informação. No caso dos discentes não é necessário agendamento, pois existe disponibilidade integral de uso de laboratório, nos três turnos de funcionamento da IES, sempre com a presença de um responsável qualificado, auxiliando os usuários em suas dúvidas com as bases de dados e ferramentas de pesquisas disponíveis.

Ao detectar alguma disfunção no equipamento ou em algum recurso tecnológico, o coordenador, professor ou funcionário deverá dar abertura à Ordem de Serviço, via página da IES, junto ao NTI. O/a técnico/a em informática avaliará o defeito e, se for o caso, prestará a devida manutenção ao equipamento imediatamente. Em caso de necessidade de abertura do equipamento, se dentro da garantia, será remetido aos revendedores; os demais serão movidos até o NTI para que seja realizada a manutenção pelo próprio técnico ou a substituição de peças, se necessário. Caso o período de manutenção do equipamento seja superior a três dias, por motivos adversos, como substituição de componentes, ele deverá ser substituído por outro equipamento até que o problema seja solucionado.

Em períodos de férias (julho e janeiro), é efetivada a manutenção preventiva e a vistoria dos equipamentos, colocando-os ao pleno uso durante o semestre letivo. E ainda há política de atualização de equipamentos e softwares.

A aquisição de software para os laboratórios ocorre mediante a solicitação por parte dos professores ao coordenador dos Laboratórios. O professor deve justificar a utilidade do referido software para sua(s) disciplina(s) e enviar o pedido ao gestor(a) do NTI que avaliará e, se aprovado pela Diretoria, encaminhará a solicitação ao setor de compras.

A FAMAZ adotou a forma de licenciamento *MSDN Academic Alliance* junto a *Microsoft*, que permite a instalação ilimitada nos laboratórios de inúmeros softwares, incluindo fornecimento de licenças para alunos, versões betas de aplicativos e bibliotecas de desenvolvimento.

Os laboratórios possuem instalado o software *Net Op School* que dá ao professor/a controle total sobre a aula através de funcionalidades como: bloquear a estação do aluno, visualizar a tela do aluno/a, reproduzir nos computadores dos alunos/as a mesma imagem do seu computador, entre outros..

A Internet é outro fator relevante, no que diz respeito à tecnologia avançada e de última geração. É de fundamental importância para a coleta e transmissão de informações, envio de mensagens para o contato com instituições de ensino, contudo, para restringir o acesso a sites de conteúdos inadequados, a IES possui um filtro de conteúdo constantemente atualizado.

A utilização da Internet na forma de contas de e-mails e horas de pesquisa, nos laboratórios e sala dos professores, é gratuita e ilimitada para professores. A utilização da Internet, na forma de horas de pesquisa, nos laboratórios, é gratuita e limitada para alunos/as. Esta limitação leva em conta o hardware disponível, sua quantidade, capacidade e utilização.

A atual velocidade do *link* e quantidade de equipamentos disponíveis para fim de pesquisa deverá acompanhar a demanda e evolução do quantitativo de alunos, para que possibilite um ambiente satisfatório para a pesquisa e o estudo.

3.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A IES possui um acervo de bibliografia básica disponível de maneira excelente e atendem aos programas das disciplinas de todos os semestres do curso de Bacharelado em Serviço Social, com 3 (três) títulos por unidade curricular na proporção média de 1 (um) exemplar para a faixa de 10 (dez) a menos de 15 (quinze) vagas anuais, atualizados e tombados junto ao setor de patrimônio da FAMAZ. Assim, o acervo de livros da bibliografia básica é plenamente adequado à proposta pedagógica do curso com relação à quantidade, pertinência, atualização e relevância acadêmico-científica, atendendo aos planos de ensino das disciplinas.

A bibliografia é atualizada a partir da Política de Atualização do Acervo da FAMAZ. O acervo bibliográfico da FAMAZ é atualizado por solicitação da coordenadoria do curso, professores, alunos e da equipe da biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada unidade curricular dos cursos ministrados, em todos os níveis, seguindo a política de aquisição da Instituição. O planejamento econômico-financeiro reserva dotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo.

É válido acrescentar que, ao longo da existência do curso de Bacharelado em Serviço Social, alguns títulos foram substituídos por tratar-se de bibliografias esgotadas e/ou desatualizadas do contexto acadêmico. Essas substituições, porém, em nada interferiram no apoio bibliográfico, aos discentes e docentes, necessário às disciplinas, ao contrário, foram realizadas no sentido de melhorar a atualização do acervo bibliográfico do curso.

Além do acervo específico de cada curso, a Biblioteca da FAMAZ possui a disposição livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento e biblioteca eletrônica, que são utilizados nos computadores postos à disposição dos alunos e que possam contribuir para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

3.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

O acervo atende as indicações bibliográficas complementares referidas nos programas das disciplinas de todos os semestres do curso de Bacharelado em Serviço Social curso de graduação, com 05 (cinco) títulos por unidade curricular e 02 (dois) exemplares por título. Além disso, conta com acesso às Bibliotecas Virtuais Pearson e Saraiva. O acervo de livros da bibliografia complementar é plenamente adequado à proposta pedagógica do curso com relação à quantidade, pertinência, atualização e relevância acadêmico-científica, atendendo os planos de ensino das disciplinas.

Assim como ocorreu na bibliografia básica, ao longo da existência do curso de Bacharelado em Serviço Social curso de graduação, alguns títulos da bibliografia complementar foram substituídos por tratar-se de bibliografias esgotadas e/ou desatualizadas do contexto acadêmico. Essas substituições, porém, em nada interferiram no apoio bibliográfico, aos discentes e docentes, necessário às disciplinas, ao contrário, foram realizadas no sentido de melhorar a atualização do acervo bibliográfico do curso.

O acervo bibliográfico da FAMAZ é atualizado por solicitação da coordenadoria do Curso, professores/as, discentes e da equipe da biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada unidade curricular dos cursos ministrados, em todos os níveis, seguindo a política de aquisição da Instituição. O planejamento econômico-financeiro reserva dotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo.

A FAMAZ ampliou à comunidade acadêmica cerca de 3.000 títulos que podem ser acessados virtualmente na biblioteca virtual Pearson, a partir de contrato de prestação de serviços. As obras, de diferentes editoras, estão disponíveis no site www.famaz.edu.br, por meio da área do(a) aluno(a) ou do(a) professor(a), no link Biblioteca Virtual 3.0 Universitária.

Elas podem ser acessadas 24 (vinte e quatro) horas por dia a partir de qualquer computador com acesso à Internet, em mais de 40 (quarenta) áreas de conhecimento, como Administração, Biomedicina, Marketing, Economia, Engenharias, Direito, Educação, Medicina, Enfermagem, Psicologia, Educação Física, Radiologia, Odontologia, Psiquiatria, Serviço Social, Recursos Humanos e outras. A ferramenta possibilita que a comunidade acadêmica tenha acesso integral online aos livros-texto de diferentes editoras, como Artmed, Pearson, Manole, Contexto, IBPEX, Papyrus, Casa do Psicólogo, Ática, Scipione, Martins Fontes, Companhia das Letras, EDUCS, Rideel e Jaypee Brothers, dentre outras.

A Biblioteca Pearson disponibiliza o acesso a títulos que podem ser lidos e pesquisados on-line, livros personalizados e sob demanda, conteúdo para educação à distância e consultoria em conteúdo e metodologia educacionais, dentre outros. Também promove a atualização permanente do acervo da biblioteca, a partir da disponibilização de novas edições e lançamentos. Ferramentas que enriquecem e agilizam a pesquisa e/ou estudo estão disponíveis, como pesquisa inteligente, marcadores de páginas, anotações personalizadas; e impressões de páginas avulsas e/ou capítulos avulsos com valores de fotocópia (opcional).

Além da leitura digital dos livros, a plataforma oferece aos usuários um conjunto de funcionalidades que enriquecem a experiência de leitura. Alguns exemplos: acesso em tablets (iPad e sistema Android); Seleção de livros favoritos; anotações eletrônicas nas páginas; compartilhamento de conteúdo em redes sociais (Facebook e Twitter); impressão de até 50% das páginas do livro; descontos de até 40% para compra da

versão impressa do livro; e disponibilidade de acesso 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana.

3.8 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

Com objetivo de melhorar a qualificação dos alunos e professores, a FAMAZ possui acesso ao Portal da CAPES e tem à disposição uma rica base de dados e periódicos específicos da área da Administração e da Gestão de Pessoas, com *Qualis* A1 e A2. A importância deste acesso, que pode ocorrer em toda a área da Instituição, é a possibilidade aos alunos e professores realizarem outras formas de pesquisas além do acervo impresso que existe na biblioteca.

A biblioteca da FAMAZ disponibiliza, por meio do COMUT e assinatura de bases de dados, o acesso a informações em nível nacional e internacional. É incentivado o uso de bases de dados como o Scielo, BVS, Domínio Público, portal da CAPES, portal de teses da UNICAMP, USP e UNESP (unibibliweb) dentre outras, que disponibilizam artigos científicos e periódicos nacionais e internacionais em diversas áreas do conhecimento.

A FAMAZ também disponibiliza o acesso remoto à base de dados EBSCO a todos os seus alunos. Esta coleção provê cobertura de textos na íntegra de periódicos científicos para quase todas as áreas acadêmicas de estudo, entre estas ciências sociais, ciências humanas, educação, informática, engenharia, física, química, letras, artes e literatura.

A EBSCO Health/DynaMed é uma base de dados que oferece quatro grandes bases Academic Search Elite, Medline em Texto Completo, Dynamed – Medicina Baseada em Evidências e Dentistry & Oral Sciences Source.

Esta coleção provê cobertura de textos na íntegra de periódicos científicos para quase todas as áreas acadêmicas de estudo, entre estas ciências sociais, ciências humanas, educação, informática, engenharia, física, química, letras, artes e literatura. Essa base de dados multidisciplinar fornece texto completo para mais de 8.500 (oito mil e quinhentos) periódicos, incluindo texto completo para mais de 4.600 (quatro mil e seiscentos) títulos revisados por especialistas. Estão disponíveis mais de cem revistas especializadas, bem como são fornecidas referências citadas pesquisáveis para mais de 1.000 títulos.

Dentre as principais características do EBSCO podemos citar: acesso on-line, simultâneo e ilimitado por Internet Protocol (IP) ou acesso remoto através de local de acesso restrito no website da instituição; interface única de busca em português; tradutor automático do texto completo para o português; permite fazer buscas por palavra chave, assunto, autor, entre outros; além de que o módulo administrativo permite o gerenciamento da base; e o arquivo, impressão e o envio por e-mail de artigos pesquisados.

A base de dados da EBSCO Health/DynaMed inclui imagens em PDF para grande maioria dos artigos. O conteúdo diverso é um valioso recurso acadêmico respondendo as exigências de variados níveis curricular. Cobertura retroativa dos periódicos. Esta coleção provê

cobertura de textos na íntegra de periódicos científicos para quase todas as áreas acadêmicas de estudo.

A assinatura de periódicos é realizada de acordo com as solicitações dos coordenadores dos cursos e necessidade dos usuários. Periódicos informativos como jornais e revistas gerais (Veja, Isto é, Exame e outras) são assinados ininterruptamente. Todas as publicações estão preparadas com etiqueta de lombada com código de barras impressas pelo sistema, facilitando o empréstimo. O sistema possui ainda a possibilidade de geração de relatórios de controle da biblioteca como: quantidade de títulos/exemplares por curso, empréstimos, multas, livros atrasados, idade do acervo, reservas, títulos cadastrados por tipo de material, inventário, carta de cobrança, declaração de nada consta, boletim bibliográfico, relação de livros baixados e motivos, relação de usuários, usuários mais frequentes dentre outros.

Além disso, a biblioteca da FAMAZ possui periódicos da área de Serviço Social que atendem satisfatoriamente às demandas dos acadêmicos para consultas diversas sob a forma impressa e/ou virtual, e estão conforme os requisitos exigidos pelo MEC. Os periódicos físicos existentes, disponíveis aos alunos do curso de Bacharelado em Serviço Social curso de graduação são citamos: Serviço Social e Sociedade, Social em Questão, Revista de Estudos em Serviço Social e Periódicos da CAPES Virtual.

Em relação à base de dados EBSCO possui para a área de Recursos Humanos os seguintes títulos: 1 - Career Development Quarterly; 2 - Journal of Employment Counseling; 3 - Professional Educator; 4 - Career World; 5 - Harmony; 6 - T+D; 7 - TD: Talent Development; 8 - Techniques: Connecting Education & Careers; 9 - Techniques: Making Education & Career Connections; 10 - Training & Development; 11 - Training & Development Journal; 12 - Vocational Education Journal; 13 - Workforce; 14 - Workforce Management; 15 - Career Outlook; e 16 - Occupational Outlook Quarterly.

3.21 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Metropolitana da Amazônia, instância colegiada interdisciplinar autônoma, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, tem por finalidade defender os interesses dos sujeitos da pesquisa (seres humanos) em sua integridade e dignidade e contribuir para seu desenvolvimento em conformidade com os padrões éticos.

O CEP funciona em sala específica e identificada, para atendimento ao público em geral e aos pesquisadores. É formado por um colegiado interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo de acordo com o estabelecido na Resolução do CNS nº466/12, sendo composto por 10 (dez) membros titulares internos, professores doutores, 01 (um) membro titular externo, representante dos usuários e 10 (dez) membros suplentes internos.

O CEP traz como missão primária a defesa dos direitos e interesses dos sujeitos da pesquisa (seres humanos), colaborando para que sua integridade e dignidade sejam preservadas.

Este Comitê contribui, pela valorização dos pesquisadores que desenvolvem atividades científicas dentro dos padrões éticos, assim como, para a qualidade dos trabalhos científicos, para a discussão do papel da produção de conhecimento no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da comunidade.

Compete ao Comitê de Ética em Pesquisa:

- I. Assessorar a Diretoria da FAMAZ em suas decisões que contêm implicações éticas;
- II. Revisar todos os protocolos de investigação científica envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes das mesmas;
- III. Manter a guarda confidencial de todos os dados obtidos na execução de seu trabalho e arquivamento de protocolo completo, que ficará à disposição das autoridades sanitárias;
- IV. Acompanhar o desenvolvimento dos projetos através de relatórios e eventuais exposições orais por parte dos pesquisadores responsáveis;
- V. Desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência;
- VI. Receber dos sujeitos da pesquisa ou de qualquer outra pessoa física ou jurídica, denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequá-la ao termo de consentimento;
- VII. Requerer instauração de sindicância à direção da instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas e, em havendo comprovação, comunicar ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/MS) e, no que couber, a outras instâncias;
- VIII. Manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS.
- IX. Manter programa de capacitação e educação continuada em ética em pesquisa envolvendo seres humanos de seus membros, assim como da comunidade em geral.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) obedecendo calendário pré-estabelecido, se reúne, de forma ordinária mensalmente, exceto nos meses de janeiro e julho e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, Diretor, ou ainda por maioria simples de seus membros titulares.

4. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

4.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

O Curso de Graduação Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ foi criado com o intuito de contribuir com a inserção de novos profissionais no cenário paraense.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social contempla: a) o perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades; b) componentes curriculares integrantes; c) sistemas de avaliação do estudante e do curso; d) estágio curricular supervisionado; e) atividades complementares; e) Trabalho de Conclusão de Curso; e f) regime acadêmico de oferta, além de outros itens.

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular obrigatório no curso, possuindo regulamentação própria, contendo critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação. O Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório no Curso, devendo ser apresentado no formato de artigo.

As atividades complementares do Curso de Bacharelado em Serviço Social têm por finalidade propiciar aos discentes a oportunidade de realizar, em prolongamento ao currículo, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer os conhecimentos desenvolvidos no curso. As Atividades Complementares integram obrigatoriamente o currículo do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, com carga horária total de 100 (cem) horas, e se constituem em requisito indispensável para a colação de grau, sendo parte do aprofundamento da formação acadêmica.

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ possui carga horária total de 3000 (três mil) horas, com tempo mínimo de integralização de 08 (oito) períodos e máximo de 12 (doze) períodos.

4.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Em cumprimento a Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP n.º 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP n.º 3/2004 os conteúdos sobre relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, são ministrados nas disciplinas Curso de Bacharelado em Serviço Social: Formação Social Política e Econômica do Brasil e da Amazônia, Questão Social no Brasil e na Amazônia, Antropologia e Serviço Social, Ciência Política, Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social IV e Seminário Temáticos I e II e, sendo também contemplados nas atividades acadêmicas

complementares e nas atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas pelo Curso e pela FAMAZ. Esses conteúdos também são tratados de maneira transversal no conteúdo de outras unidades curriculares do Curso, conforme descrito no ementário, sendo também contemplados nas atividades acadêmicas complementares. Esses conteúdos também são tratados de maneira transversal no conteúdo de outras unidades curriculares do curso.

4.3 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em cumprimento às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, os conteúdos referentes a Educação em Direitos Humanos são abordados nas disciplinas do Curso de Bacharelado em Serviço Social: Formação Social, Econômica e Política do Brasil e Amazônia, Ética e Serviço Social, Filosofia e Serviço Social, Fundamentos Históricos do Serviço Social, Oficina de Formação Profissional I e II, Direito e Legislação, Ciência Política, Fundamentos Psicológicos e Serviço Social, Antropologia e Serviço Social, Fundamentos Sociológicos e Serviço Social, Ciência Política, Direito e Legislação, Economia Política e Serviço Social, Política Social I e Política Social II, Seminários Temáticos I e II sendo também contemplados nas atividades acadêmicas complementares e nas atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas pelo Curso e pela FAMAZ. Esses conteúdos também são tratados de maneira transversal no conteúdo de outras unidades curriculares do Curso.

4.4 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Metropolitana da Amazônia FAMAZ atende o disposto na Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que protege os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, os conteúdos referentes a os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista são abordados nas disciplinas do Curso de Bacharelado em Serviço Social: Direito e Legislação, Movimentos Sociais, Seminários Temáticos I e II e Seguridade Social sendo também contemplados nas atividades acadêmicas complementares e nas atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas pelo Curso e pela FAMAZ. Esses conteúdos também são tratados de maneira transversal no conteúdo de outras unidades curriculares do Curso.

A FAMAZ possui política institucional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que se aplica a todos os seus cursos, com a inclusão de alunos portadores de transtorno do espectro autista na FAMAZ sendo desenvolvida no âmbito do tripé ensino-pesquisa-extensão, através de ações educativas, pesquisas, palestras informativas, desenvolvimento de mecanismos facilitadores de aprendizagem, entre outros, desenvolvidas de forma a contemplar as principais dificuldades apresentadas pelo portador do autismo e suas

características, a saber:

- I. Acadêmicas: Limitações ou alterações na maneira como pessoas com autismo respondem aos estímulos, apresentando tendência a prestar atenção em detalhes o que torna difícil o estabelecimento de relações entre as partes e o todo. Outras características são a rigidez dos pensamentos e pouca flexibilidade no raciocínio, demonstrada pela dificuldade que autistas apresentam em criar coisas novas, fazer um raciocínio inverso, dar sentido além do literal, associar palavras ao seu significado, compreender a linguagem falada e generalizar a aprendizagem;
- II. Interações sociais: São inábeis em entender regras complexas de interação social; parecem ingênuos, podem não gostar de contatos físicos, dificuldade em manter contato visual, não entendem brincadeiras, ironias ou metáforas, pouca habilidade para iniciar e manter conversações, comunicação pobre;
- III. Interesse restrito: Tendem a 'leitura' implacável nas áreas de interesse e perguntam insistentemente sobre os mesmos; dificuldade para avançar nas ideias; seguem suas próprias inclinações; às vezes recusam-se a aprender qualquer coisa fora de seu campo de interesse;
- IV. Fraca concentração: Frequentemente desligados e distraídos por estímulos externos; são meio desorganizados e tem dificuldade para sustentar o foco nas atividades de sala de aula; perdem materiais e compromissos escolares;
- V. Vulnerabilidade emocional: São inábeis para enfrentar as exigências de uma sala de aula. São frequentemente estressados devido à sua vulnerabilidade. Frequentemente são autocríticos e não toleram erros. Reações de raiva são comuns em situações de frustração e estresse; e
- VI. Insistências com semelhanças e padrões: Não aceitam muito bem mudanças de padrões definidos.

É importante ressaltar que os Transtornos do Espectro Autista (TEA) apresentam uma ampla gama de severidade e prejuízos, ou seja, há uma grande heterogeneidade na apresentação fenotípica do TEA, tanto com relação à configuração e severidade dos sintomas comportamentais, o que torna imperativo uma avaliação específica de cada caso, antes do planejamento das ações a serem adotadas para cada aluno.

Destaca-se que a FAMAZ já conta com ações que demonstram evolução na educação inclusiva na educação superior. Contudo, diante de uma preocupação constante em promover a democratização do ensino e destacar, neste caso específico, ações de inclusão do(a) discente portador do transtorno do espectro autista, a FAMAZ pretende:

- I. Promover palestras educativas acerca do tema;
- II. Favorecer a cooperação e envolvimento entre os alunos e demais profissionais da instituição;
- III. Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre as dificuldades e potencialidades dos alunos portadores de autismo;

- IV. Promover aceitação da diversidade evitando comportamentos preconceituosos comumente percebidos na sociedade;
- V. Desenvolver possibilidades de interação, socialização e construção do conhecimento, de forma a favorecer a aprendizagem e construção da autonomia de pessoas com autismo na realização de atividades acadêmicas;
- VI. Disseminar em campanhas publicitárias internas e externas a intensa atuação da FAMAZ quanto à acessibilidade, de forma a ampliar o reconhecimento por parte da comunidade acadêmica e local como uma instituição que promove a acessibilidade e, portanto, minimiza as discriminações que ainda persistem no âmbito social;
- VII. Fomentar projetos de pesquisa que visem investigar a acessibilidade do(a) aluno(a) com autismo na Educação Superior;
- VIII. Intensificar palestras, oficinas, capacitações que adotem a temática da convivência, do respeito, da diversidade entre pessoas com e sem autismo; e
- IX. Atualizar os Projetos Político-pedagógicos dos Cursos de graduação quanto às políticas de acessibilidade ao(a) aluno(a) autista, como forma de documentar as ações desenvolvidas, bem como estimular a reflexão e informar o corpo docente e técnico-administrativo dessas ações.

Para efetivação das ações pedagógicas de inclusão de alunos portadores de autismo, a FAMAZ conta com o apoio e acolhimento do Núcleo de Apoio ao Docente e ao Discente (NADD), órgão institucional de desenvolvimento do corpo docente e discente. O NADD trabalha em parceria com as coordenações de curso, elaborando e implantando estratégias para este desenvolvimento.

O apoio ao docente desenvolvido pelo NADD visa fornecer suporte didático-pedagógico, desenvolvendo-os para melhor desempenho de suas ações. Assim, foca-se os trabalhos pedagógicos de acessibilidade de forma integrada e mais eficaz.

4.5 CARGA HORÁRIA MÍNIMA EM HORAS

O Curso de Bacharelado em Serviço Social curso de graduação da FAMAZ possui carga horária total de 3.000 (três mil) horas sendo 100 (cem) horas de atividades complementares. Destaca-se que a carga horária total do curso está mensurada em hora aula de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES Mº 3, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

Art. 2º - Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º - A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

Neste sentido, as atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social, que estão plenamente adequados às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso, respeitam o mínimo dos duzentos dias letivos anuais e tem duração de 60 (sessenta) minutos, assim discriminados:

- I. Aulas expositivas e preleções: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de exposição e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse;
- II. Aulas práticas supervisionadas na IES: hora aula mensurada em 50 (cinquenta) minutos de atividades práticas e 10 (dez) minutos de atividade extraclasse;
- III. Atividades práticas supervisionadas fora da IES: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos; e
- IV. Estágios extracurriculares: hora aula mensurada em 60 (sessenta) minutos.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos do Curso de Bacharelado em Serviço Social, inclusive as atividades extraclasse, constam dos Planos de Ensino, bem como são descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da FAMAZ.

4.6 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Serviço Social curso de graduação da FAMAZ possui carga horária total de 3.000 (três mil) X(XX) horas mais 100 (cem) X(XX) horas de atividades complementares a serem realizados em, no mínimo, 08 (oito) períodos X(XX) semestres, respeitando a carga horária mínima, conforme Resolução CNE/CPN n.º 3, de 18 de dezembro de 2012, Portaria n.º 1024, de 11 de maio de 2006 e Portaria n. 10/2006, de 28 de julho de 2006 (que determina carga horária mínima para os cursos).

4.7 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ atende as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Nesse sentido, a FAMAZ garante à sua comunidade acadêmica espaços e recursos adequados que permitem às pessoas com incapacidades ou deficiências executarem suas atividades acadêmicas sem barreiras físicas, tecnológicas e de comunicação, possibilitando a participação autônoma na vida acadêmica.

Com o intuito de assegurar a aplicação, na Instituição, das políticas públicas de educação inclusiva do ensino superior, a FAMAZ elaborou e vem implantando, gradativamente, sua Política de Acessibilidade, sob responsabilidade do NADD, que teve sua função educacional ampliada ao vincular à sua estrutura de funcionamento o Núcleo de Atendimento Educacional Especializado da FAMAZ com o objetivo geral de responder pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação e promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

As ações do NADD/NAEE apresentam como objetivos específicos: Estabelecer referenciais de acessibilidade necessários para a organização de práticas inclusivas na IES; Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo; Capacitar professores que atuam em salas de educação inclusivas com encaminhamentos avaliativos, estratégias metodológicas, interface com outros profissionais da saúde, do trabalho, famílias, etc.; Mobilizar os docentes para o salto qualitativo da razão instrumental da homogeneização do ensino para a compreensão do compromisso ético e político da educação como direito de todos; Remodelar o ambiente físico-arquitetônico da IES em função desses referenciais; Constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do Núcleo de Acessibilidade; e criar uma cultura da acessibilidade na comunidade acadêmica.

A infraestrutura de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais disponibilizadas pela FAMAZ tem as seguintes características, de acordo com a legislação vigente:

- I. Rampas com corrimões e/ou elevadores para o acesso aos espaços de uso coletivo, como salas de aula, laboratórios, instalações administrativas;
- II. Piso tátil nas diversas instalações da IES;
- III. Sinalização das salas de aula e instalações acadêmicas e administrativas em Braille;
- IV. Reservas de vagas, em estacionamento, para pessoas portadoras de necessidades especiais, gestantes e idosos;
- V. Banheiros adaptados que dispõem de portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; e
- VI. Cadeiras de rodas para o corpo social da IES que necessite das mesmas.

Para o atendimento dos portadores de deficiência auditiva, a IES possui intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o acompanhamento do(a) aluno(a) em suas atividades acadêmicas diárias, desde o vestibular. A IES também conta com professores de LIBRAS que ministram aulas e treinamentos.

4.8 DISCIPLINA DE LIBRAS

Em consonância com a Lei Federal nº 10.436/05 a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é ofertada regularmente pelos cursos de graduação, podendo ser cursada de forma optativa pelos alunos do Curso de Bacharelado em Serviço Social curso de graduação em qualquer período em que estes possuam disponibilidade de horário. A disciplina de Libras está inserida na estrutura curricular do curso, como disciplina optativa, com carga horária de 60 horas, conforme preconiza o Decreto nº 5.626/2005.

4.9 INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

O Curso de Bacharelado em Serviço Social curso de graduação da FAMAZ cumpre as normas estabelecidas na Portaria Normativa n.º 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010.

4.10 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em cumprimento ao que determina a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Serviço Social aborda o conteúdo sobre Educação Ambiental nas disciplinas: Processos de Trabalho do Serviço Social, Formação Social, Econômica e Política do Brasil e Amazônia, Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia, Políticas Públicas, Meio Ambiente e Serviço Social e Serviço Social e a Questão Social na Amazônia, sendo também contemplado nas atividades acadêmicas complementares. Destaca-se que o tema é tratado de maneira transversal no conteúdo de diversas outras unidades curriculares do curso.

A FAMAZ possui ações de Sustentabilidade e Educação Ambiental, com o objetivo principal de promoção da sustentabilidade e da educação ambiental, envolvendo o conhecimento técnico, conscientização, prevenção, preservação, recuperação e cooperação e o consumo racional e sustentável de recursos ambientais pela Instituição.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia, por ser um espaço de disseminação de conhecimento e novas tecnologias relacionadas à sustentabilidade, visará garantir:

- I. Inclusão da temática Educação Ambiental nos Projetos pedagógicos dos Cursos e nos documentos institucionais da Universidade;
- II. Abordagem da Educação Ambiental como disciplina ou capítulo de disciplina afim, nos cursos de graduação e pós-graduação;

- III. Obrigatoriedade da abordagem da educação ambiental nas atividades, treinamentos, atualizações, cursos e estágios realizados na FAMAZ, envolvendo docentes, discentes, colaboradores e a sociedade;
- IV. Fomento e Desenvolvimento da Educação Ambiental nos Núcleos de Pesquisa e em outras atividades;
- V. Desenvolvimento de projetos, ações e atividades de conscientização nas áreas comuns dos Campi, como exemplo de boas práticas para a comunidade interna e externa;
- VI. Aquisições e compras de bens e produtos para promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos critérios estabelecidos no Decreto Federal 7.746/2012;
- VII. Valorização da mão de obra local e desenvolvimento de atividades internas que acarretem menores impactos ambientais, bem como utilização racional dos recursos ambientais, como redução do consumo de energia e utilização de material reciclado para reformas e reparos;
- VIII. Institucionalização, através de ações, da imagem sustentável e moderna da Universidade perante a comunidade; e
- IX. Contribuição com a gestão responsável e econômica dos recursos, gerando uma maior distribuição de recursos dentro da Instituição e de ações preservacionista.

5. CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL

5.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA

O Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia (EUROAM) é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, fundada, em 27/10/1992, para atuar na região Centro-Oeste e em todo território nacional.

Inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o número 37.174.034/0001-02, o EUROAM possui ato constitutivo (Estatuto Social) registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Brasília e encontra-se em situação regular, conforme demonstram os comprovantes de quitação das Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal. A entidade mantenedora possui ainda sua situação fiscal e parafiscal em plena regularidade, não possuindo débitos junto aos órgãos governamentais Ministério da Previdência Social (INSS); Caixa Econômica Federal (PIS-FGTS); Ministério da Fazenda e Prefeituras Municipais dos locais em que atua.

O EUROAM tem como objetivo principal atuar na Região Centro-oeste, Norte e Nordeste, e de forma pontual em todo o território nacional, tendo como finalidades:

- a) Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão no campo das ciências, das letras, das artes e da tecnologia, em qualquer parte do território nacional;
- b) Desenvolver estudos para a melhoria do processo pedagógico, em todos os níveis;
- c) Realizar serviços de consultoria, assessoria e projetos educacionais;
- d) Criar e administrar organismos para a prestação de serviços à comunidade, participando do processo de desenvolvimento global da sociedade;
- e) Editar e distribuir publicações educacionais, científicas e culturais;
- f) Criar e administrar veículos de comunicação social;
- g) Instituir mecanismos ou serviços para a realização de estágios curriculares e orientação aos profissionais, criando condições ideais para o treinamento profissional;
- h) Promover estudos e pesquisas para avaliação de sistemas, processos e instituições educacionais;
- i) Organizar e administrar congressos, seminários e eventos similares;
- j) Promover a educação profissional e a educação continuada;
- k) Assegurar meios para o desenvolvimento das expressões científicas, artísticas, culturais, educacionais e desportivas;
- l) Desenvolver esforços para a integração intercontinental e a solidariedade entre os povos e as nações;
- m) Assegurar a liberdade de expressão a todos os seus membros e nas atividades que desenvolver;

- n) Manter intercâmbio com instituições congêneres, no Brasil ou no exterior; representar instituições, públicas ou privadas, junto aos órgãos, entidades ou embaixadas, sediadas em Brasília (DF);
- o) Manter atividades assistenciais, individuais ou coletivas.

A primeira Instituição de Educação Superior (IES) mantida pelo EUROAM foi implantada em Brasília (DF), em 1998, denominada Faculdade Euro-Americana com a oferta dos cursos de graduação em Administração, Ciência da Computação, Ciências Econômicas e Direito. Esta IES cresceu e consolidou-se e, em abril de 2004, transformou-se no Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO), mediante credenciamento pela Portaria MEC n.º 996, de 14 de abril de 2004.

Atualmente, o UNIEURO possui os seguintes cursos de graduação presenciais: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Design de Interiores, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Gastronomia, Direito, Educação Física Bacharelado, Educação Física Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Sistemas de Informação, Odontologia, Gestão de Recursos Humanos, Letras – Português/Inglês, Gestão Pública, Psicologia, Engenharia Civil, Biomedicina, Serviço Social e Psicologia.

Aliada à vitoriosa instituição de ensino superior do grupo, em São Luís (a Universidade CEUMA), somando quase vinte mil alunos, a entidade mantenedora decidiu ampliar sua abrangência educacional e fundar em Belém uma Faculdade com fisionomia amazônica, identificada com os valores e crenças regionais, comprometida com o desenvolvimento sustentável, visando à formação de mão de obra de nível superior coerente com as necessidades e anseios da região Amazônica e, em particular, do município de Belém e Estado do Pará.

Assim, o Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia iniciou, em setembro de 2005, os trabalhos para elaboração dos documentos básicos de credenciamento, na cidade de Belém (PA), da Faculdade Metropolitana da Amazônia junto ao Ministério da Educação.

5.2 CONTEXTO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ

Para que se possa verificar com clareza o contexto educacional em que se insere o Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, fundamental registrar alguns aspectos relevantes do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei n.º 10.172/2001. Primeiramente no item B, que trata especificamente da educação superior, traçando um diagnóstico da situação deste nível no país, bem como estabelecendo diretrizes a serem observadas e, por fim, apresentando os objetivos e metas relativos à educação superior durante sua vigência, de 2001 a 2011.

O PNE de 2014 a 2024, aprovado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê como meta para o ensino superior:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50%

(cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

O diagnóstico apresentado no PNE apresenta nítida indicação da necessidade na ampliação da oferta de vagas na educação superior, bem como do papel fundamental a ser desempenhado pelas IES privadas de qualidade neste processo, conforme claramente demonstram os seguintes trechos da Lei n.º 10.172/2001:

- a. Diagnóstico: A manutenção das atividades típicas das universidades - ensino, pesquisa e extensão - que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público. Paralelamente, a expansão do setor privado deve continuar, desde que garantida à qualidade.

No diagnóstico da educação superior destaca-se que a porcentagem de matriculados na educação superior brasileiro em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente como o Chile (20,6%), Venezuela (26%), Bolívia (20,6%) e Argentina com 40%. Esta última se configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Portanto, o Brasil no âmbito dos países da América Latina apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo levando em consideração o setor privado.

Adiante, assumindo seu legítimo papel de elemento determinante das políticas públicas para a educação durante a década de sua aplicação, o PNE apresenta diversas diretrizes, que devem ser encaradas como as linhas mestras da condução de nossas políticas públicas e da atuação dos agentes públicos responsáveis pela regulação, supervisão, avaliação e fiscalização, no caso em tela, especificamente no que versa à educação superior:

4.2 Diretrizes: Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo.

A importância que neste plano se deve dar às Instituições de Ensino Superior (IES), mormente à universidade e aos centros de pesquisa, erige-se sobre a constatação de que a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais.

As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. A oferta de educação básica de qualidade para todos está grandemente nas mãos dessas instituições, na medida em que a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor.

A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento

acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. É importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino.

Para promover a renovação do ensino universitário brasileiro, é preciso, também, reformular o rígido sistema atual de controles burocráticos. A efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições não-universitárias e a permanente avaliação dos currículos constituem medidas tão necessárias quanto urgentes, para que a educação superior possa enfrentar as rápidas transformações por que passa a sociedade brasileira e constituir um pólo formulador de caminhos para o desenvolvimento humano em nosso país.

Deve-se ressaltar, também, que as instituições não vocacionadas para a pesquisa, mas que praticam ensino de qualidade e, eventualmente, extensão, têm um importante papel a cumprir no sistema de educação superior e sua expansão, devendo exercer inclusive prerrogativas da autonomia. É o caso dos centros universitários.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos.

Ressalte-se que à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores. Assim, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de educação superior deve haver não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.” (Fonte – Plano Nacional de Educação – Diretrizes para a Educação Superior – gn)”.

No Brasil a análise das taxas de escolarização na educação superior, evidencia que as desigualdades geográficas em relação às discrepâncias das taxas de escolarização a média brasileira giram em torno da taxa bruta de 28,7%. Quando se analisa os dados por região, o Norte apresenta 22,4%, ou seja, 6,3% abaixo da média brasileira, mais de 12% abaixo da Região Sul e mais de 13% abaixo da Região Centro Oeste (Tabela X).

Tabela 1. Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2012.

BRASIL / REGIÃO GEOGRÁFICA	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO		
	BRUTA	LÍQUIDA AJUSTADA	LÍQUIDA
Brasil	28,7%	18,8%	15,1%
Região Nordeste	24,5%	12,9%	10,8%
Região Norte	22,4%	13,0%	11,2%
Região Sudeste	30,9%	21,1%	16,6%
Região Sul	34,5%	25,0%	19,8%
Região Centro-Oeste	35,3%	24,3%	19,2%

Fonte: IBGE (2012).

Percebe-se, com a análise da Tabela 1, que as menores taxas de escolarização na Educação Superior no Brasil estão concentradas nas regiões Norte e Nordeste, e a região Sul se destaca pelas melhores taxas líquidas. Em 2014, o número de matrículas superou a marca dos

7.828.000, tendo registrado um incremento de mais de 5% em relação aos dados de 2013 e uma média anual de crescimento de 5,7% desde 2009. A Tabela 2 destaca esses valores entre 2009 a 2014, desagregados por organização acadêmica.

Tabela 2. Evolução no Número de Matrículas de Graduação, segundo a Organização Acadêmica – Brasil – 2009-2014.

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Faculdade	1.784.046	1.990.402	2.084.671	2.027.982	2.131.827	2.235.197
Centro Universitário	795.033	836.680	921.019	1.085.576	1.154.863	1.293.795
Universidade	3.306.845	3.464.711	3.632.373	3.812.491	3.898.880	4.167.059
IF/CEFET	68.097	87.506	101.626	111.639	120.407	131.962
TOTAL	5.954.021	6.379.299	6.739.689	7.037.688	7.305.977	7.828.013

Fonte: Tabela elaborada pela DEED/INEP (MEC/INEP, 2014).

Uma das metas previstas no PNE 2014-2024 é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. A meta estabelecida para o decênio é bem mais ousada que a anterior, em que a expansão da oferta de vagas na educação superior, era atingir pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2011.

Isso, sem contar o necessário atendimento àqueles que não tiveram acesso à educação superior na idade preconizada, mas que também devem ser atendidos, com base no princípio constitucional da universalização do acesso à educação em todos seus níveis e modalidades. Levando em conta estritamente o objetivo de oferta de vagas na educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, percebe-se o quão longe do atingimento desta meta se encontra o país e, em especial, o estado do Pará.

Considerando as projeções elaboradas pelo IBGE, a população brasileira entre 18 e 24 anos seria, atualmente, de cerca de 26.145.000, exigindo, portanto, a oferta de 7.843.500 vagas na educação superior. Pode-se, portanto, verificar que o atendimento mínimo aos objetivos e metas estabelecidos pelo PNE exige a oferta maior de vagas na educação superior, isto sem considerar a demanda daqueles fora da faixa etária de 18 a 24 anos.

Não se pode esquecer, ainda, da reconhecida importância das IES privadas no atingimento das metas quantitativas e qualitativas traçadas pelo PNE, sendo a coexistência harmônica entre as instituições públicas e privadas premissa fundamental na condução das políticas públicas educacionais.

Destaca-se ainda que os estudos demonstram que a educação tem um enorme efeito sobre a formação de mão de obra no Brasil como um todo e na Região Metropolitana de Belém, em particular. Este cenário representa um grande desafio para o Brasil e, particularmente, para a cidade de Belém e sua Região Metropolitana.

A baixa escolaridade da força de trabalho e o reduzido número de trabalhadores com acesso à educação superior representam uma grande desvantagem competitiva para um país ou

uma região. Países que competem diretamente com o Brasil têm uma proporção bem mais elevada de jovens cursando faculdades e universidades.

Segundo o Plano Estadual de Educação do Pará (2015), o acesso à educação apresenta uma disparidade regional e de segmentos em relação à população pobre, negros, índios, moradores do campo, transexuais, meninas grávidas, adolescentes que cometem ato infracional, usuário de álcool e outras drogas, entre outros sujeitos que historicamente tiveram sua trajetória escolar interrompida ou não tiveram oportunidade. Esse cenário é visível quando se observa que a escolarização média da população de 18 a 29 anos, no estado do Pará é de 8,8, inferior à média nacional de 9,8 e da Região Norte 9,1, sendo que para superar esse déficit necessita avançar em torno 3,2% para que o estado avance para outro patamar.

Em relação à taxa de matrícula do nível superior o Brasil tem apenas 30,3% da taxa bruta de matrícula, 25,3% na Região Norte e de apenas 19,1% no Pará. Quando se especifica sobre a população na faixa de 18 a 24 anos, o percentual nacional é de apenas 20,1%, 14,6% na Região Norte e 10,8% no Pará.

A educação superior cresce e se desenvolve por meio da ampliação do número e porte das IES públicas e privadas e pela variedade da oferta de cursos de graduação, o que tem contribuído, decisivamente, para a melhoria das condições de vida da população. A região com o menor número de IES é a Norte que possui apenas 154 (cento e cinquenta e quatro) IES, e no Pará apenas 57, ou seja, ainda há poucas IES instaladas e o número de alunos com acesso ao ensino superior é menor que 10 % da população (Tabela 10).

Tabela 3. Dados Relativos à Educação no Estado do Pará quanto aos níveis de ensino em 2015.

NÍVEIS DE ENSINO	ESCOLAS (TOTAL)
Ensino Fundamental	13.607 ¹
Ensino Médio	771 ¹
Ensino Superior	57 ²

Fonte: ¹Censo IDESP (2016); ²E-MEC(2017).

No que se refere à pós-graduação e especialmente aos docentes com pós-graduação stricto sensu segundo o Censo da Educação Superior de 2012, a situação do Brasil é de apenas 69,5% de docentes com mestrado e doutorado e somente com doutorado isso baixa para 32,1% de docentes. Na Região Norte se registrou 58,9% mestres e doutores e apenas 20,8% de docentes com doutorado, no que diz respeito ao Pará se conta com 67,9% de docentes com mestrado e 26,9% com doutorado acima da média da Região Norte.

Da mesma forma, apesar do Pará ser um importante centro de pesquisa e desenvolvimento científico da Região Norte, atraindo estudantes e pesquisadores de todo o país para os seus campi universitários, os estados nortistas respondem por apenas 2% do total de bolsas do CNPq. O que contraditoriamente demonstra que mesmo com a criação de faculdades, ampliação de vagas no ensino superior, na Região Norte, existe um baixo investimento em formação e pesquisa se comparado a outras regiões.

5.3 A FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA - FAMAZ

5.3.1 Missão

Formar profissionais de nível superior com visão de cidadania, espírito ético e domínio de competências específicas em seu campo de atuação, em todas as áreas de conhecimento sob responsabilidade da instituição, assim contribuindo para a consolidação e ampliação da oferta das condições humanas e tecnológicas necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região amazônica, com particular atenção para o contexto da cidade de Belém e do Estado do Pará, incluída a preservação de sua memória histórica e patrimônio cultural.

5.3.2 Visão Estratégica

A FAMAZ é uma instituição de educação superior situada numa cidade metropolitana de mais de dois milhões de habitantes, Belém; em um Estado – o Pará – com população de mais de sete milhões (a maior do Norte do país) e a maior participação percentual no PIB total regional (em torno de 40%); e numa região, a amazônica, que ocupa cerca de 60% de todo o território nacional, fazendo fronteira com 8 países da América do Sul.

Este contexto sócio-econômico-geográfico, com suas especificidades históricas, culturais, sociais e ambientais, delinea o quadro macro-sociológico de inserção institucional e condiciona as opções e estratégias de atuação acadêmica, que devem estar voltadas para as necessidades locais e dar a sua contribuição à formação de quadros profissionais preparados para os enfrentamentos do processo de desenvolvimento regional, com seus desafios inerentes.

Vale destacar que a região amazônica, embora represente, aproximadamente, 8% da população do país, contribui, tão-somente, com 5,5% do PIB nacional, demonstrando, assim – por evidente desproporção – ainda carecer, dentre outros requisitos, de uma maior densidade de pessoal qualificado em todas as áreas do conhecimento, em número e qualidade suficientes para a diversificação e sustentação de empreendimentos inovadores e serviços de qualidade, fundamentos inequívocos e prioritários da complexa cadeia de fatores que alimentam qualquer esforço desenvolvimentista, em qualquer parte do mundo. E este raciocínio é válido tanto em nível local (a cidade de Belém), regional (a Região Metropolitana de Belém) e estadual (o Estado do Pará), como em escala mais ampla – todo o Norte do país. Nunca é demais lembrar que Belém, apesar de dividir com Manaus (AM) a polarização do dinamismo econômico regional, ainda apresenta uma renda *per capita* de pouco mais de US\$ 1 mil, valor este cerca de 30% abaixo da média nacional.

A Amazônia, com a diversidade e a riqueza de seus recursos naturais – sejam eles minerais, hídricos, agrícolas, florestais, biodiversidade, flora e fauna, potencial turístico, etc. –, exige um modelo de desenvolvimento que esteja calcado no uso inteligente e racional de todo

esse potencial, com maior sensibilidade e compromisso diante da sustentabilidade das ações e operações selecionadas – finalmente estabelecida a correção das opções historicamente até aqui adotadas, via de regra predatórias e insuficientes. Neste prisma, inadiáveis são os investimentos na qualificação da mão de obra e das lideranças políticas e profissionais, com alteração do paradigma da estrutura produtiva regional, aqui envolvida a sua diversificação, verticalização e adensamento das cadeias geradoras de produtos inovadores, emprego e renda. No contexto da “sociedade do conhecimento”, em que o domínio do saber é o fundamento último de todo processo de desenvolvimento econômico e social, nenhum país ou região poderá mais controlar ou influir naquilo que não tem competência para produzir. Educação superior de qualidade, portanto, neste horizonte – e, no caso da Amazônia, com particular sensibilidade aos investimentos nas áreas de conhecimento de maior demanda regional (com adaptação dos diversos projetos pedagógicos e campos de especialização ao ambiente de inserção) –, representa um dos grandes desafios do milênio e por isso deve merecer, por todas as razões expostas, atenção prioritária da sociedade civil e dos governantes, não se poupando iniciativas que se somem na ampla cadeia de cooperação que terá de se consolidar, com urgência, em âmbito regional, nos próximos anos.

5.3.3 Princípios Institucionais

São princípios deste PDI:

- a) a defesa do ensino superior de qualidade;
- b) a autonomia acadêmica;
- c) o planejamento estratégico e a gestão democrática;
- d) a busca da excelência acadêmica;
- e) o foco no estudante;
- f) a contribuição ao desenvolvimento sustentável regional;
- g) o compromisso social e o fortalecimento das parcerias e do diálogo com a sociedade, em geral, e com as instituições de educação superior, em particular.

Tais são os fundamentos filosóficos e pedagógicos que, associados ao espírito da missão institucional, orientarão as principais decisões e práticas administrativas e acadêmicas da FAMAZ no horizonte do próximo quinquênio, seja no que respeita às inovações previstas (novos cursos de graduação e da pós-graduação), seja no aperfeiçoamento das atividades educativas e de gestão já em curso.

5.4 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FAMAZ

A Faculdade Metropolitana da Amazônia começou a ser pensada no primeiro semestre de 2005 e, precisamente, no dia 28 de junho daquele ano, a Assembleia Geral do Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia (EUROAM), Pessoa Jurídica de Direito Privado - sem fins lucrativos, fundado em 1992, com sede e foro em Brasília, que àquela altura já era mantenedor do Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO), decidiu expandir suas atividades para o Estado do Pará.

A implantação dessa nova unidade de ensino superior do Grupo foi respaldada pela experiência e pela competência institucionais sedimentadas e demonstradas ao longo de quase duas décadas, vivenciadas pelas unidades de ensino da capital federal.

Obedecidas às disposições legais e procedida a avaliação por parte de técnicos do MEC foi exarado o Parecer nº 145/207 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que respaldou a Portaria Ministerial nº 807/2007, publicada no Diário Oficial da União nº160, de 20 de agosto de 2007, Seção 1, p. 9, concedendo o credenciamento à Faculdade. No mesmo ato foi aprovado o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional por 5 (cinco) anos como também o Regimento da FAMAZ.

Em 2007 foram autorizados a funcionar os Cursos de Bacharelado em Administração , Ciências Contábeis e Enfermagem e o curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar , tendo sido realizada, já no mês de Outubro, a aula inaugural da Faculdade, entrando em imediato funcionamento o Curso de Enfermagem. No primeiro semestre de 2008 iniciaram-se os três outros cursos, respectivamente: Tecnologia em Gestão Hospitalar, Bacharelados em Administração e Ciências Contábeis.

Em cumprimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional foram submetidos ao Ministério da Educação e, posteriormente autorizados, em 2010, os seguintes Cursos de Bacharelado em Biomedicina e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental .

Seguiram-se, as autorizações para o Curso de Bacharelado em Direito, em 2011; e os Bacharelados em Serviço Social, Educação Física, Engenharia Civil e, em 2012.

Em 2013, além da autorização dos cursos de Bacharelado em Engenharia de Produção, Medicina e do Curso Tecnologia em Radiologia , sendo também a IES reconhecida por meio da Portaria Ministerial nº 854/2013, publicada no Diário Oficial da União nº177, de 11 de setembro de 2013, Seção 1, p. 8.

Nos anos seguintes, em contínua expansão foram autorizados os cursos de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Marketing, em 2014; Bacharelados em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Ambiental e Sanitária , em 2015 e Bacharelado em Odontologia e Psicologia , em 2016.

Atualmente a IES possui CI 4, IGC 4 e 8 cursos de graduação reconhecidos (Bacharelados em Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física e Enfermagem e os

Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e Gestão Hospitalar).

Avaliada pelo MEC como a melhor Faculdade do Estado do Pará a Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ possui inicia o primeiro semestre letivo de 2017 com 4.237 alunos regularmente matriculados nos 18 (dezoito) cursos de graduação, sendo 14 cursos na modalidade Bacharelado e 04 (quatro) Cursos Superiores de Tecnologia.

A IES conta, no início de 2017, com 495 colaboradores, sendo 220 membros do corpo técnico-administrativo e 275 docentes com pós-graduação lato sensu e stricto sensu em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

A par dos cursos de graduação, a IES já conferiu títulos de especialização a 471 profissionais e apresenta, no primeiro semestre letivo de 2017, 435 alunos regularmente matriculados nos cursos de pós-graduação lato sensu.

A FAMAZ possui investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e ênfase no ensino de qualidade e está atenta às necessidades educacionais da Região Norte e o Estado do Pará, área notadamente conhecida como periférica ativa de um país em desenvolvimento, detentora de potenciais econômicos nas atividades extrativas e primárias, mas possuidora de grandes entraves sociais e, sobretudo, carente de espaços que possibilitem a formação profissional de nível superior de forma mais ampla e igualitária.

5.5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A IES apresenta viabilidade e aporte financeiro para a implementação do PDI aprovado pelo Ministério da Educação.

Além disso, o PDI apresenta potencialidade de introduzir melhorias na Instituição e em seus cursos, conforme pode ser observado nos objetivos e metas traçados para o período de vigência do documento.

Há completa interação epistemológica entre o PPI – Projeto Pedagógico Institucional, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e os PPCs – Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da FAMAZ.

5.6 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

A Comunicação da Instituição com a comunidade interna e externa implica compartilhar as propriedades (histórico, visão, missões, valores, filosofia e políticas) da FAMAZ, através de planejamentos, implementações, gerenciamentos e uso de tecnologias, não se limitando apenas na divulgação institucional e mercadológica.

Na FAMAZ, a comunicação institucional é gerenciada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) cuja finalidade é estabelecer a ligação entre os membros da comunidade acadêmica bem como com a sociedade em geral, a partir da elaboração e implantação de políticas de

comunicação, tendo como principais funções definir os objetivos de comunicação da Instituição, interagir com o público interno e externo (e avaliar os resultados dessa interação) utilizando, como instrumento, as diversas mídias existentes.

A FAMAZ utiliza os seguintes meios para comunicação com a sua comunidade acadêmica e com a comunidade externa:

- I. Site www.famaz.com.br (internet e intranet);
- II. Redes Sociais (*facebook*, *instagram* e *YouTube* oficiais);
- III. Correio eletrônico (e-mail);
- IV. Boletins informativos periódicos;
- V. Sistema interno de telões;
- VI. Quadros de avisos e cartazes;
- VII. Mídia sonora, banners, folders e similares.

Em comemoração aos 6 (seis) anos de fundação da FAMAZ foi criado um jornal informativo com o objetivo de divulgar ao público interno, docente e administrativo, as ações desenvolvidas pela FAMAZ com periodicidade regular, em 2013 e 2014 (semanal) e em 2015 (bimensal).

O informativo visa manter os funcionários a par de todas as estratégias, projetos e conquistas da empresa. Esse meio tem como principal função aperfeiçoar a comunicação com os funcionários, apresentando-lhes informações sobre o seu dia-a-dia e suas atividades, treinamentos, aniversariantes, bem como demonstrar um pouco dos valores e da filosofia da empresa. Possui circulação eletrônica, nos e-mails institucionais, e impressa, distribuída em todos os setores da IES.

Pretende-se nos próximos anos implantar os seguintes meios de comunicação institucional com a comunidade interna e externa

- I. Jornal institucional – periodicidade inicial: semestral.
- II. Revista Acadêmica, para divulgação da produção intelectual e científica da comunidade acadêmica (periodicidade inicial: semestral).

5.7 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As condições de gestão apresentam coerência entre a estrutura organizacional e a prática administrativa e garantem a suficiência e consistência administrativas. Além do exposto, pode-se constatar a importância do processo de autoavaliação da FAMAZ que se pautou pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

No contexto do SINAES, a autoavaliação é percebida como um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento acerca de sua própria realidade, buscando

compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Constitui-se em condição básica para o necessário aprimoramento do planejamento e gestão da Instituição, uma vez que propicia a constante reorientação de suas ações.

Para o FAMAZ, a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dela resulta uma autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, assim como, uma autoconsciência nos membros da comunidade acadêmica de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e para o futuro.

O processo de autoavaliação institucional considera como parâmetros os seguintes princípios norteadores:

- **Universalidade:** participação no processo de avaliação que se traduz no envolvimento de todos os núcleos (departamentos, coordenações), órgãos, unidades auxiliares, conselhos, docentes, pesquisadores, técnico-administrativos, administradores (chefes de unidades ou órgãos, coordenadores, diretores) e representantes da comunidade;
- **Globalidade:** refere-se à integração da totalidade das atividades ao processo avaliativo, ou seja, ensino, pesquisa, extensão, serviços administrativos, gestão, responsabilidade social, inclusão social etc.;
- **Igualdade:** implica na consideração e associação do conjunto de aspectos básicos que devem subsidiar a avaliação integral da instituição, ou seja, as ações serão consideradas como produtos institucionais e não de órgãos ou indivíduos isolados;
- **Especificidade:** enfoca as particularidades de cada curso, em acréscimo aos aspectos gerais que serão necessariamente avaliados, uma vez que não se pode avaliar a diversidade ou singularidade de maneira uniforme, bem como não se deve converter a diversidade em símbolo do único;
- **Periodicidade:** define os espaçamentos temporais ajustados aos diferentes segmentos, atividades e unidades da instituição;
- **Racionalidade:** implica a não multiplicação de procedimentos idênticos para os mesmos fins, considerando todos os docentes, discentes pesquisadores, pessoal técnico-administrativo bem como os órgãos de gestão como partes integrantes da comunidade acadêmica, fundamentais ao processo avaliatório, que se inicia com eles e por eles;
- **Transparência:** diz respeito à identificação precisa e objetiva do processo avaliatório, especialmente quanto aos níveis de participação de todos os envolvidos, no que concerne à participação e aos resultados esperados;
- **Integração:** parte do princípio de que há um mínimo que deve ser produzido bem como um máximo que pode ser alcançado, e, tendo em vista o princípio da especificidade, valoriza os processos compensatórios nos quais, dentro de determinados limites, as atividades desenvolvidas em uma categoria poderiam complementar outras, em outras categorias. Pressupõe o reconhecimento pela instituição de que, no contexto de suas funções básicas, os

docentes, discentes, coordenadorias, pessoal técnico-administrativo, podem apresentar salutar variação quanto ao envolvimento de cada uma delas; mas compartilham a consciência de que uns fazem coisas diferentes dos outros e todos juntos realizam, de uma ou de outra forma, o projeto pedagógico institucional e preenchem um feixe de funções harmônicas voltado aos mesmos fins;

- **Retribuição:** contempla a diversidade de retornos que os processos avaliativos podem e devem gerar para docentes, discentes, pessoal técnico-administrativo, pesquisadores, gestores e toda comunidade acadêmica, da alocação racional de recursos à elaboração de princípios mais incluídos e ágeis.
- **Cumulatividade:** focaliza a acumulação progressiva de todas as modalidades de trabalhos acadêmicos relativos aos docentes, aos pesquisadores e coordenadorias, de tal sorte que a avaliação seja traduzida em um processo contínuo e não apenas em episódios e momentos.

Perante o conjunto de parâmetros, cada docente e cada coordenadoria deve ser encarada e avaliada mediante sua história de trabalho e não pontualmente. Em conformidade com o disposto no Art. 03º, da Lei nº. 10.861/04, as dimensões a seguir são objetos de avaliação na FAMAZ: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Política para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; Responsabilidade Social da Instituição; Comunicação com a Sociedade; Políticas de Pessoal; Organização e Gestão da Instituição; Infraestrutura Física; Planejamento e Avaliação; Políticas de Atendimento aos Estudantes e Sustentabilidade Financeira.

5.8 PLANO DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A FAMAZ mantém uma equipe de técnicos que dão suporte aos docentes, discentes e setores administrativos na utilização dos recursos de informática e na manutenção destes. Possui uma política de atualização semestral de equipamentos e softwares priorizando sempre a área acadêmica.

Ainda, como forma de dinamização o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) oportuniza formação aos professores, através de orientações para trabalharem no sistema de informações da FAMAZ.

O Curso de Bacharelado em Serviço Social adota estratégias para promover a capacitação dos professores de modo a permitir a inserção de informações acadêmicas e utilização das ferramentas disponíveis na área dos docentes.

A atualização é feita anualmente, ou se necessário, a qualquer momento de forma a atender à demanda gerada pelas novas tecnologias disponíveis no mercado. A manutenção dos equipamentos é realizada pelo setor administrativo da mantenedora, constando de:

- I. **Manutenção permanente** – verificação permanente do funcionamento de todo equipamento e utensílio;

- II. Manutenção preventiva – verificação periódica detalhada de todos os equipamentos e utensílios com substituições ou reposições contínuas;
- III. Manutenção corretiva – consiste em solucionar problemas eventualmente surgidos, como troca de componentes, tendo em vista evitar que ocorram maiores danos aos equipamentos e utensílios; e
- IV. Manutenção de segurança – substituição de equipamentos e utensílios que possam vir a causar riscos durante seu uso.

5.9 REGISTROS ACADÊMICOS

O registro acadêmico é realizado por meio dos diários de classe em meio eletrônico. Todas as informações referentes à frequência, notas, conteúdos ministrados e atividades extraclasse são lançadas pelo(a) docente diretamente no sistema acadêmico. É possível ainda emitir relatórios como diário de notas e faltas, conteúdos lançados e listas de frequência de provas. Todos os diários ficam arquivados na Secretaria Acadêmica da FAMAZ.

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável por todos os registros acadêmicos. Ademais dos aspectos colocados, ela também é responsável pelo processo de: trancamento do curso, cancelamento, retorno aos estudos, aproveitamento de estudos, adaptação, dependência, normativa da falta discente, comissão de formatura e colação de grau, além de orientar os alunos quanto aos documentos necessários para a solicitação de diplomas.

O controle acadêmico é totalmente informatizado, por meio de um sistema único, o Sistema Pedagógico e Financeiro (SPF) que permite o acompanhamento de informações acadêmicas e administrativas dos discentes. O SPF possibilita aos professores registro de notas, frequências e conteúdos ministrados e pode ser acessado pelos mesmos, utilizando a Internet ou nos terminais de microcomputadores que se encontram à disposição nas salas de professores.

Este sistema foi desenvolvido pelo NTI da IES e contempla vários módulos que permitem o controle, acompanhamento e gerenciamento das informações sobre professores, alunos, disciplinas, turmas, notas, faltas, históricos, boletim, matrizes, atividades complementares, dados cadastrais do(a) estudante, aproveitamento de estudos, horários das aulas etc.

O registro dos conteúdos, das notas e frequência é feito pelo(a) docente, via internet (Área de Apoio do/a Professor/a). Também é possível disponibilizar materiais/notas de aula aos alunos.

Os alunos têm acesso às informações acadêmicas de qualquer lugar pela rede wi-fi (internet), mas pode também utilizar os terminais distribuídos nas instalações da instituição, cujo acesso se dá através de senha fornecida no ato da matrícula inicial.

A Instituição também disponibiliza a Central de Atendimento ao Aluno e de Atendentes das Coordenadorias de Curso, onde os alunos têm acesso atualizado acompanhamento dos processos acadêmico-administrativos. No site institucional encontram-se disponibilizados

documentos e normas institucionais, bem como as legislações pertinentes a área acadêmica.

6. CONTEXTO REGIONAL

6.1 ESTADO DO PARÁ

Desde os anos 1960, com o processo de colonização da Amazônia, iniciado pelo governo militar, a Região tida anteriormente como um vazio demográfico, passou a ser vista como um novo espaço de ação do capital nacional e internacional para o desenvolvimento. Assim foi deflagrado o processo extrativista de madeira e recursos minerais na região, ao mesmo tempo em que houve o incremento de políticas públicas e setoriais objetivando promover o processo de instalação do capital, estruturando, para esse fim, políticas e redes de serviços.

Os investimentos tiveram como resultado, um modelo de produção sem relação com as necessidades reais, exportações e importações nocivas à economia local, superutilização da matéria prima, a subutilização da força de trabalho e dos recursos naturais e humanos, como consequência no âmbito do social o agravamento das “expressões da questão social”, coroada pelo aumento do desemprego, da pobreza, das condições precárias de habitação, da precariedade das políticas públicas como, da educação, da saúde, da segurança pública e da segurança alimentar.

É neste contexto que se situa o Estado do Pará, localizado na Região Norte do Brasil, constituída pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abrangendo aproximadamente 60% do território brasileiro. O Estado também faz parte da Amazônia Legal¹, ocupando 26% do território, sendo entrecortado de oeste a leste pelo Rio Amazonas, que desemboca no Oceano Atlântico. Essa localização está situada em uma zona de expansão da fronteira do agronegócio e dos grandes projetos em direção a Amazônia, apresentando um processo de avanço da pecuária extensiva, dos monocultivos, da exploração madeireira e da mineração.

Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2004), a floresta Amazônica é um celeiro natural de riquezas, pois apresenta a Bacia Amazônica como a maior de água doce do mundo, possuindo 427 espécies de anfíbios, 3.000 espécies de peixes de água doce, 378 espécies de répteis, 40.000 plantas, 427 espécies de mamíferos, 1.294 espécies de aves, 226.000 habitantes indígenas, sendo que com 50 tribos ainda não foram efetivamente contatas. Esse santuário ecológico tem sido alvo da cobiça de grandes projetos econômicos que se instalam na região com um suposto propósito de efetivação de desenvolvimento, mas tem estabelecido permanentes processos de exploração que vem colocando em situação de risco o meio ambiente e sua população.

¹ A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km².8 de junho de 2008 (IBGE, 2016).

Segundo Leal (2010), o processo efetivo de acumulação do capital se estabelece na Amazônia, com fim das Guerras Mundiais, com o acúmulo de conhecimento social adquirido a definição do domínio hegemônico do bloco imperialista, a burguesia pautou a necessidade de uma nova divisão social do trabalho fundamentada por dois aspectos: que o aparelho produtivo e a industrialização capitalista precisavam avançar para outros territórios, rompendo suas antigas fronteiras existentes antes das guerras, objetivando potencializar esse processo como instrumento de contenção do avanço do socialismo.

As conduções mundiais de acumulação do capital no Brasil foram cumpridas, mediante a formulação de leis e instituições que efetivaram a consolidação do domínio do capital mundial sobre o território nacional, com objetivo de “facilitar a livre apropriação e exploração privada de território e riquezas naturais que, na sua maior parte estavam na Amazônia” (LEAL, 2010, p. 111).

Destaque dessa facilitação foi à criação do “Estatuto da Terra” que garantiu a exemplo aos casos Projetos Jary e Ford, espaços de assentamento, com a retirada de agricultores familiares de suas terras, transformando-os em trabalhadores assalariados de força de trabalho barata, entre outras situações. O Código de Mineração de 1967, outro caso emblemático, que possibilitou a abertura ilimitada das reservas patrimoniais brasileiras de mineral ao capital privado e internacional. Isso levou a Amazônia a ser o foco de intervenção principal para empresas multinacionais como ALCOA, Kaiser, OMNIUM, NALCO, Antunes, Lacombe e outros.

Esses processos de acumulação do capital na Amazônia brasileira foram pautados em duas perspectivas ideológicas que sustentaram sua ocupação e exploração. A primeira perspectiva sustentava que o território amazônico seria supostamente “vazio” de pessoas possuindo unicamente uma reserva de patrimônio natural, mineral e energético. A segunda perspectiva é que o potencial da região amazônica estava concentrado em sua “missão” de abastecer a acumulação do capital no fornecimento de matéria prima e força de trabalho barata. Esse discurso ideológico tem rendido ao desenvolvimento da Amazônia um lastro de atraso e abandono que se materializa em ausência e/ou precariedade de políticas públicas de infraestrutura e serviços sociais básicos à população que existe e sobrevive nela, acentuando profundas desigualdades sociais e regionais no Brasil com processo de acentuação da pobreza (LEAL, 2010).

É nesse contexto que o Pará tem se estabelecido no processo produtivo do sistema capitalista como uma “colônia bio-energético-mineral”, em que a produção mineral correspondeu em 2010 a 86% da exportação do Estado (MARQUES, 2012).

Essa extração mineral é realizada em um processo simples, ou seja, sem beneficiamento do produto, com geração de acentuados lucros as empresas industriais de extração. O Estado nos anos de 2008-2009, na Região da Amazônia Legal apresentava a maior diversidade dos produtos exportados de minério como: ferro, bauxita, manganês, caulim, cobre, entre outros, além do maior volume em toneladas (Tabela 6).

Tabela 4. Principais minerais exportados do Pará – 2015-2016

Estado	Tipo de minério	Produção mineral (ton.)	Valor (us\$)
Pará	Ferro	147,833 milhões	14,849 bilhões
	Bauxita	32,450 milhões	3,369 bilhões
	Manganês	1,978 milhão	531 milhões
	Caulim	1,375 milhão	609 milhões
	Cobre	802 mil	4,909 bilhões
	Níquel	55 mil	630 milhões

Fonte: DNPM (2016) – *Informe mineral do estado do Pará*.

Segundo Marques (2012), para indústria extrativa de mineral na Amazônia Legal, em 2014, projetava-se um investimento de US\$ 25,67 bilhões para extração do minério e US\$ 6,77 para beneficiamento. Agora, a projeção de investimentos planejados, até 2015, para o Pará totalizam US\$ 27,031 bilhões em extração e US\$ 11,356 bilhões em beneficiamento, sendo agregados a estes valores mais US\$ 2,704 bilhões em infraestrutura e transporte oriundos dos cofres públicos do Brasil. Importante destacar que os produtos in natura que saem do estado são transformados em mais riqueza e emprego nos países que os exportam.

Na esteira dos investimentos econômicos no Pará ainda há a agricultura, com a expansão agrícola da soja, uma leguminosa que, além de repor a fertilidade natural, liberando muito nitrogênio da sua folhagem, é muito consumida na manipulação da avicultura e da suinocultura. Todavia, a maior parte da sua produção é exportada para o exterior. Observa-se que, paulatinamente, estão sendo descobertas as vantagens da soja enquanto alimento humano.

A soja encontrou no Pará condições propícias para uma exploração a nível industrial em escala mundial em termos logísticos, fator considerado fundamental na rentabilidade da produção agrícola. Atualmente, a soja produzida aqui, conjugada com a produção do estado do Mato Grosso do Sul, vem sendo transportada pelo porto de Santarém, no Pará, uma alternativa rápida e mais barata, descentralizando as vias de escoamento e sinaliza grandes oportunidades quanto à exportação da soja, gerando empregos e divisas (FERREIRA, 2004).

O Pará é o segundo maior estado do país com uma extensão de 1.248.042,515 km², pouco maior que Angola, dividido em 144 municípios (com a criação de Mojuí dos Campos), está situado no centro da região norte e tem como limites o Suriname e o Amapá a norte, o oceano Atlântico a nordeste, o Maranhão a leste, Tocantins a sudeste, Mato Grosso a sul, o Amazonas a oeste e Roraima e a Guiana a noroeste.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Pará congrega uma população de 7.581.051 habitantes, estando 68,5% (5.191.559) na área urbana e 31,5% (2.389.492) na área rural. Sua capital, Belém, reuniu em sua região metropolitana, numa estimativa do IBGE para o ano de 2014, 2.381.661 habitantes, sendo a maior população metropolitana da região Norte, abrangendo municípios como Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Barbara, Santa Isabel, Benevides e Castanhal. Outras cidades importantes do estado são Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Castanhal, Itaituba, Marabá, Parauapebas, Redenção, Santarém e Tucuruí.

A População Economicamente Ativa ocupada corresponde a 65,3% da população total e se concentra majoritariamente no município de Belém, com quase 30% da população total. Quanto à população economicamente desocupada 10,2 % e população economicamente inativa são 24,6% (IBGE, 2010).

Tabela 7. População da Região Metropolitana de Belém.

Município	Área (km ²)	População em 2010	Estimativa IBGE de população em 2016
Ananindeua	190.451	471.980	510.831
Belém	1.059.458	1.393.399	1.446.042
Benevides	187.826	51.651	59.836
Marituba	103.343	108.246	125.435
Santa Bárbara do Pará	278.154	17.141	20.077
Santa Izabel do Pará	717.662	59.466	67.686
Castanhal	1.028.889	173.149	192.571
TOTAL	3.565.783	2.275.032	2.422.478

Fonte: IBGE (2017).

A população do estado, quanto aos grupos de idade, 42,68% encontra-se na faixa etária de 0 a 19 anos, 27% entre 20 a 34 anos, 24% entre 35 a 59 anos e 7% de 65 anos em diante. Portanto, mais de 50% da população é composta por jovens na faixa etária de 0 a 34 anos. Quanto ao sexo 51% são homens e 49% são mulheres.

6.2 CONTEXTO REGIONAL PARA O CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

No Pará as cidades que sediam os grandes empreendimentos agroindustriais e minerais trazem um contraste com a miséria da população e a degradação ambiental, tanto que o Estado foi denunciado inúmeras vezes pelas Organizações Não Governamentais e pelos Movimentos Sociais para Organização das Nações Unidas (ONU) em virtude da violação dos Direitos Humanos, e uma dessas denúncias, diz respeito à situação de exploração sexual vivenciada pelo segmento infanto-juvenil, ao trabalho escravo, violência no campo, extermínio entre outros.

Apesar da riqueza do Estado, a maioria da população é extremamente pobre, o que contrasta com a opulência de alguns setores sociais. O Estado do Pará situa-se na faixa inferior do ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com 0,646 (IBGE 2010), ocupando o 24º lugar, entre os piores do país, predominando a situação de pobreza da maioria da população, que sofre com dificuldades de infraestrutura, industrialização reduzida e concentrada, fragilidades no saneamento básico (com impacto nas condições sanitárias), marginalização, trabalho informal, problemas sociais estes que dão a tônica do desafio desenvolvimentista amazônico e paraense. Fato notório é que não só aqueles núcleos distantes dos pólos de crescimento vivem em condições miseráveis, mas também as cidades, em torno dos grandes projetos rurais,

agropecuários e minerais, onde se esperaria maior oferta de instrumentos de promoção social e econômica.

A pobreza é o principal sinalizador da situação de desigualdade social em que o Brasil se insere, sendo a maior expressão de violação dos Direitos Humanos, e mesmo com as informações do governo federal de redução da pobreza extrema nos últimos anos, em que a população abaixo da linha de pobreza internacional (1 dólar/dia) foi de 25%, em 1990, para 5% em 2008. Esses indicadores não conseguem sinalizar as desigualdades regionais, pois nos Estados e municípios da Amazônia brasileira deve-se considerar sua diversidade ambiental e cultural em que 80% da população está nas áreas urbanas e 20% da população vivem nas áreas rurais, sobrevivendo dos rios e da floresta por meios de atividades de subsistência da agricultura, extrativismo e pesca.

Na Amazônia brasileira, em 2009, as pessoas que estavam fora da linha da pobreza eram 58% da população, enquanto 42% estavam na linha da pobreza, ou seja, pessoas vivendo em domicílios com renda média menor que 140 reais per capita, eram de 25% e em extrema pobreza, as que viviam em domicílios com renda média menor que 70 reais per capita, eram de 17% da população. Os percentuais da região (Tabela 9) se apresentavam em patamares superiores aos percentuais nacionais com 71% da população fora da linha da pobreza, 25% na linha da pobreza e 11% na situação de extrema pobreza. (CELENTANO *et. al.*, 2010)

Tabela 9. Pobreza e extrema pobreza no Pará, Amazônia e Brasil.

TERRITÓRIO	FORA DA LINHA DA POBREZA	POBREZA	EXTREMA POBREZA
PARÁ	-	38,675	19,42%
AMAZÔNIA	58%	25%	17%
BRASIL	71%	25%	11%

Fonte: Celentano, 2010

O Mapa de Exclusão Social do Pará (2014) indica que o Estado congrega uma população abaixo da linha da pobreza de 2.026 pessoas, com percentual de 25,4% e na Região Metropolitana de Belém – RMB o número de 312 pessoas, com percentual de 14,3 % da população.

Dados reafirmados pelo IBGE (2010), na RMB registra que 50% da população vive em aglomerados subnormais², ou seja, áreas carentes sendo superior ao Rio de Janeiro (em torno de 15%), Salvador (25%) e Recife (20%). No Município de Belém o percentual fica em torno de 54%, onde numa população de 1,39 milhões, 759 mil habitantes moram em áreas equivalentes e a favela, Ananindeua de 471 mil habitantes, 291 mil encontram-se nesta situação e o pior quadro apresentado é em Marituba que de 108 mil moradores, 83 mil, seja 77% da população vivem em comunidades carentes com baixa condição de infraestrutura.

² É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010).

O Estado do Pará, apesar de sua extensão territorial e de ser a maior província mineral do mundo, apresenta, portanto, em seu contexto um processo de destituição social e econômica de significativo contingente da população, oriundo de um modelo perverso de desenvolvimento do modo de produção capitalista para Região, em que historicamente associa exploração predatória dos recursos naturais, com superexploração e destruição da maioria da população local, envolvendo indígenas, quilombolas, agricultores familiares ribeirinhos, entre outros distribuídos em áreas rurais e urbanas do Estado.

6.2.1 AS “EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL” NO PARÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O modelo de desenvolvimento estabelecido para o Pará foi marcado por profundos processos de violência no Estado, tanto que segundo o Mapa da Violência (2016), na análise da evolução dos homicídios por unidade federativa do Brasil, no período de 2004 a 2014, o Estado do Pará teve um aumento de 93,5%, sendo que entre as 20 microrregiões mais violentas se destacaram as Microrregiões de Altamira em 8º lugar, Parauapebas em 11º lugar, Marabá 13º lugar e Belém em 20º lugar. Nas 20 microrregiões com redução na taxa de homicídios o Estado do Pará não aparece, além de que esse crescimento da violência passou a se estender de forma acelerada no número de homicídios em localidades que até pouco tempo atrás eram bastante pacíficas, como e o caso da Região Bragantina com uma população de 258.222, a taxa de homicídio em 2014 de 30,3%, com 447,76% de variação da Taxa de Homicídio Baysiana* entre 2004 e 2014 (Tabela 10).

Tabela 10. Taxa de homicídio nas 20 microrregiões mais violentas do Estado do Pará, em 2014.

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	TAXA DE HOMICÍDIO
Altamira	290.730	71,7
Parauapebas	292.211	70,1
Marabá	309.469	64,8
Belém	2.242.436	60,1

Fonte: Atlas da Violência 2016.

No cenário rural, a Comissão Pastoral da Terra (CPT - 2016), a partir de recente relatório sobre a violência no campo no Brasil, entre o período de 1985 e 2013, destaca que dos 1.270 casos de homicídios registrados no país durante esse período, 840 ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste 424, sendo que o Estado do Pará foi identificado com maior número de assassinatos em conflitos de terra no país, corresponde e 33.7% dos casos de morte.

Ainda neste cenário, identificam-se as situações do trabalho escravo – nos últimos cinco anos, segundo o Ministério do Trabalho, foram resgatados 5.000 trabalhadores; no período de 1990 a 2009, foram ajuizadas, pelo Ministério Público Federal, 608 denúncias criminais, a maioria contra fazendeiros que submetem trabalhadores a condições de trabalho.

Nesse mesmo contexto é possível encontrar outro segmento social exposto a situações de violação dos direitos, é a violência contra as crianças, os adolescentes e juventude que se revela tanto na convivência familiar como comunitária.

A partir do Diagnóstico sobre a Situação da violação dos Direitos Humanos da infância e adolescência em Belém, (2016)³ em que se realizou um levantamento junto aos Conselhos Tutelares referentes ao atendimento de 2013, foi possível identificar um total de 8.539 pessoas registradas, sendo que as situações de violência contra a criança e adolescente mais frequentes naquele período foram as situações de conflito no lar com 3.555 registros, seguida das situações de negligências de 2.060, violência física 1.202, violência psicológica com 815, abuso sexual 520 e exploração sexual com 387 registros.

Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA, 2012), foi identificado que dos 4,8 % das vítimas 36,5% são crianças e adolescentes na idade de 10 a 18 anos, correspondendo a 7.592 casos, sendo 31,3 de mortes por agressão a cada 100.000 adolescentes, o IHA (2012) na construção dos rankings acerca dos homicídios na adolescência destaca que entre os Estados do Brasil, o Estado do Pará ocupa o 8º lugar no ranking de homicídios de adolescentes e a capital Belém o 5º lugar entre as capitais.

O Município de Belém nos anos de 2012 e 2013 apresentou um aumento da taxa de homicídio, entre adolescentes de 10 a 19 anos por 100 mil habitantes, tanto que no ano de 2013 foi observado que o principal motivo de mortes em adolescentes era causado por homicídio, respondendo a 56,60% dos óbitos. Quando se compara esse percentual relativo ao total da população que corresponde a 8,84% de óbitos por homicídios, na população geral a cada 100 mortes, 09 foram por homicídios, enquanto que os adolescentes a cada 100 mortes 55 foram por causa de homicídio (SESMA, 2013).

Quanto a Política de Assistência Social, o Plano Estadual de Assistência Social 2012/2015, o Pará em relação à Proteção Social Básica, acerca das unidades públicas estatal descentralizadas, tem disponibilizado Centros de Referência de Assistência Social - CRAS em 100% dos municípios, totalizando 243, sendo que 236 possuem cofinanciamento federal e 07 com recursos municipais.

A Região Metropolitana de Belém concentra o maior número com 31 CRAS, todavia essa cobertura é insuficiente em relação à população da Cidade de Belém, capital do Estado, registra 7,5% (153.138) da população em situação de extrema pobreza, com mais de 300 áreas de “ocupação” que incham a periferia da cidade, considerando a Região Metropolitana de Belém,

³ Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Belém (2016 – 2026), elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belém – COMDAC.

existe um total de 405 áreas, somente em Ananindeua, são 105 as áreas ocupadas. A maioria destes terrenos está sediada em áreas alagadas, sendo utilizadas pontes para o trânsito dos moradores (FERREIRA, 2010).

Em relação a Proteção Social de Média Complexidade tem-se como unidade pública estatal de cobertura estadual e municipal os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que totalizam no Estado 03 Regionais, 95 CREAS municipais, com cobertura de 89 municípios do Estado, ou seja, apenas 62, 23%. Ressaltamos aqui, a importância da implantação e funcionamento destes centros nos municípios para o atendimento das crianças, adolescentes e famílias em situação de risco pessoal e social, por violência, abuso e exploração sexual, ocorrência de abandono dentre outros.

No que se refere à Proteção Social Especial - Alta Complexidade o Pará executa a política em 03 municípios, com serviços de acolhimento institucional, na modalidade abrigo institucional, com total de 08 abrigos, sendo 06 em Belém: 01 abrigo de mulheres, 02 para pessoa idosa, 01 para crianças de 00 a 06 anos, 01 para migrante em trânsito e 01 para crianças e adolescentes com comprometimento neurológico de ordem física e mental e 02 nos municípios de Marabá e Santarém para mulheres (PEAS, 2012-2015).

Em relação à Política de Saúde no Município de Belém a Secretaria de Saúde destaca a existência de 46 Unidades de Saúde da Família (USF), 11 Núcleos de Atenção a Família (NASF) e 21 Unidades Municipais de Saúde, 09 Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) com serviços de atendimento à saúde mental infanto-juvenil e adultos, inclusive para usuários de álcool e outras drogas.

O Pará mesmo sendo um Estado promissor na geração de divisas para o País é também expressão da histórica desigualdade regional na efetivação de políticas públicas para a maioria da população, tanto a capital como cidade de Belém, como os outros 143 municípios vivenciam uma escassez de investimento no capital social. Pois tanto na política de saúde quanto na de assistência social a cobertura é insuficiente para o atendimento a demanda da população.

O que acontece no Estado do Pará tem ressonância em Belém, dado que significativo contingente de famílias deslocam-se do meio rural para a cidade em busca de melhores condições de vida. Aqui chegando, normalmente agregam-se nas áreas de ocupação, ou na via pública. Esses grupos somam-se aos incorporados no cenário da degradação social e da destituição de direitos, constituindo-se, portanto, em retrato do desemprego, da fome, da carência de escolaridade, saúde e habitação, o que contribui para a proliferação do trabalho infanto-juvenil, da exploração sexual de crianças e adolescentes, e outras violências. Nesse quadro se destaca o descaso público e o abandono social.

Enquanto metrópole, Belém retrata características que, cada vez mais, estão vinculadas a cidades que apresentam essa condição - uma grave “questão social” que é a pobreza, e as suas expressões, como desemprego, violência, fome, mendicância, violência sexual, pessoas morando em vias públicas.

O cenário social focado retrata as complexas situações estruturais e conjunturais em que está imerso o Estado do Pará, e o município de Belém, com inúmeras expressões da questão social e a escassez de políticas públicas que se constitui em campo potencial de atuação do Assistente Social.

Nesse contexto Amazônico as Políticas Públicas implantadas e implementadas pelo Estado do Pará refletem a estrutura do Estado Brasileiro de desigualdade regional, principalmente quando comparados com as Regiões Sul e Sudeste do País, pois as políticas públicas se caracterizam pela insuficiência em sua cobertura, e algumas delas, precárias, tanto para responder aos processos resultantes dos grandes empreendimentos econômicos do capital, quanto para atender a dinâmica das expressões da questão social que se estabelecem, exigindo um processo de expansão e qualificação das políticas sociais, tanto no que diz respeito a equipamentos públicos e serviços, quanto na disponibilização de profissionais, em destaque aos do serviço social, dispostos de habilidades e competências, tanto para reflexões com atuação crítica-científica na realidade regional.

O caráter seletivo e compensatório ainda presente nas políticas públicas propicia uma situação de “apartheid social” que afeta a maioria da população, na medida em que a equidade e a justiça social ainda estão distantes da universalidade apregoada nas legislações. É neste quadro que se percebe uma grande diversidade de expressões da “questão social” e o papel fundamental do(a) Assistente Social em sua visão crítica a respeito de tais expressões e atuação na garantia de direitos de todo cidadão.

Os aspectos apresentados surgem apenas como possibilidade de pensar e refletir acerca de Políticas Públicas colocadas em práticas em nosso país e no Estado do Pará, não se restringindo às possibilidades, cada vez mais diversas, de atuação do/da profissional do Serviço Social. A atuação deste(a) profissional deve ser garantida fundamentalmente para a execução satisfatória das políticas em diferentes aspectos sociais, possibilitando que estudos sejam efetivados para subsidiar a construção de alternativas visando a mudança nos quadros apresentados, some-se a este quadro a vasta gama de atuação em outras esferas em função das constantes demandas para o Serviço Social.

Direitos legais entram em confronto com uma realidade em que a política de atendimento vigente não caminha *pari passu* com os pressupostos, como por exemplo, da Lei nº 8.069/1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que postula direitos ao segmento infanto-juvenil, assegurados pelo Estado e pela sociedade. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes a garantia de direitos, a fim de lhes facultar o desenvolvimento: físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, nesta mesma linha o Sistema único de Saúde - SUS e o Sistema único de Assistência Social (SUAS), que não são implementadas como previsto em que pese os anos de sua aprovação. São diferentes políticas setoriais implementadas no Estado do Pará, as quais necessitem de uma participação premente

do(a) profissional do Serviço Social.

6.2.2 Contexto Educacional do Estado do Pará

Para que se possa verificar com clareza o contexto educacional em que se insere o curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, fundamental registrar alguns aspectos relevantes do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº10.172/2001. O PNE, que no item B, trata especificamente da educação superior, traçando um diagnóstico da situação deste nível no País, bem como estabelecendo diretrizes a serem observadas e, por fim, apresentando os objetivos e metas relativos à educação superior durante sua vigência, de 2001 a 2011.

O PNE, no item B, trata especificamente da educação superior, traçando um diagnóstico da situação deste nível no País, bem como estabelecendo diretrizes a serem observadas e, por fim, apresentando os objetivos e metas relativos à educação superior durante sua vigência, de 2001 a 2011.

O PNE 2014 à 2024, aprovado pela Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014, prevê como meta para o ensino superior:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

O diagnóstico apresentado no Plano Nacional de Educação apresenta nítida indicação da necessidade na ampliação da oferta de vagas na educação superior, bem como do papel fundamental a ser desempenhado pelas IES privadas de qualidade neste processo, conforme claramente demonstram os seguintes trechos da Lei nº 10.172/2001:

“4.1 Diagnóstico: A manutenção das atividades típicas das universidades - ensino, pesquisa e extensão - que constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do País, não será possível sem o fortalecimento do setor público. Paralelamente, a expansão do setor privado deve continuar, desde que garantida a qualidade”.

O Plano Nacional de Educação – Diagnóstico da Educação Superior destaca que a porcentagem de matriculados na educação superior brasileiro em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente como o Chile (20,6%), Venezuela (26%), Bolívia (20,6%) e Argentina com 40%. Esta última se configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Portanto, o Brasil no âmbito dos países da América Latina apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado.

Adiante, assumindo seu legítimo papel de elemento determinante das políticas públicas para a educação durante a década de sua aplicação, o Plano Nacional de Educação apresenta diversas diretrizes, que devem ser encaradas como as linhas mestras da condução de nossas políticas públicas e da atuação dos agentes públicos responsáveis pela regulação, supervisão, avaliação e fiscalização, no caso em tela, especificamente no que pertine à educação superior:

4.2 Diretrizes: Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo.

A importância que neste plano se deve dar às Instituições de Ensino Superior (IES), mormente à universidade e aos centros de pesquisa, erige-se sobre a constatação de que a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais.

As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. A oferta de educação básica de qualidade para todos está grandemente nas mãos dessas instituições, na medida em que a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor.

A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. É importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino.

Para promover a renovação do ensino universitário brasileiro, é preciso, também, reformular o rígido sistema atual de controles burocráticos. A efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições não-universitárias e a permanente avaliação dos currículos constituem medidas tão necessárias quanto urgentes, para que a educação superior possa enfrentar as rápidas transformações por que passa a sociedade brasileira e constituir um pólo formulador de caminhos para o desenvolvimento humano em nosso país.

Deve-se ressaltar, também, que as instituições não vocacionadas para a pesquisa, mas que praticam ensino de qualidade e, eventualmente, extensão, têm um importante papel a cumprir no sistema de educação superior e sua expansão, devendo exercer inclusive prerrogativas da autonomia. É o caso dos centros universitários.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o

acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos.

Ressalte-se que à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores. Assim, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de educação superior deve haver não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.” (Fonte – Plano Nacional de Educação – Diretrizes para a Educação Superior – gn)”.

No Brasil a análise das taxas de escolarização na educação superior, evidencia que as desigualdades geográficas em relação às discrepâncias das taxas de escolarização a média brasileira giram em torno da taxa bruta de 28,7%. Quando se analisa os dados por região, o Norte apresenta 22,4%, ou seja, 6,3% abaixo da média brasileira, mais de 12% abaixo da Região Sul e mais de 13% abaixo da Região Centro Oeste (Tabela 11).

Tabela 8. Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo a Região Geográfica – Brasil – 2012.

BRASIL/REGIÃO GEOGRÁFICA	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO		
	BRUTA	LÍQUIDA AJUSTADA	LÍQUIDA
Brasil	28,7%	18,8%	15,1%
Região Nordeste	24,5%	12,9%	10,8%
Região Norte	22,4%	13,0%	11,2%
Região Sudeste	30,9%	21,1%	16,6%
Região Sul	34,5%	25,0%	19,8%
Região Centro-Oeste	35,3%	24,3%	19,2%

Fonte: IBGE (2012).

Percebe-se, com a análise da Tabela 11, que as menores taxas de escolarização na Educação Superior no Brasil estão concentradas nas regiões Norte e Nordeste, e a região Sul se destaca pelas melhores taxas líquidas. Em 2012, o número de matrículas superou a marca dos 7.000.000, tendo registrado um incremento de 4,4% em relação aos dados de 2011 e uma média anual de crescimento de 5,7% desde 2009. A Tabela 12 destaca esses valores entre 2009 e 2012, desagregados por organização acadêmica.

Tabela 9. Evolução no Número de Matrículas de Graduação, segundo a Organização Acadêmica – Brasil – 2009-2012.

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	2009	2010	2011	2012
Faculdade	1.784.046	1.990.402	2.084.671	2.027.982
Centro Universitário	795.033	836.680	921.019	1.085.576
Universidade	3.306.845	3.464.711	3.632.373	3.812.491
IF/CEFET	68.097	87.506	101.626	111.639
TOTAL	5.954.021	6.379.299	6.739.689	7.037.688

Fonte: Tabela elaborada pela DEED/INEP (MEC/INEP)

Uma das Metas previstas no PNE 2014-2024 é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. A meta estabelecida para o decênio é bem mais ousada que a anterior, em que a expansão da oferta de vagas na educação superior, era atingir pelo menos 30% da faixa etária de 18 a 24 anos até 2011.

Isso, sem contar o necessário atendimento àqueles que não tiveram acesso à educação superior na idade preconizada, mas que também devem ser atendidos, com base no princípio constitucional da universalização do acesso à educação em todos seus níveis e modalidades.

Levando em conta estritamente o objetivo de oferta de vagas na educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, percebe-se o quão longe do atingimento desta meta se encontra o País e, em especial, o Estado do Pará.

Considerando as projeções elaboradas pelo IBGE, a população brasileira entre 18 e 24 anos seria, atualmente, de cerca de 26.145.000, exigindo, portanto, a oferta de 7.843.500 vagas na educação superior.

Pode-se, portanto, verificar que o atendimento mínimo aos objetivos e metas estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação exige a oferta maior de vagas na educação superior, isto sem considerar a demanda daqueles fora da faixa etária de 18 a 24 anos.

Não se pode esquecer, ainda, da reconhecida importância das IES privadas no atingimento das metas quantitativas e qualitativas traçadas pelo Plano Nacional de Educação, sendo a coexistência harmônica entre as instituições públicas e privadas premissa fundamental na condução das políticas públicas educacionais.

Destacamos ainda que os estudos demonstram que a educação tem um enorme efeito sobre a formação de mão-de-obra no Brasil como um todo e na Região Metropolitana de Belém, em particular. Este cenário representa um grande desafio para o Brasil e, particularmente, para a cidade de Belém e sua Região Metropolitana.

A baixa escolaridade da força de trabalho e o reduzido número de trabalhadores com acesso à educação superior representam uma grande desvantagem competitiva para um país ou uma região. Países que competem diretamente com o Brasil têm uma proporção bem mais elevada de jovens cursando faculdades e universidades.

Segundo o Plano Estadual de Educação do Pará (2015) o acesso à educação apresenta uma disparidade regional e de segmentos em relação a população pobre, negros, índios, moradores do campo, transexuais, meninas grávidas, adolescentes que cometem ato

infracional, usuário de álcool e outras drogas, entre outros sujeitos que historicamente tiveram sua trajetória escolar interrompida ou não tiveram oportunidade. Esse cenário é visível quando se observa que a escolarização média da população de 18 a 29 anos, no Estado do Pará é de 8,8, inferior à média nacional de 9,8 e da Região Norte 9,1, sendo que para superar esse déficit necessita avançar em torno 3,2% para que o Estado avance para outro patamar.

Em relação a taxa de matrícula do nível superior o Brasil tem apenas 30,3% da taxa bruta de matrícula, 25,3% na Região Norte e de apenas 19,1% no Estado do Pará. Quando se especifica sobre a população na faixa de 18 a 24 anos, o percentual Nacional é de apenas 20,1%, 14,6% na Região Norte e 10,8% no Estado do Pará.

A educação superior cresce e se desenvolve por meio da ampliação do número e porte das Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, e pela variedade da oferta de cursos de graduação, o que tem contribuído, decisivamente, para a melhoria das condições de vida da população. A região com o menor número de IES é a Norte que possui apenas 154 (cento e cinquenta e quatro) IES, e no Estado do Pará apenas 41, ou seja, ainda há poucas IES instaladas e o número de alunos com acesso ao ensino superior é menor que 10 % da população (Tabela 12).

Tabela 10. Dados Relativos à Educação no Estado do Pará quanto aos níveis de ensino e sua relação com o número de escolas (total, públicas e privadas).

NÍVEIS DE ENSINO	ESCOLAS (TOTAL)
Ensino Fundamental	10.333
Ensino Médio	742
Ensino Superior	41

Fonte: Censo IDESP (2013).

No que se refere a Pós Graduação e especialmente aos docentes com pós-graduação stricto sensu segundo o Censo da Educação Superior de 2012, a situação do Brasil é de apenas 69,5% de docentes com mestrado e doutorado e somente com doutorado isso baixa para 32,1% de docentes. Na Região Norte se registrou 58,9% mestres e doutores e apenas 20,8% de docentes com doutorado, no que diz respeito ao Estado do Pará se conta com 67,9% de docentes com mestrado e 26,9% com doutorado acima da média da Região Norte.

Da mesma forma, apesar do Pará ser um importante centro de pesquisa e desenvolvimento científico da Região Norte, atraindo estudantes e pesquisadores de todo o País para os seus campi universitários, os Estados nortistas respondem por apenas 2% do total de bolsas do CNPq. O que contraditoriamente demonstra que mesmo com a criação de faculdades, ampliação de vagas no ensino superior, na Região Norte, existe um baixo investimento em formação e pesquisa se comparado a outras regiões.

Nos últimos anos mesmo com aumento do número de Instituições de Ensino Superior no Estado do Pará, e da oferta do Curso de Bacharelado em Serviço Social na Região Metropolitana de Belém, segundo o cadastro do E-MEC, consultado em setembro de 2015, existem no Estado do Pará 11 Instituições de Ensino Superior que possuem o Curso de Bacharelado em Serviço

Social presencial, na Região Metropolitana são 08 IES, sendo 01 pública e 07 privadas localizadas em Belém e Região Metropolitana, 03 no restante do Estado.

Apesar do número de instituições de ensino superior que disponibilizam o curso, os números demonstram que ainda há uma demanda a ser suprida, especialmente porque quanto maior são os problemas sociais, econômicos, ambientais, éticos e políticos, maior é a necessidade de profissionais da área de Serviço Social.

Nesta realidade, é que em maio de 2012, foi autorizado o Curso de Bacharelado em Serviço Social, pela Portaria SESU/MEC nº49/2012, com intuito de oferecer uma formação geral sólida pautada em habilidades e competências, por Núcleos de Fundamentação, efetivando o diálogo permanente entre as disciplinas que compõe os núcleos, imbuído do compromisso de formar discentes aptos a comprometerem-se com o projeto ético político e calcado nos princípios fundamentais da profissão presentes no Código de Ética, futuros profissionais detentores de conhecimento teórico e metodológico, competentes a intervir na realidade do Brasil e da Amazônia, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades do Estado e da Região, que possam, eficazmente, contribuir no processo de mudanças na sociedade e, conseqüentemente na qualidade de vida da população.

A educação alavancou a melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Região Metropolitana de Belém, entre 2000 e 2010, segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). Em 2000, a RM de Belém teve o índice de 0,621, situado na faixa de Médio Desenvolvimento Humano. Já em 2010, a RM apresentou 0,729, passando para a faixa de Alto Desenvolvimento Humano.

Diante do cenário apresentado a necessidade social deste Curso de Bacharelado em Serviço Social – de abrangência regional – é imperativa, fundamental ao necessário avanço da sociedade a ampliação do acesso à educação, pois como amplamente demonstrado há um déficit educacional na região.

No contexto da “sociedade do conhecimento”, em que o domínio do saber é fundamental no processo de desenvolvimento econômico e social, é preciso maior investimento no capital social na região. Sobretudo, primando por uma educação superior de qualidade, com particular sensibilidade aos investimentos nas áreas de conhecimento de maior demanda regional. É nesta conjuntura e com intuito de melhorar a educação no Pará, o mais rico e populoso da Região Amazônica, que a Faculdade Metropolitana da Amazônia foi instalada em Belém, a capital do Estado e segundo maior município, com extensão de 1.059.458,515 km², dados do IBGE (2015). Além disso, a região metropolitana possui a segunda maior população da região Norte com cerca de aproximadamente 2,1 milhões habitantes.

Desta forma, Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ está imbuído no compromisso de formar profissionais detentores de conhecimento teórico,

metodológico e práticos para que estejam aptos a intervir na realidade do Brasil e, principalmente, na Região Amazônica, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades, em especial, no Pará, e que possam contribuir no processo de mudanças e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

7. INSTALAÇÕES GERAIS

7.1 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As instalações administrativas da instituição contabilizam diversos espaços adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas desenvolvidas e à integração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional.

Entre as diversas instalações administrativas da Instituição citamos: Reitoria; Vice-Reitoria, Departamento Financeiro; Departamento Pessoal/Recursos Humanos; Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI; Almoxarifado; Setor de Vestibular e Matrícula; Portarias; Caixa/Tesouraria; Dependências de serviços e outros.

As instalações administrativas existentes na IES às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança e conservação.

Todas as instalações administrativas da FAMAZ são compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5296/2004. Essa caracterização pode ser analisada pelas especificações de instalações da FAMAZ.

As áreas livres (corredores e áreas de convivência) para circulação possuem higienização e manutenção de acordo com mais exigentes padrões com pessoal contratado pela Instituição.

7.2 AUDITÓRIO

A Instituição possui um auditório, com espaço físico adequado para o número de usuários e comodidade necessária à atividade a ser desenvolvida. Possui equipamentos audiovisuais (computador, kit multimídia, caixa amplificadora de som e datashow) e mobiliários próprios, sistema de comunicação em rede, que obedecem aos índices estabelecidos segundo normas para esta finalidade.

O Auditório, com capacidade para 280 (duzentos e oitenta) lugares, está equipado, segundo a finalidade e atende, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessárias a atividades propostas e compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5296/2004.

Diariamente são executados os serviços de limpeza, manutenção dos equipamentos e mobiliários para a conservação do patrimônio institucional.

7.3 INFRAESTRUTURA PARA CPA

A Instituição fornece à Comissão Própria de Avaliação - CPA os recursos materiais,

recursos humanos e infraestrutura necessária à condução de suas atividades.

O espaço destinado ao funcionamento da CPA atende, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade ao número de usuários, quando do desenvolvimento das atividades, sendo também compatível com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5296/2004.

Esta sala é composta por duas mesas de escritório com seus respectivos computadores, armários e arquivos para pastas suspensas, acesso à internet através do suporte geral da FAMAZ.

Em sala anexa à CPA existe espaço para recepção e encaminhamento de docentes e discentes com pessoal técnico de apoio composto por 01 (um) auxiliar administrativo, que atende exclusivamente às necessidades e demandas da CPA e possui habilidades para os serviços específicos e o atendimento aos alunos, professores e membros do corpo técnico administrativo.

7.4 BIBLIOTECA

A Biblioteca foi criada com o objetivo de fornecer apoio bibliográfico às atividades de pesquisa, ensino e extensão, com acervo necessário ao bom desenvolvimento dos Cursos oferecidos e por possuir capacidade suficiente para atender a demanda da comunidade acadêmica em geral, que dispõem de livre acesso a este setor. Em 2014, a biblioteca passou por uma reforma para ampliação da estrutura física e do acervo, o que trouxe maior comodidade aos seus usuários.

O espaço foi projetado e ampliado com o objetivo de proporcionar conforto e funcionalidade durante os estudos e as pesquisas. A biblioteca conta com recepção e balcão de atendimento dotado de terminais de consulta. Além disso, equipes treinadas esclarecem dúvidas e efetuam os serviços de empréstimo, renovação e devolução do material bibliográfico.

O pessoal técnico-administrativo é formado atualmente por um bibliotecário, que responde pela administração do setor, além de sete auxiliares técnicos e três menores aprendizes para prestarem atendimento aos usuários.

A biblioteca funciona de segunda à sexta-feira, das 8h00 às 21h30, ininterruptamente, e aos sábados, de 08h00 às 12h00.

7.4.1 Espaço Físico

A biblioteca está situada em um amplo espaço e ocupa uma área física de 02 (dois) andares, sendo 573 (quinhentos e setenta e três) metros quadrados no térreo e 226 (duzentos e vinte e seis) metros quadrados no andar superior, distribuídos da seguinte forma: área do acervo, salão de pesquisa, salas de estudo em grupo, cabines individuais de estudo, unidades de terminais de acesso à internet à disposição dos usuários para consulta a base de dados da

biblioteca, e contempla instalações físicas adequadas aos portadores de necessidades especiais e demais informações constantes no PDI da IES.

A Biblioteca é adequada ao número de usuários e aos fins a que se destina e obedece aos critérios de salubridade, ou seja, é climatizada, bem iluminada, limpa e segura. Além disso, este ambiente é adaptado às pessoas portadoras de necessidades especiais e possui nas suas proximidades equipamentos de proteção contra incêndio.

O acervo está organizado em estantes próprias de ferro, tendo os usuários que solicitar o material para os atendentes no balcão. O espaço possui iluminação natural e artificial adequada às condições para armazenagem e preservação, atendendo, assim, aos padrões exigidos. Há extintores de incêndio e sinalização bem distribuída. A biblioteca possui mobiliário com espaço para atendimento adaptado, sinalizações visuais e ambientes desobstruídos que facilitam a movimentação de cadeiras e pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida.

A biblioteca disponibiliza para estudos: salas de estudo em grupo e individual. O responsável pela Biblioteca da Instituição possui bacharelado em biblioteconomia e registro no conselho profissional (CRB). Além dele, outros assistentes fazem o atendimento ao público em geral, o que permite o funcionamento da Biblioteca em todos os horários da IES, para atendimento a comunidade acadêmica. Registra-se ainda que a Biblioteca da Instituição atenda também a comunidade externa, contribuindo, desta forma, com a socialização do seu acervo a todos os interessados.

A Biblioteca possui, ainda, regulamento próprio de funcionamento e gerenciamento do acervo, que poderá ser apreciado quando da visita *in loco*.

A Biblioteca atende aos aspectos quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura e acessibilidade, conforme Decreto nº 5296/2004.

7.4.2 Instalações do Acervo

As instalações do acervo são organizadas em estantes próprias e adequadas. Os livros são disponibilizados aos usuários para empréstimo através da solicitação aos atendentes do balcão. O acesso remoto ao acervo é feito mediante consulta aos terminais e rede de computadores. O espaço possui iluminação natural e artificial adequada às condições de armazenagem, preservação, atendendo assim aos padrões exigidos. Há extintores de incêndio e sinalização bem distribuída.

7.4.3 Instalações para Estudo

A biblioteca disponibiliza à comunidade acadêmica para estudo: salas de estudo em grupo e individual. As salas de estudo em grupo são ambientes reservados, com capacidade para até oito pessoas, disponíveis, por ordem de chegada.

As salas de estudo individuais são compostas de cabines individuais em espaços reservados, permitindo maior conforto e tranquilidade aos usuários.

7.4.4 Acervo

A biblioteca da IES possui, no início do ano letivo de 2017, 4.297 títulos e 43.902 exemplares. Possui um acervo disponível com, no mínimo, três títulos de bibliografia básica por unidade curricular e, no mínimo, cinco títulos de bibliografia complementar por unidade curricular. O acervo da biblioteca é plenamente adequado às propostas pedagógicas dos cursos da IES com relação à quantidade, pertinência, atualização e relevância acadêmico-científica, atendendo os planos de ensino das disciplinas.

O acervo é formado por livros e materiais especiais (com acesso restrito aos discentes e técnico-administrativo e livre aos docentes) e periódicos especializados nas diversas áreas de conhecimento. O acervo da biblioteca também é composto por monografias, dissertações, relatórios técnico-científicos, coleções de CD-ROM e DVDs, dentre outros.

O acervo é informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da Instituição. É utilizado Sistema de Controle da Biblioteca (SCB), desenvolvido pelo Grupo Educacional CEUMA.

7.4.5 Serviços e Informatização

A biblioteca da FAMAZ tem como missão oferecer aos seus usuários o suporte informacional como apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da IES visando a transferência de conhecimento para a comunidade acadêmica.

O acervo é informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da Instituição. É utilizado Sistema de Controle da Biblioteca (SCB), desenvolvido pelo Grupo Educacional CEUMA, utilizando a linguagem de programação Visual Basic com base de dados em SQL Server, protocolo de comunicação direta via rede local e protocolo TCP/IP para acesso remoto às informações.

A informatização dos serviços possibilita a integração e a otimização dos produtos e serviços informacionais, propiciando a conseqüente agilidade e modernidade da geração à gestão do conhecimento. O Sistema de Automação de Gerenciamento contempla os principais serviços de uma biblioteca universitária. A utilização deste Sistema permite ao usuário a localização da informação por autor, título ou assunto.

A biblioteca é totalmente informatizada, no que se refere à consulta ao acervo, aos recursos de pesquisa informatizada e ao empréstimo domiciliar. Há representação de todo o acervo no sistema informatizado utilizado pela Instituição. Está disponível na biblioteca, para uso dos usuários, microcomputadores com acesso à Internet.

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: Consulta local e empréstimo domiciliar; reserva de livros; renovação de livros através do link da biblioteca no site Institucional; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT). O empréstimo domiciliar é facultado aos professores, aos alunos e aos funcionários da Instituição. O sistema de empréstimo é totalmente informatizado e compatível com o sistema adotado pela biblioteca, possuindo como princípio de localização a classificação CDU (Sistema de Classificação Universal). A reserva deverá ser solicitada via *on-line* pelo *site* da FAMAZ.

A biblioteca da IES disponibiliza, por meio do COMUT e assinatura de bases de dados, o acesso a informações em nível nacional e internacional. É incentivado o uso de bases de dados como o Scielo, BVS, Domínio Público, portal da CAPES, portal de teses da UNICAMP, USP e UNESP (unibibliweb) dentre outras, que disponibilizam artigos científicos e periódicos nacionais e internacionais em diversas áreas do conhecimento.

Todas as publicações estão preparadas com etiqueta de lombada com código de barras impressas pelo Sistema de Controle da Biblioteca, facilitando o empréstimo. O SCB permite a possibilidade de geração de relatórios de controle da biblioteca como: quantidade de títulos/exemplares por curso, empréstimos, multas, livros atrasados, idade do acervo, reservas, títulos cadastrados por tipo de material, inventário, carta de cobrança, declaração de nada consta, boletim bibliográfico, relação de livros baixados e motivos, relação de usuários, usuários mais frequentes dentre outros.

A biblioteca da IES conta com rede *wi-fi*, catálogo online de serviço público e serviços pela internet. Utiliza de ferramentas de busca integrada. Possui terminais de consulta, acesso ao portal CAPES de periódicos e acesso a outras bases de dados como EBSCO, Target Gedweb e vLex. Conta também com acesso à Biblioteca Virtual Pearson e Biblioteca Virtual Saraiva.

O acervo da biblioteca é atualizado a partir da Política de Desenvolvimento de Coleções da Rede de Bibliotecas do Grupo Educacional CEUMA e por solicitação das coordenadorias dos Cursos, professores, alunos e da equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudo, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. É dada prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada unidade curricular dos cursos ministrados, em todos os níveis, seguindo a política de aquisição da Instituição. O planejamento econômico-financeiro reservará dotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo.

7.4.6 Base de Dados

Além do acervo físico, a biblioteca da FAMAZ também é composta pelo acervo das bibliotecas virtuais Pearson e Saraiva e pelas bases de dados CAPES, EBSCO, vLex e Target Getweb.

A FAMAZ disponibiliza mais de 3.000 títulos que podem ser acessados virtualmente na biblioteca virtual da Pearson. As obras, de diferentes editoras, estão disponíveis no site institucional, acessando-se a área do aluno ou do professor. Elas podem ser acessadas 24 horas por dia a partir de qualquer computador com acesso à Internet, em mais de 40 áreas de conhecimento, como Administração, Marketing, Engenharias, Economia, Direito, Letras, Computação, Educação, Medicina, Enfermagem, Meio Ambiente, Psicologia, Educação Física, Psiquiatria, Gastronomia, Turismo e outras. A ferramenta possibilita que a comunidade acadêmica tenha acesso integral *online* aos livros-texto de diferentes editoras, como Artmed, Pearson, Manole, Contexto, IBPEX, Papyrus, Casa do Psicólogo, Ática, Scipione, Martins Fontes, Companhia das Letras, EDUCS, Rideel e Jaypee Brothers, dentre outras.

A Biblioteca Pearson disponibiliza o acesso a títulos que podem ser lidos e pesquisados *online*, livros personalizados e sob demanda, conteúdo para educação a distância e consultoria em conteúdo e metodologia educacionais, dentre outros. Também promove a atualização permanente do acervo da Biblioteca, a partir da disponibilização de novas edições e lançamentos. Ferramentas que enriquecerão e agilizarão a pesquisa e/ou estudo estarão disponíveis, como pesquisa inteligente, marcadores de páginas, anotações personalizadas; e impressões de páginas avulsas e/ou capítulos avulsos com valores de fotocópia (opcional). Além da leitura digital dos livros, a plataforma oferece aos usuários um conjunto de funcionalidades que enriquecerão a experiência de leitura. Alguns exemplos: Acesso em tablets (iPad e sistema Android); Seleção de livros favoritos; Anotações eletrônicas nas páginas; Compartilhamento de conteúdo em redes sociais (Facebook e Twitter); Impressão de até 50% das páginas do livro; Descontos de até 40% para compra da versão impressa do livro; Disponibilidade de acesso 24 horas, 7 dias por semana.

A Biblioteca Digital Saraiva traz o acervo de 1.500 livros digitais da Editora Saraiva, com possibilidade de acesso para o usuário a qualquer momento e por meio de diversos dispositivos. Possui conteúdo de qualidade nas áreas de Direito e de Gestão combinado com a mais avançada tecnologia disponível para instituições de ensino superior. Apresenta como vantagens para os professores: Facilidade no planejamento das aulas; Grande variedade de títulos e autores para seleção; Obras atualizadas; Certeza de que os alunos terão acesso ao material selecionado; e Melhor rendimento das aulas. As vantagens para os alunos são: Acesso aos livros digitais das disciplinas; Acesso às obras integrais; Sensível economia com material de estudo; Acesso aos conteúdos a qualquer hora e dia, em qualquer lugar, por meio de vários dispositivos, por meio do aplicativo Saraiva Digital Reader; Possibilidade de manter biblioteca digital particular juntamente com as obras oferecidas pela instituição; e Melhor rendimento nos estudos.

Com objetivo de melhorar a qualificação da sua comunidade acadêmica, a IES disponibiliza acesso ao Portal da CAPES, em toda área interna da Instituição, com bases de dados e periódicos com *Qualis* A1, A2, B1 e B2. A importância deste acesso, que pode ocorrer em toda a área da Instituição, é que possibilita aos alunos e professores realizarem outras formas de pesquisas além do acervo impresso que existe na biblioteca.

A Instituição também disponibiliza o acesso remoto à base de dados EBSCO à todos os seus alunos. Esta coleção provê cobertura de textos na íntegra de periódicos científicos para quase todas as áreas acadêmicas de estudo.

Essa base de dados multidisciplinar fornece texto completo para mais de 8.500 (oito mil e quinhentos) periódicos, incluindo texto completo para mais de 4.600 (quatro mil e seiscentos) títulos revisados por especialistas. Estão disponíveis mais de cem revistas especializadas, bem como serão fornecidas referências citadas pesquisáveis para mais de 1.000 títulos. É também considerada a base mais completa nas áreas de Administração, Ciência da informação, Ciências sociais, Comércio, Contabilidade, Economia, Estatística, Finanças, Marketing, Multidisciplinar, Turismo, Gastronomia, Recursos Humanos, Relações Internacionais, Sociologia, Educação, Informática, Engenharias, Física, Química, Letras, Artes e Literatura, ciências da saúde, entre diversas outras áreas.

Na área de ciências da saúde oferece informações médicas reconhecidas sobre medicina, enfermagem, nutrição, psicologia, veterinária, biologia, o sistema de saúde e ciências pré-clínicas. É uma ferramenta de referência clínica, desenvolvida, primordialmente, para uso no local de tratamento. A EBSCO Health/DynaMed é uma base de dados que oferece quatro grandes bases Academic Search Elite, Medline em Texto Completo, Dynamed – Medicina Baseada em Evidências e Dentistry & Oral Sciences Source.

Entre as principais características do EBSCO citamos: Acesso on-line, simultâneo e ilimitado por Internet Protocol (IP) ou acesso remoto através de local de acesso restrito no website da instituição; Interface única de busca em português; Tradutor automático do texto completo para o português; Permite fazer buscas por palavra-chave, assunto, autor, entre outros; Módulo administrativo que permite o gerenciamento da base; Pode-se salvar os artigos pesquisados, imprimir, enviar (e-mail) ou guardar na base; Atualização diária; Treinamento de uso. A base de dados inclui imagens em PDF para grande maioria dos artigos. Possui cobertura retroativa dos periódicos.

A biblioteca também possui assinatura da Target Gedweb, que é uma plataforma que reúne e gerencia um vasto acervo de normas e regulamentações técnicas de diversos órgãos, facilitando a busca e o acesso às informações regulatórias críticas.

O acervo da Target é atualizado diariamente, disponibilizando ao usuário: Mais de 16.000 Normas ABNT NBR/NM; Mais de 16.000 Normas Internacionais e Estrangeiras; 49 entidades internacionais (BSI, AFNOR, AENOR, JIS, ASME, API, IEEE, NFPA e outras); Mais de 12 mil Diários Oficiais; Projetos de Norma Brasileira em Consulta Nacional; Mais de 8.000 Regulamentos

Técnicos/Portarias do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); Normas Regulamentadoras do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego); Mais de 115.000 Resoluções ANEEL (Agência Nacional do Sistema Elétrico); Procedimentos ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico); Mais de 110.000 Procedimentos ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Mais de 130.000 Resoluções MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Legislações CONAMA, dentre outras.

A plataforma Target Gedweb possui as seguintes características: Permite a leitura online; Os arquivos podem ser salvos em PDF; O usuário tem acesso diariamente a normas técnicas que estão em votação pública e/ou eventos internos da empresa, através de uma tela com os eventos do dia; A tela de pesquisa é simples e o usuário tem opção de fazer a busca digitando código ou palavra-chave e podendo filtrar a categoria de documento que deseja; O usuário também tem acesso a artigos técnicos elaborados pela Target.

Também são disponibilizados periódicos científicos por meio da vLex, uma base de dados especializada na área jurídica, contendo cerca de 70 milhões de documentos em seu banco de dados *online*, divididos em legislação, jurisprudência, livros, periódicos e jornais de mais de 130 países, sempre na íntegra e com o *download* das obras disponíveis. A plataforma possui ferramentas de tradução das pesquisas e dos textos das obras. O acervo de livros inclui cerca de 2 mil títulos de editoras jurídicas espalhadas pelo mundo, tais como: a) Brasileiras: FGV e Mundo Jurídico (livros); Fundação Rui Barbosa (livros históricos de Rui Barbosa); Bonijuris (Periódicos); b) Estrangeiras - Direito: Editrice La Tribuna (Itália); Jurídica de las Américas (México e Chile); Escritório de Publicações das Nações Unidas; c) Estrangeiras - multidisciplinar: Proquest (EUA, mais de 700 periódicos na vLex); Emerald (Inglaterra); Diarios de America (disponibiliza os principais jornais da imprensa mundial na vLex).

A Dykynson na Espanha, Elcla em Portugal, Cacucci na Itália, Lavoisier na França, Edipro na Bélgica, Platense na Argentina, Notadez no Brasil, Jurídica de Chile e Ecoe na Colômbia são outras das editoras que publicam na vLex.

7.4.7 Plano de Atualização do Acervo

O acervo da Biblioteca da Instituição foi adquirido conforme os projetos pedagógicos dos cursos a serem ministrados e é permanentemente atualizado, através da consulta aos catálogos das editoras e das indicações dos alunos, professores, coordenadores de curso e da equipe da Biblioteca.

A Biblioteca promove a atualização e adequação do acervo, de forma permanente, crescendo e se atualizando através de compras, doações e permutas sendo projetada para que haja um crescimento a cada semestre, a partir do acervo inicial.

O acervo é constituído, de forma impressa e virtual. Atualmente, com o crescimento do fluxo de informações, tornou-se necessário adotar critérios, para uma Política de Atualização e de

Expansão do Acervo da Biblioteca do UNIFAMAZ, tendo como objetivo adequar-se às demandas informacionais dos Cursos da Instituição.

A Política de Atualização e de Expansão do Acervo da Biblioteca serve de suporte, para uma política de seleção concisa, possibilitando de maneira clara, objetiva e controlado o processo de aquisição, doação, permuta de materiais bibliográficos e especiais das Bibliotecas da FAMAZ. Essa política de seleção tem como objetivo: Prestar apoio e assistência às pesquisas, projetos e atividades acadêmicas desenvolvidos pela instituição; Identificar os elementos nos campos de interesse da Biblioteca; Possibilitar o crescimento racional e equilibrado do acervo; Determinar os itens de informação compatíveis com a formação da coleção versus interesses da instituição; Estabelecer critérios mínimos para a duplicação de títulos; Estimular programas cooperativos de aquisição; Traçar diretrizes para a avaliação do acervo; Estabelecer parâmetros para o descarte de material e Organizar e preservar a memória da instituição, assim como toda produção intelectual.

Com o objetivo de estimular o autoestudo e possibilitar a preparação para um aproveitamento melhor dos eventos nos níveis de informação mais avançados como: seminários, workshops, a Biblioteca disponibiliza ainda CDs, DVDs e outros recursos audiovisuais.

A política adotada, na atualização do acervo, é de aquisição semestral acumulativa de 2%.

A Biblioteca da Instituição apresenta um acervo dimensionado acima da média da demanda inicial previsto para os cursos, em processo de autorização, e apresenta uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende plenamente ao disposto do PDI.

7.5 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias possuem portas adaptadas, barra de apoio nas paredes, instalação de lavabos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas, sem barreiras arquitetônicas e apresentam condições plenas em termos de espaço físico, equipamentos sanitários modernos, adequação a normas de higiene, iluminação, ventilação e limpeza.

A Instituição possui instalações sanitárias distribuídas na IES, sendo divididas entre os sexos masculinos e femininos adequadas aos portadores de necessidades especiais, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004 e Portaria Ministerial nº 3.284/2003.

As instalações sanitárias apresentam dimensões suficientes para os usuários, sendo iluminados e ventilados, obedecendo às normas e padrões estabelecidos para o seu tipo de uso. As referidas instalações possuem pisos e revestimentos, louças, espelhos e metais suficientes, bem como materiais de higiene adequados para a sua utilização.

Os serviços de limpeza são realizados em todos os turnos, diariamente, corroborando para a conservação e manutenção das instalações sanitárias.

7.6 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO

A Instituição oferece à sua comunidade uma área de convivência com cantina, copiadora, espaços ajardinados, bancos espalhados pelos corredores e área de convivência para funcionários, amplos espaços internos e estacionamento.

A infraestrutura é configurada com espaços que atendem plenamente às necessidades de convivência, lazer e expressão político-cultural dos alunos.

Outro fator importante é a localização da Instituição está situada numa área privilegiada, cuja redondeza possui um setor de serviços bem estruturado, contando com estacionamentos, boa disponibilidade de transporte coletivo, telefones públicos, shopping, copiadoras, livrarias, papelarias, lanchonetes e restaurantes em quantidade suficiente para o adequado atendimento à comunidade acadêmica.

Vale ressaltar, ainda, que há infraestrutura de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais seguindo a legislação vigente: rampas com corrimões e/ou elevadores para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços de uso coletivo, salas de aula/laboratórios e reservas de vagas, em estacionamentos. As instalações estão dotadas de toda a infraestrutura necessária para a utilização de seu corpo social.

Os espaços de convivência atendem aos aspectos quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura e acessibilidade, conforme Decreto nº 5296/2004.

7.7 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A FAMAZ garante infraestrutura de segurança a toda comunidade acadêmica, por meio de três vertentes:

- I. Segurança Patrimonial;
- II. Serviço de Vigilância; e
- III. Prevenção de incêndio e de acidentes no trabalho: desenvolvida pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) por levantamento das necessidades institucionais no que diz respeito à segurança do trabalho e higienização do ambiente de trabalho.

Nos prédios onde funciona a FAMAZ são atendidas as normas de segurança no tocante a pessoal e equipamentos. Os prédios foram vistoriados pelo Corpo de Bombeiros e suas condições gerais de funcionamento foram todas aprovadas. Eles estão equipados com extintores, escadas de incêndio, além de amplas áreas de circulação. Existe controle de acesso aos prédios, além de funcionários que exercem vigilância nas áreas de circulação interna e externa.

EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

1º PERÍODO

DISCIPLINA :FILOSOFIA E SERVIÇO SOCIAL

Carga Horária Teórica: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Conteúdos fundantes da filosofia, indispensáveis para uma visão crítica do processo de construção societária e seus rebatimentos no pensamento contemporâneo. Reflexões que possibilitam ao aluno o olhar crítico em relação aos fundamentos teóricos e práticos do Serviço Social

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lucia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2013

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2015.

VIEIRA, Antônio Rufino. **Marxismo e Libertação**. Rio Grande do Sul: Editora Nova Harmonia, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo, Cortez, 2011

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**: São Paulo: Forense Universitária, 2015

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: história e grandes temas**: São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. São Paulo: Cortez, 2012

MATTAR, João. **Introdução a Filosofia**. São Paulo: PEARSON, 2011.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Carga Horária Teórica: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Contexto sócio- históricos do Serviço Social, desde a sua gênese ao período atual, com ênfase no Movimento de Reconceituação da profissão, destacando neste processo as particularidades da Amazônia, possibilitando ao discente a percepção crítica da trajetória teórico-metodológica da profissão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IAMAMOTO, Marilda V e Carvalho, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**.

Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 8ªed.São Paulo: Cortez, 2014.

MONTANO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009

NETTO, J. Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ªed. São Paulo, Cortez Editora, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Castro, Manuel Manrique. **Historia do Serviço Social na America Latina**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, Glimaisa Macedo. **Serviço Social em debate**. Alagoas EDUFAL. 2011

IAMANOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e formação

profissional. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a des-ordem: mistificação dos direitos sociais e da cidadania.** São Paulo Cortez, 2015

SILVA, Jose Fernando Siqueira da. Serviço Social : resistência e emancipação. São Paulo: Cortez, 2014.

DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO

Carga Horária Teórica: 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Propicia compreensão substancial do papel da linguagem para profissionais que lidam com o público e constroem textos técnicos/científicos. Trata da veiculação da mensagem para possibilidade de criação de processos instituintes, os quais dependem de proposições embasadas em textos fundamentados em argumentos. Possibilita que o aluno tenha na prática textual um exercício de libertação, democracia e de transformação social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA.

ALMEIDA, RITA DE CASSIA. **Praticas de Leitura e Produção de Texto.** São Paulo. Vozes. 2015

CEGALLA, Domingos P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora Nacional, 2012

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais.** São Paulo: Ática. 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, Antonio S. **A Arte de argumentar: Gerenciando Razão e Emoção.** São Paulo Ateliê

KARWOSKI, Acir Mário et al (org.) **Gêneros textuais: reflexões e ensino.** São Paulo Parábola, 2011.

KOCHE, Vanilda Salton. **Prática textual: atividades práticas de leitura e escrita.** São Paulo: Vozes, 2014.

SANTO, Eniel Do Espírito. **Leitura e Produção do Texto Acadêmico.** São Paulo Biblioteca 24horas, 2016

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DISCIPLINA: FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL E AMAZÔNIA.

Carga Horária Teórica: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA

Processo de estruturação social, econômica e política do Brasil desde o período colonial ao neoliberalismo, ressaltando à luz desses contextos a Amazônia. Pretende-se que o aluno de serviço social possa ter uma leitura crítica da expansão capitalista no país, sem perder de foco a configuração amazônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAGÓN, Luis E. (Org.); Oliveira, Jose Aldemir (Org.). **Amazônia no cenário sul-americano.** Manaus: UFAM, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio:** São Paulo Cortez, 2013.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro: Ideias e personagens.** São Paulo: Ática, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** Rio Grande do Sul: Globo, 2009.

FRIEDERICH, Engels. **A origem da família, da propriedade privada e do estado:** São Paulo: Lafonte, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
 HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
 PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011

NOME DA DISCIPLINA: OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL I

Carga Horária 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

A disciplina aborda a política de formação profissional e o Serviço Social no mercado de trabalho, considerando funções, organização da categoria e legislação profissional, propiciando ao aluno uma visão dos aspectos legais e institucionais da profissão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICO

ALMEIDA, Ney Luiz T. de; ALENCAR, Mônica M. T. de. Saraiva. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2014

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8 Edição. São Paulo: CORTEZ, ano 2014.

SILVA, Marcela Mary Jose da. **Materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. São Paulo: Papel Social, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRUZ, Lilian R.; GUARESCHI, Neuza (Orgs). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. São Paulo. Vozes. 2013

FREIRE, Lúcia M.de B. **Serviço Social na Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 2013

GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: Temas, textos e contextos**. São Paulo: Cortez, 2010

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social - Particularidades no Brasil**, V.6,1 Edição São Paulo: Cortez, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 8 Edição. São Paulo: CORTEZ, 2013

2º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA

Carga Horária: 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute o processo de construção de conhecimento, desenvolvendo procedimentos técnicos de estudo e aprendizagem. Propicia aos alunos noções básicas sobre métodos e técnicas de pesquisa das ciências sociais e sua aplicabilidade no Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, M. M. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos**. São Paulo: Atlas, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: A prática de fichamentos, resumos e resenhas**. São Paulo: Atlas, 2013.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GIL, V. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010

NOME DA DISCIPLINA: SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

Carga Horária: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute e contextualiza a inserção da Amazônia no contexto capitalista. Analisa criticamente seus impactos nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Isso possibilita que o graduando possa melhor interpretar as expressões da questão social na região e ter proposições pertinentes, visando a sua transformação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: Particularidades no Brasil**, V.6. Cortez, 2012.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social**, A. 10ª Ed. Cortez, 2013.

PINTO, Lúcio Flavio. **A Amazônia em Questão**. Editores Fantasia, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2011.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

DOMINGUES, Ugá Vivian. **Questão Social Como Pobreza**, A. 1ª Edição.: São Paulo: Appris, 2011

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009

PINHEIRO, Lucí Faria. **Movimentos Sociais, Políticas Sociais e Questão**. Gramma. 2011

NOVO, Evlyn. **Amazônia: a utilização de seus recursos naturais e sustentabilidade**. Belém: Amazônia, 2010

NOME DA DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I

Carga Horária: 80 h

Carga Horária Prática: 0

Discute o processo de desenvolvimento do Serviço Social, abordando a incidência do Tomismo e do Pragmatismo no âmbito teórico e técnico-operativo da formação profissional, tendo em vista proporcionar ao discente leitura teórico-metodológica da constituição histórica da profissão, com ênfase nas décadas de 1930 e 1940.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia. Das Origens à Araxá**. 6ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina** 10ªed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 10ªed. São Paulo: Cortez, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez. 2015

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica I**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social Identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTANO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**. São Paulo, Cortez 201

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamento sócio-histórico**. São Paulo: Papel Social. 2014

NOME DA DISCIPLINA: FUNDAMENTOS SOCIOLOGICOS E SERVIÇO SOCIAL

Carga Horária: 80h

Carga Horária Prática:0

EMENTA:

Discute as matrizes clássicas do pensamento sociológico e suas potencialidades para a leitura do contexto contemporâneo global, nacional e amazônico. Possibilita ao discente ter domínio básico sobre a relação intrínseca entre concepção de homem, sociedade, valores e história, e como isso atravessa a construção de políticas ao se manifestar nas expressões da questão social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DURKHEIM Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª Edição. São Paulo: Martins, 2014.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, e Weber**: UFMG, 2006

LOWY, Michael. **Ideologia e Ciências Sociais: Elementos para uma análise marxista**. Corte. 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS. Reinaldo. **Fundamentos da Sociologia Geral**. 5ª Edição. São Paulo: Alinea, 2011.

DURKHEIM, Emile. STAHEL, Monica. **Lições de Sociologia**. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GIDDENS, Antony. **SOCIOLOGIA**. Porto Alegre: Atmed, 2012

MARX, Karl. **O Capital, crítica da economia política**. v. 1. São Paulo: Civilização Brasileira. 2013

SCHAEFER, Richard. **T. Fundamentos de Sociologia**. São Paulo AMGH. 2016

NOME DA DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

Carga Horária 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute as bases teórico-metodológicas da Antropologia, referente ao seu olhar acerca do homem, na sua condição sociocultural. Evidencia a importância desta ciência para conhecimento das relações de parentesco, dos processos ritualísticos, da vida cotidiana e estruturação de organizações sociais, que se constituem como elementos estruturantes da sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2013.

ERIKSEN, Thomas; NIELSEN, Finn. **História da Antropologia**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FEITOSA, Lourdes; FUNARI, Pedro; ZANLOCHI, Terezinha (org.). **As Veias Negras do Brasil**. São Paulo: Edusc, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma introdução a Antropologia Social**. São Paulo: Rocco. 2006.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A. 2011

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense. 2012

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura : um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

STRATHERN, Marilyn . **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosacnaify. 2014

3º SEMESTRE

DISCIPLINA: DIREITO E LEGISLAÇÃO.

Carga Horária 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA

Trata da construção das instituições de direito no Brasil e novos formatos institucionais na garantia de direitos. Assenta-se em legislações específicas direcionadas a defesa de direitos quanto à criança / adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência. Os fundamentos trazem elementos subsidiadores à prática de assistentes sociais na área sócio-jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUCCI, Maria Paula Dallari **Fundamento para uma teoria Jurídica das Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva. 2013 .

PIOVESAN, Flávia (coord). **Estudos avançados de Direitos Humanos**. São Paulo. Campus 2013

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**: São Paulo. Campus 2004

CARRION, Valentin. **Comentários a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: debates atuais no Judiciário, penitenciário e previdência **social**: Cortez, 2014

SARLET, INGO WOLFGANG **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Livraria do Advogado. 2015

SIMÕES, Carlos. **Teoria e crítica dos direitos sociais**: o Estado Social e o Estado Democrático de Direito. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA

Carga Horária: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute as principais teorias políticas que influenciaram o sistema político brasileiro, na sua gênese e na contemporaneidade, considerando o processo democrático intensificado a partir da constituição de 1988. O conteúdo possibilita aos discentes traçar correlação entre configurações da política pública e sua ancoragem política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo. 12ª Editora Malheiros, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Edipro, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. 1ª edição. São Paulo: Editora EDIPRO, 2015.

FOUCAULT, Michel. **O Governo de si e dos outros**. Martins Fontes. 2013

MAAR, Wolfgang Leo. **O Que é política**. São Paulo. Brasiliense. 2013

MORAIS, José Luis Bolzan de; STRECK Lenio Luiz. **Ciência Política e Teoria do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2014.

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. 14ª Petrópolis: Vozes, 2010.

DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA E SERVIÇO SOCIAL

Carga Horária: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA: Trata das relações sociais de produção e trabalho na sociedade, desde a sua gênese até a contemporaneidade, em sintonia com a evolução das ciências articulada ao Serviço Social, demonstrando como os multifacetados elementos estruturais constitutivos dos processos de

organização social se movimentam no binômio contradição e evolução, o que possibilitará ao aluno o conhecimento crítico dos processos econômicos e sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 2 São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2014

HUBERMAN, Leo. **Historia da Riqueza do Homem**. 22ª edição. São Paulo. LTC. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalhador no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo Contemporâneo**. São Paulo. Cortez. 2015

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MONTANO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2015

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Estado Para a Sociedade Civil, Um: Temas Éticos e Políticos da Gestão Democrática**. São Paulo, Cortez, 2011

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS E SERVIÇO SOCIAL

Carga Horária 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute as principais teorias da psicologia do desenvolvimento humano baseado no enfoque biopsicossocial e cultural. Oportuniza ao aluno conhecimento das estruturas psicológicas na sua multidimensionalidade. O conteúdo ofertado subsidia a prática profissional de assistentes sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCK, A. M.; TEIXEIRA, M. L. T. & FURTADO, O. (org.). **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2009

LIMA, Aluísio Ferreira. **Psicologia Social Crítica**. São Paulo: Sulina, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes. 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. **Psicologia Social**. 1ª edição. São Paulo: Editora Technopolitik, 2013.

CRUZ, Lilian R.; GUARESCHI, Neuza (Orgs). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. Petrópolis: Vozes, 2013

CEZAR-FERREIRA, Verônica A. M. **Família, separação e mediação uma visão psicojurídica**. São Paulo: Método, 2007.

BEE, Helen; BOYD, Denise. **A Criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2011

BERGER, Kathleen S. **O Desenvolvimento da pessoa: da infância à terceira idade**. São Paulo: LTC, 2013

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II.

Carga Horária: 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Trata da análise crítica do processo de formação do Serviço Social com ênfase nos fundamentos teórico-metodológico pertinente a estrutura epistemológica do Serviço Social, abordando as correntes positivista e funcionalista que influenciaram o Serviço ao longo de sua trajetória profissional, especificamente nas décadas de 1950 a 1970.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade*. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social Identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O Trabalho com Grupos em Serviço Social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

BOGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2011

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. São Paulo: Cortez, 2011

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamento sócio-histórico**. São Paulo: Papel Social, 2014

4º SEMESTRE**DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DO TRABALHO**

Carga Horária 80.

Carga Horária Prática: 0.

EMENTA:

Analisa a categoria trabalho como central na estruturação civilizatória. Explicita a flexibilização das relações de trabalho e seus impactos no mercado de trabalho global. Evidencia a conexão estreita entre relações sociais e o mundo do trabalho e o modo de produção capitalista. Trata sobre profissões e a divisão sociotécnica do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Miséria do Mundo, A**. São Paulo. Vozes. 2012

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: CORTEZ, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo Boitempo Editorial, 2012

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2014

IAMAMOTO, Mariilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo. São Paulo: Cortez. 2012

RANIERI, Jesus. **Trabalho e Dialética**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BATISTA, Alfredo A. **Trabalho questão social e serviço social**. Paraná: Edunioeste, 2014.

DISCIPLINA: POLÍTICA SOCIAL I

Carga Horária Teórica: 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute as concepções de Política Social em diferentes perspectivas teóricas. Aborda a evolução

e formulação das políticas sociais no Brasil, analisando o papel do estado e as novas formas de regulação social, oportunizando a discussão da questão social e de suas expressões, no contexto do desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. V. 2. São Paulo: Cortez, 2015
 FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2014.
 REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. **Serviço Social e Políticas Sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEHRING, Elaine Rossetti. **Capitalismo em Crise: Política social e direitos**: São Paulo: Cortez, 2011.
 BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social No Capitalismo Tardio**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
 CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais: Uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2014
 COUTO, Berenice R.; YAZBEK, M^a Carmelita; SILVA, M^a O. da Silva e.; RAICHELIS, PEREIRA, Potyara. **A Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2011
 ROMAO, Wagner de Melo; EUZENEIA, Carlos; OLIVEIRA, Osmany Porto de. **Sociedade Civil e Políticas Públicas**. São Paulo: ARGOS, 2014.

DISCIPLINA: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I

Carga Horária: 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Debate epistemológico e metodológico acerca dos diversos tipos de pesquisa. Expõe estratégias e técnicas para a produção de dados quantitativos e qualitativos. Relaciona os procedimentos investigativos com paradigmas teóricos subjacentes. Evidencia a dimensão teleológica da produção de conhecimento e sua contribuição para mudanças substanciais na sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2014.
 OLSEN, Wendy. Coleta de Dados: **Debates e Métodos Fundamentais em Pesquisa Social**. Porto Alegre: Penso, 2015
 TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas: 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANZONIERI, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde**. Petrópolis, Vozes, 2011.
 DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.
 MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.
 SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social - Utopia e Realidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
 THIOLENT, Michel. **Metodologia de Pesquisa Ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA PARA PESQUISA SOCIAL

Carga Horária: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Trata dos aspectos básicos da estatística - conceito, divisão, aplicação, variáveis e gráficos, distribuição de frequência. Aprofunda o uso das medidas descritivas: medidas de posição e medidas de dispersão; probabilidade, possibilitando a aplicabilidade no universo da pesquisa, no âmbito do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGRESTI, Alan. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. Porto Alegre: Penso-Artmed, 2012
 MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. 5ª ed. São Paulo: ATLAS, 2014.
 SPIEGEL, Murray; SCHILLER, John. **Probabilidade e estatística**. São Paulo: Bookman, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTA, Sérgio Francisco. **Introdução Ilustrada a Estatística**. 5ª ed. São Paulo: Harbra, 2013.
 LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística aplicada**. São Paulo: Pearson, 2010.
 TIBONI, Conceição Gentil R. **Estatística básica**: para os cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão. São Paulo: Atlas, 2010
 TRIOLA, Mário F. **Introdução a Estatística**: atualização da tecnologia. 11ª ed. São Paulo: LTC, 2014.
 VIRGILLITO, Salvatore Benito. **Estatística aplicada a Administração Financeira**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III

Carga Horária: 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA

Discute as construções teórico-metodológicas emergidas pós-movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil. Analisa a hegemonia da perspectiva de transformação social à luz da fenomenologia e seus rebatimentos quanto ao compromisso ético e político dos profissionais de Serviço Social. Debate as práticas do serviço social frente às demandas contemporâneas introduzindo o materialismo histórico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARLI, Ranieri. **Fenomenologia e questão social**: Limites de uma filosofia. São Paulo: Papel Social, 2013.
 MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
 SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura: São Paulo: Cortez, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2013
 LOWY, Michael. **Ideologia e Ciências Sociais**: Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2010.
 PEIXOTO, Adão José. **Fenomenologia**: diálogos possíveis. São Paulo: Alínea, 2011
 SANTOS, José Henrique. **Do Empirismo à fenomenologia**. São Paulo: Loyola, 2010
 SCHUTZ, Alfred. **Sobre Fenomenologia e Relações Sociais**: Limites de uma Filosofia. Petrópolis: Vozes, 2012

5º SEMESTRE**NOME DA DISCIPLINA: POLÍTICA SOCIAL II**

Carga Horária: 60

Carga Prática: 0**EMENTA:**

Discute a função das políticas sociais no contexto de reprodução das relações sociais no capitalismo. Analisa as configurações das políticas sociais pós constituição cidadã no Brasil, evidenciando a ação do serviço social contemporâneo, submetido aos parâmetros de políticas sociais. Trata das políticas de atenção ao cidadão sob dois eixos: proteção e regulação social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHRING, Elaine Rossetti *et all.* **Capitalismo em Crise: Política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão social e trabalho social: desafios e percursos metodológicos.** São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A Prevalência dos Programas de Transferência de Renda.** São Paulo: Cortez, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **A Intersetorialidade na agenda das políticas sociais.** São Paulo: Papel Social, 2014.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios.** São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete Simões Da. **O Mito da Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2013.

RAICHELIS, Raquel; YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva; COUTO, Berenice Rojas. **O Sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Política de Assistência Social e temas correlatos.** São Paulo: Papel Social, 2016.

NOME DA DISCIPLINA: OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL II

Carga Horária: 60

Carga Horária: 0

EMENTA:

Analisa as ferramentas analíticas para compreender a estruturação de espaços institucionais de onde se situa a intervenção dos assistentes sociais nas áreas de saúde, assistência, educação, sóciojurídica dentre outras no contexto de políticas públicas. Desencadeia junto aos alunos reflexão sobre o compromisso ético-político dos profissionais ante as múltiplas expressões da questão social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2013.

BRAVO, MARIA INES SOUZA; MATOS, MAURILIO CASTRO DE. **Assessoria, consultoria e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2014.

MOTA, Ana Elizabete Simões Da. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo: Cortez, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas.** São Paulo: Saraiva, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber Profissional e Poder Institucional.** São Paulo: Cortez, 2015

FREIRE, Lúcia M.de B. **Serviço Social na Reestruturação Produtiva.** São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete Simões Da. **Nova Fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2012

OLIVEIRA, Edson Marques de. **Serviço Social e Sustentabilidade Humana.** Paraná: Appris, 2012

NOME DA DISCIPLINA: ÉTICA PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL

Carga Horária Teórica 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute os fundamentos filosóficos e ontológicos da ética da vida social. Evidencia os componentes éticos subjacentes à profissão, e como foram estruturados na trajetória histórica do serviço social, com suas implicações políticas diante dos diferentes projetos societários

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **O Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Org. Conselho Federal de Serviço Social. Edição 1. São Paulo: Cortez, 2015.

BONETTI, Dilsea Adeodata, GONELLI, Valeria M. M, Vinagre, Sales, Mione Apolinario Marlise.

Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis. 13 Edição. São Paulo: Cortez. 2013

MATOS, Maurilio Castro de. **Serviço Social, Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez. 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética - Fundamentos Sócio-Históricos**, V.4. São Paulo: Cortez 2013.

MENDONÇA, Rafael. **A Ética da Mediação Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2014.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência**. São Paulo, Cortez, 2011

SILVA, Marcela Mary Jose da. **Materialização do Projeto Ético-Político**. São Paulo: Papel Social . 2012

VIEIRA, ANTONIO RUFINO. **Ética e Filosofia Crítica na Construção**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012

NOME DA DISCIPLINA: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II

Carga Horária: 60

Carga Horária: 0

EMENTA:

Embasamento epistemológico e metodológico acerca dos diversos tipos de pesquisa, analisando diferentes estratégias e técnicas qualitativas e quantitativas de coleta e interpretação de dados e sua utilização nas investigações na esfera social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de Pesquisa Ação**. 18 Edição. São Paulo: Cortez. 2011.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social - Utopia e Realidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Para quem pesquisamos para quem escrevemos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIGUEIREDO, Nebia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Paulo: Yendis, 2009

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. São Paulo: Record, 2014

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria dell Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Penso, 2013.

SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia Científica**. 2 Edição. São Paulo: Cengage, 2012.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2015

NOME DA DISCIPLINA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL IV

Carga Horária Teórica: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Estuda a construção teórico-metodológica do Serviço Social na perspectiva de transformação social à luz do marxismo conectando-o as teorias sociais do mundo contemporâneo, suas diferentes respostas às multifacetadas expressões da questão social e sua relação com compromisso ético e político dos profissionais de serviço social. Debate as práticas do serviço social frente às demandas contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PAULO NETTO, José. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2012

SALES, Tainah Simões. **O Estado, a Pobreza e o Programa Bolsa Família**. Paraná: Prismas: 2015

BEHRING, Elaine Rossetti. **Capitalismo em Crise: Política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Globalização, Correlação de Forças e Serviço**. São Paulo: Cortez, 2013

IAMANOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Editora Papel Social. 2014

SILVA, Jose Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013

SIMIONATTO, Ivete. **GRAMSCI: Sua Teoria, Incidência no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011

6º SEMESTRE

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Carga Horária Teórica: 40

Carga Horária Prática: 80

EMENTA:

Discute a Inserção do aluno no campo de estágio. Aborda aspectos concernentes a inclusão funcional e acadêmica, assim como o conhecimento do espaço organizacional em seus caracteres estruturais, funcionais, econômicos e político-sociais, enfatizando o instrumental técnico-operativo da profissão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURIOLOLA, Marta A. Feiten. **O Estágio supervisionado**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 5.ed. São Paulo, 2014.

PIMENTA. Selma Garrido e ALMEIDA. Maria Isabel de. **Estágios Supervisionados na Formação Docente**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo, Papel Social, 2014.

BURIOLOLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DÁVILA, Cristina Maria e ABREU, Roberta Melo de. **O estágio curricular supervisionado na formação de professores e pedagogos: entre a realidade e o devir**. 1. ed. São Paulo: CRV, 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GURIDI, Verônica Marcela e POKER-HARA, Fabiana Curtopassi. **Experiências de Ensino nos Estágios Obrigatórios**. 1. ed. São Paulo: Alinea, 2013

DISCIPLINA: PROCESSOS DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Carga Horária: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute o assistente social como trabalhador e o produto de seu trabalho, considerando a análise dos fenômenos e das políticas sociais à luz da dinâmica institucional. Pretende-se desta forma que o aluno analise as demandas postas ao Social nos espaços ocupacionais da profissão e as respostas a essas demandas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12. ed. São Paulo: Forence Universitari, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimento e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. 1.ed. São Paulo, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CIANCIARULLO, Tamara Iwanow; BONINI, Luci Mendes de Melo. **Políticas Públicas: estudo de casos**. 1.ed. São Paulo. Icone, 2014.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle Social da Política de Assistência Social**. 1ª ed. São Paulo: Editora: EDIPUCRS- PUC RS, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. (Org) **Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial. O trabalho e as demandas ao serviço social**, São Paulo, Cortez, 1998

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e Concepções Contemporâneas**. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2014.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, Tecnologia da Informação e Trabalho**. 1.ed edição. São Paulo: Cortez, 2011.

DISCIPLINA: GESTÃO E PLANEJAMENTO SOCIAL I

Carga Horária: 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute o processo de planejamento no seu trajeto histórico e a consolidação das bases que o sustentam na sua feição contemporânea, procurando compreendê-lo em sua relação com o planejamento social e sua aplicabilidade ao trabalho dos assistentes sociais nos mais diferentes campos de intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. 3. Ed. São Paulo: IBPEX, 2012.

MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otilia Beatriz. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MULLER, Claudio José. **Planejamento Estratégico, Indicadores e Processos**. 1. ed. São Paulo: ATLAS. 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, Myrian Veras Batista. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentalização**. 3ª ed. São Paulo: Veras, 2013.

CARVALHO, Maria do Carmo B.. **Gestão social e trabalho social - desafios e percursos metodológicos**. São Paulo: Cortez, 2014.

DAGNINO, Renato. **Gestão Estratégica em Políticas Públicas**. 1. ed. São Paulo: Alinea, 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Recoucas de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas** - 32ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão Pública e Democracia - a burocracia em questão**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 2013.

DISCIPLINA: MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

Carga Horária: 60 horas

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute a origem dos movimentos sociais, seus parâmetros teóricos e condicionantes históricos e políticos. Aborda o posicionamento dos clássicos e autores contemporâneos. Estuda a particularidade histórica dos movimentos sociais na Amazônia e o papel deles na configuração histórica regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MULLER, Cintia Beatriz. **Teoria dos Movimentos Sociais**. 1. ed. São Paulo: IBPEX, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na era global**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 2013.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lucia e **Movimentos Sociais e Serviço Social - uma relação necessária**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos indignados no mundo**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MONTANO Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NEVES, Angela Vieira. **Democracia e Participação Social: desafios contemporâneos**. 1. ed. São Paulo: Papel Social, 2016

PINHEIRO, Lucí Faria. **Movimentos Sociais, Políticas Sociais e Questão Social: elementos para uma análise da realidade no Brasil e América Latina**. 1. ed. São Paulo: Editora GRAMMA, 2011.

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS, MEIO AMBIENTE E SERVIÇO SOCIAL.

Carga Horária: 60

Carga Horária: 0

EMENTA:

Trata das diferentes expressões de políticas públicas e como estas incidem no contexto sócio-ambiental amazônico. Discute os aspectos sociais que atravessam a questão ambiental no contexto da ecologia humana e da perspectiva do desenvolvimento sustentável. O conteúdo deve possibilitar reflexões sobre as peculiaridades e necessidade de políticas públicas adequadas com a dimensão amazônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Leila da Costa. **A Questão Ambiental na América Latina**. 2. ed. Campinas: UNICAMPI, 2014.

LOREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2012

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. 3. Ed. São Paulo: IBPEX, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUADO, Otávio; GOMES, J. André Domingues. **Serviço Social e Meio Ambiente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BURSZTYN, Marcel e BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Garamond, 2013.

MENDONÇA, Rafael. **A Ética da Mediação Ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. 8. ed. São Paulo, 2010.
 SILVIA, Maria das Graças; **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético político ao Serviço Social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

7º SEMESTRE

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Carga Horária: 60

Carga Horária Prática: 100

EMENTA:

Análise organizacional dos espaços institucionais onde atuam os assistentes sociais. Vitaliza a discussão sobre as práticas utilizadas pelo serviço social junto às diferentes expressões da questão social, que são contempladas pelas organizações públicas e privadas onde se efetivam as políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; MONNERAT, Giselle Lavinias e SOUZA, Rosemary Gonçalves. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. 1. ed. São Paulo: Papel Social, 2014.
 LEWGOY, Alzira Maria Batista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
 VASCONCELOS, Ana Maria. **A Prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado, O**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.
 BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Estágio supervisionado, O**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.
 KERN, Francisco Arseli. **As Mediações em Redes**. 3ª edição. Rio Grande do Sul: Edipucrs- PUC, 2012.
 MATOS, Maurilio Castro de. **Serviço Social, Ética e Saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.
 POCHMANN, Marcio. **Classes do Trabalho em Mutação**. 1ª edição. São Paulo: Revan, 2012.

DISCIPLINA: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS I

Carga Horária: 60

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Discute os aspectos socioeconômicos e ideopolíticos pertinentes as expressões da questão social que se manifestam no dia-a-dia da ação profissional dos assistentes sociais no contexto de diferentes políticas. O conteúdo veiculado e posto à debate sedimenta aspectos teórico com sua ancoragem no universo empírico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Reflexões sobre o trabalho social com famílias: redes, laços e políticas públicas**. In: 6ª. Ed. São Paulo: Cortez/PUC-SP-IEE, 2015.
 FREIRE, MARIANA FRIZIEIRO DA SILVA CRUZ
 PASSOS, RACHEL GOUVEIA. **Políticas públicas, gênero e violência**. Campinas/SP. Papel Social, 2015.
 RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e Concepções Contemporâneas**. 1ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CIANCIARULLO, Tamara Iwanow e BONINI, Luci Mendes de Melo. **Políticas Públicas - Estudos e Casos**. 1ª edição. São Paulo: Editora: Ícone Editora, 2014.
 FACHIN, Melina Girardi. **Direitos Humanos Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2015.

MALACARNE, Vilmar. **Violência e Educação: em busca de novos olhares**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

MOTA, Ana Elizabete Simões Da. **Cenários, Contradições E Pelejas Do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NEVES, Ângela Vieira. **Democracia e Participação Social: desafios contemporâneos**. Campinas/SP. Papel Social, 2016.

DISCIPLINA: GESTÃO E PLANEJAMENTO SOCIAL II

Carga Horária: 60

Carga Horária: 0

EMENTA

Estuda e analisa as formas contemporâneas de gestão no âmbito das organizações públicas e privadas e o planejamento como instrumento essencial de gestão. Discute o uso da liderança no espaço organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATISTA, Myrian Veras Batista. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentalização**. 4ª ed. São Paulo: Veras, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Recoucas de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas** - 32ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado: Um guia para projetos em organizações**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio José Monteiro. **Planejamento da Pesquisa Científica**. São Paulo:Atlas, 2015

KARSCH, Úrsula. **Serviço Social na era dos serviços, O**. São Paulo: Cortez, 2015.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. 3. Ed. São Paulo: IBPEX, 2012.

KRUGLIANSKAS, Isak; PINSKY, Vanessa; ELSEVIER, Trade. **Gestão Estratégica da Sustentabilidade**. São Paulo: Campus, 2014.

SANTANA, Joana Valente. **Gestão de cidades no Brasil Estratégias e Orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento**, A. Campinas/SP. Papel Social, 2013.

DISCIPLINA: OFICINA DE GESTÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS

Carga Horária: 60

Carga Horária: 0

EMENTA:

Trata-se de disciplina instrumentalizante. Possibilita aos alunos exercitarem a elaboração e avaliação de Projetos Sociais. Permite sedimentar tecnicamente o que foi iniciado na leitura de textos e discussão em sala de aula, ao mesmo tempo dá base técnica para melhor contribuírem nos campos de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COHEN, Enerto e FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. 9ª edição. São Paulo: Vozes, 2013.

CLAUDIO, Claudio Roberto. **Projetos Sociais: Benefícios e Custos Sociais, Valor dos Recursos Naturais, Impacto Ambiental**. 5ªedição. São Paulo: Editora: Atlas, 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Nao Governamentais e Terceiro Setor**. 6ª edição. São Paulo: Atlas Editora, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. **Terceiro Setor**. 1ªedição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

FREITAS. Paulo Henrique de Souza e COSTA, Ilton Garcia da. **Terceiro Setor, Ongs, Questões Críticas**. 1ª edição. São Paulo: Editora Verbatim, 2012.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. Curitiba IBPEX, 2012

SIEDENBERG, Dieter Ruard. **Desenvolvimento sob Múltiplos Olhares**. 1ª edição. São Paulo:

Editora: UNIJUI, 2012.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades Benéficas de Assistência Social**. 4ª Edição: Editora Juruá, 2014.

RAMOS, Ieda Cristina Alves. **Elaboração de Projetos Sociais**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Carga Horária: 40

Carga Horária: 0

EMENTA:

Discute as bases epistemológicas para elaboração de uma pesquisa e elaboração de projeto. O aluno deve ter condições de delimitar um objeto de estudo, problematizá-lo e construir um projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*. São Paulo: Penso-Artmed, 2014.

FARIAS, FILHO, Milton Cordeiro e ARRUDA FILHO, Emílio José Monteiro. **Planejamento da Pesquisa Científica**. 1ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FLICK, Uwe. Trad. LOPES, Magda. **Introdução a Metodologia de Pesquisa**. 1ª edição. São Paulo: Penso-Artmed, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, EDUARD MONTGOMERY MEIRA. **Escrevendo trabalhos de conclusão de cursos**. Rio de Janeiro: Ciência moderna, 2012.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Para quem pesquisamos para quem escrevemos**. São Paulo: Cortez, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 6ª edição 2011.

PERDIGÃO, Dulce Mantella *et al.* **Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. São Paulo: Vozes, 2015.

DISCIPLINA: GESTÃO E PLANEJAMENTO SOCIAL II

Carga Horária: 60

Carga Horária: 0

EMENTA:

Estuda e analisa as formas contemporâneas de gestão no âmbito das organizações públicas e privadas e o planejamento como instrumento essencial de gestão. Discute o uso da liderança no espaço organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATISTA, Myrian Veras Batista. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentalização**. 3ª ed. São Paulo: Veras, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Recoucas de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas**. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado: Um guia para projetos em organizações**. São Paulo: Atlas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio José Monteiro. **Planejamento da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2015

KARSCH, Úrsula. **O Serviço Social na era dos serviços**. São Paulo: Cortez, 2015.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. 3. Ed. São Paulo: IBPEX, 2012.

KRUGLIANSKAS, Isak; PINSKY, Vanessa; ELSEVIER, Trade. **Gestão Estratégica da Sustentabilidade**. São Paulo, 2014.

SANTANA, Joana Valente. **Gestão de cidades no Brasil Estratégias e Orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento**, A. Campinas/SP. Papel Social, 2013.

8º SEMESTRE

DISCIPLINA: ESTAGIO SUPERVISIONADO III

Carga Horária Teórica: 60

Carga Horária Prática: 100

EMENTA:

Conexões técnico-operativas e teóricas para o aluno em fim de graduação. O conteúdo flui num sistema de *feed back* no discutir as experiências no estágio, mediatizado por referenciais teóricos e parâmetros técnicos, éticos e políticos. Tem caráter avaliativo e corretivo no contexto das reflexões. Ao mesmo tempo consiste numa Instrumentalização para exercício de avaliação e monitoramento de programas, projetos, serviços e benefícios sociais no espaço organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: debates atuais no Judiciário, penitenciário e previdência social. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. V2. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.

PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Viginia de. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Peirópolis, 2011.

SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Mídia, questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

99

DISCIPLINA: SEGURIDADE SOCIAL

Carga Horária: 80

Carga Horária Prática: 0

EMENTA:

Analisa as questões relativas às áreas da Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social. Discute a integração deste tripé através de leis e normativas decorrentes. Enfatiza a prática do assistente social nas áreas específicas e seu cruzamento com Seguridade Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALERA, Wagner. Sistema de Seguridade Social. São Paulo: LTR, 2014

MOTA, Ana Elizabete Simões Da. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social: custeio da seguridade social. São Paulo: Atlas, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOITO JR., Armando. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000.**

Seguridade social, 2012. São Paulo: Alameda, 2012

CASTRO, Priscila Gonçalves de. **Direitos Humanos de Seguridade Social: uma garantia ao estrangeiro.** São Paulo LTR, 2014.

SILVA, Ademir Alves da. **Gestão da Seguridade Social Brasileira.** São Paulo: Cortez, 2010

TEIXEIRA, Denilson Vector Machado. **Manual de Direito da Seguridade Social: aspectos doutrinários, legais e jurisprudenciais.** São Paulo. Jh Mizuno, 2015

ZAINAGHI, Domingos Savio. **Manual de Direito da Seguridade Social: aspectos doutrinários, legais e jurisprudenciais.** São Paulo. LTR, 2013

DISCIPLINA: SEMINÁRIOS TEMÁTICOS II

Carga Horária Teórica: 60

Carga Horária 0

EMENTA:

Analisa as questões contemporâneas da sociedade que estão diretamente ligadas às novas demandas de conhecimento a ser absorvido e produzido pelos assistentes sociais. A pretensão é garantir atualização, e dar condições para que os graduandos tenham relativa facilidade de interlocução técnica com profissionais afins e de outras áreas, assim como, ampliar sua capacidade propositiva assentada em fundamentos pertinentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERRARI, Dalka C. de Almeida; MIYAHARA, Rosemary P. **A Violação de Direitos De Crianças E Adolescentes: perspectivas do enfrentamento.** 1 ed. São Paulo: SUMMUS, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013

Siqueira, Luana. **Pobreza e Serviço Social diferentes concepções e compromissos políticos.** São Paulo: Cortez, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FACHIN, Melina Girardi. **Direitos Humanos Desenvolvimento.** São Paulo RENOVAR, 2015.

FREIRE, MARIANA FRIZIEIRO DA SILVA CRUZ PASSOS, RACHEL GOUVEIA, **Políticas públicas, gênero e violência.** Editora Papel Social, 2015

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado.** Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2014.

SILVEIRA, Edson Damas da. **Socioambientalismo de Fronteiras, V.3.** Curitiba: Juruá, 2014

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Carga Horária 40

Carga Horária: 0

EMENTA

Elaboração do artigo científico, com ênfase na construção categorial e análise de material empírico, possibilitando a construção do texto pelo aluno e defesa em banca examinadora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERRAREZI JUNIOR, Celson. **Guia Do Trabalho Científico: do projeto à redação final.** São Paulo: Contexto, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria método e criatividade.** 32ª ed. São Paulo: VOZES, 2012.

LEMOS, Flávia Cristina S. **Transversalizando no Ensino na Pesquisa e na Extensão.** São Paulo: EDITORA CRV, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, Dissertação e tese**. São Paulo: Atlas, 2014.

DÁVILA, Cristina M^o; ABREU, Roberta Melo de. **O Estágio curricular supervisionado na formação de professores e Pedagogos: entre a realidade e o devir**. 1^o ed. São Paulo: Ed. CRV, 2014.

MARCONI, Marina de. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2015.

MINAYO, M^a Cecília de. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11^a ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

SILVA Jr., Silvério. **Manual de Normalização de Trabalhos técnicos e científicos**. São Paulo: 2013.

DISCIPLINA: Optativa LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

Carga Horária: 60

Carga Horária: 0

EMENTA:

Aborda a Legislação e a inclusão, com ênfase na língua, culturas, comunidades e identidades surdas, oportunizando o aprendizado e o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIPPE, Eliza Márcia Oliveira; ALVES, Fábio de Souza. **Educação Para Os Surdos No Brasil: Desafios e Perspectivas para o novo Milênio**. 1^a ed. São Paulo: CEV, 2014.

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. **Material de apoio ao aprendizado de libras**. São Paulo: Phorte, 2011

CASTRO, A.; CARVALHO, I. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: SENAC, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de. **Atividades Ilustradas em Sinais das Libras**. 2^a ed. São Paulo: REVINTER, 2013.

CARMOZINE, Michelle M.; NORONHA, Samanta C. C. **Surdez E Libras: conhecimento em suas mãos**. 1^a ed. São Paulo: HUB, 2012.

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. **Material de Apoio para o Aprendizado de Libras**. 1^a ed. São Paulo: PHORTE EDITORA, 2011.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **LIBRAS - conhecimento além dos sinais**. PEARSON BRASIL. 2013

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, L. B. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

REGULAMENTO ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio se constitui num momento ímpar no processo ensino aprendizagem, que se configura como elemento síntese na relação teoria x prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais do Assistente Social nas esferas públicas e privadas, conhecimento da realidade institucional e problematização teórico-metodológica com vistas à formação profissional do acadêmico do Curso de Bacharelado em Serviço Social.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), por meio do Colegiado do Curso de Bacharelado em Serviço Social, apresenta o regulamento do Estágio supervisionado curricular obrigatório, em conformidade com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, com a Lei 8.662/1993, que regulamenta a Profissão de Assistente Social, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei 9.394/1996, Parecer CNE/CES nº492/2001 e o Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, Resolução nº 15, de 13/03/2002, a Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre estágio de estudantes, com Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com a Política Nacional de Estágio elaborado pela ABEPSS e com a Resolução Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.

Este regulamento está em consonância com os princípios estabelecidos na Política Nacional de Estágio da ABEPSS, a saber, a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético política e técnico-operativa, entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; a articulação entre Formação e Exercício Profissional e universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Entende-se por estágio, o ato educativo supervisionado que visa assegurar o processo de formação profissional, através do ensino-aprendizagem mediante a sistematização de um exercício teórico-prático do (a) discente reunindo o conjunto de atividades nas quais o (a) discente exercita conhecimentos de sua área profissional, nas dimensões teórico-metodológica, ético-

político e técnico-operativo nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Parágrafo Único: O estágio em Serviço Social está embasado nos pilares educativos de ensino e aprendizagem, para um construto que possibilita os conhecimentos teóricos metodológicos e o trabalho profissional, para a formação técnica operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, em níveis diferenciados que se complementam formando a integralidade da dimensão formativa, possibilitando a interlocução entre docentes, discentes, instituições e usuários (as).

Art. 2º - Estágio Supervisionado em Bacharelado em Serviço Social na FAMAZ se constitui como disciplina curricular obrigatória à conclusão do curso de graduação, cumpre uma carga horária total de 440 (quatrocentos e quarenta) horas divididas em 03 (três) disciplinas: Estágio Supervisionado I com 120 (cento e vinte) horas, realizado no sexto semestre, Estágio Supervisionado II com 160 (cento e sessenta) horas realizado no sétimo semestre e Estágio Supervisionado III, com 160 (cento e sessenta) horas realizado no oitavo semestre do Curso atendendo aos 15% da carga horária mínima do curso.

Parágrafo Único: A distribuição da carga horária será especificada no Plano de Ensino das disciplinas, Estágio Supervisionado I, II, III, a ser elaborado, periodicamente, pelo/a docente da disciplina, e supervisores/as acadêmicos/as sob a Supervisão da Coordenação do Curso e Coordenação Pedagógica.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) tem como base os três eixos, que estabelecem os compromissos precípuos previstos pelo CFESS e ABEPSS:

I – Com a formação universitária: Formar profissionais comprometidos/as em atuar em prol dos interesses coletivos, em produzir conhecimentos voltados para resolução dos problemas sociais e do bem estar humano, além de oferecer um espaço de pesquisa propício à elaboração de trabalhos de pesquisa, atinentes aos trabalhos de conclusão de curso.

II – Com a Instituição parceira onde funcionará o campo de estágio: Estabelecer diálogo permanente, através do/a Docente Supervisor/a de Campo, disponibilizando periodicamente à Instituição parceira, cursos, palestras e/ou formação continuada, que venham trazer formação e informações ao Orientador/a de Campo.

III – Com o corpo discente: Possibilitar espaços variados de estágio, nas várias áreas de intervenção do/a Assistente Social, onde o/a discente possa desenvolver a prática profissional, qualificando-se para um agir crítico e responsável diante da realidade social, acompanhando-o em

todas as etapas de desenvolvimento, pois o/a discente é o principal agente do processo de ensino e aprendizagem.

CAPITULO II DOS OBJETIVOS

Art 4º O estágio em Serviço Social tem como objetivo desenvolver as competências e habilidades definidas no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social, inserindo o/a discente nos espaços sócio ocupacionais instrumentalizando-o (as) para o exercício profissional comprometido com a população usuária dos serviços em consonância com o Código de Ética da profissão.

Parágrafo único: Constituem objetivos específicos do estágio em Serviço Social

- I** – Assegurar o processo de formação profissional, através do ensino-aprendizagem garantindo a unidade entre teoria e prática;
- II** – Instrumentalizar o/a discente na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa para intervir nas diferentes expressões da questão social;
- III** – incentivar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, visando ao aprofundamento da formação do/a discente.
- IV** – Possibilitar a análise da situação vivenciada na intervenção da prática profissional dos discentes nos discentes, nos espaços sócio ocupacionais.

CAPITULO III DOS REQUISITOS

Art. 5º O estágio supervisionado em Serviço Social tem como requisitos:

- I** - matrícula e frequência regular do/a discente;
- II** - celebração de termo de compromisso entre discente, parte concedente do estágio e a FAMAZ;
- III** - compatibilidade entre atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso;
- IV** - acompanhamento efetivo pelo supervisor/a acadêmico/a da FAMAZ e pela supervisor/a de campo da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios e por menção de aprovação final;
- V** - celebração do termo de compromisso com o/a discente (representante/assistente legal) e parte concedente, indicando condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação acadêmica do/a discente ao horário e calendário acadêmico;
- VI** - elaboração do Plano de Estágio envolvendo o/a discente, o/a supervisor/a acadêmico/a e supervisor/a de campo a cada semestre letivo.
- VII** - Credenciar e comunicar ao Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 1ª Região o campo de estágio dos discentes, e informar os/as assistentes sociais responsáveis pela

supervisão.

Art. 6º O número de discentes por supervisor/a acadêmico/a e de campo estará vinculado à disponibilidade dos campos de estágio e não ultrapassará o número de dez discentes a serem supervisionados pelo mesmo/a assistente social.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado deve propiciar os conteúdos programáticos previstos para essa atividade acadêmica no Plano de Ensino das disciplinas Estágio I, II, III e nos Planos de Estágio semestrais.

Parágrafo Único. No cronograma dos Planos de Ensino das disciplinas Estágio I, II, III e nos Planos de Estágio semestrais constarão todas as atividades desenvolvidas para alcance das habilidades e competência proposto no Plano de Ensino e de Plano de Estágio, bem como as atividades relacionadas à elaboração do relatório bimensal e final.

CAPÍTULO IV

DOS MEMBROS ENVOLVIDOS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 8º O Coordenador do Curso e/ou um professor indicado pelo Colegiado de Curso assume o papel de Coordenador de Estágio e terá como atribuição:

- I** – contatar, selecionar e cadastrar as instituições potencialmente concedentes de estágio;
- II** – encaminhar para assinatura, os termos de convênio ou acordo de cooperação com instituições que se habilitam como campo de estágio, bem como o termo de compromisso individual do discente com o campo de estágio;
- III** – manter cadastro de discentes e das organizações concedente de estágio;
- IV** – favorecer, mediante orientação à articulação ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva interdisciplinar do estágio curricular supervisionado;
- V** – zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;
- VI** – garantir processo de avaliação continuada da atividade de estágio, envolvendo discentes, supervisores acadêmicos e de campo, profissionais da área e representantes dos campos de estágio;
- VII** – apresentar ao Colegiado de Curso, semestralmente, relatório sobre as atividades desenvolvidas;
- VIII** – encaminhar, e manter atualizado junto a Secretaria, relação de discentes estagiários com os respectivos campos de estágio;
- IX** – encaminhar a Coordenadoria de Estágio os documentos pertinentes;
- X** – assinar termo de compromisso para realização dos estágios;
- XI** – coordenar a discussão com os docentes supervisores do estágio para esclarecimento das dúvidas, reflexões sobre as finalidades, objetivos, atividades, metodologia, processo de avaliação e de supervisão;
- XIV** – discutir com os docentes supervisores o planejamento das ações e a sistematização da

assistência que serão desenvolvidos pelos estagiários para que mantenham as especificidades caracterizadas neste regulamento;

XV – promover reuniões periódicas, com todos os estagiários, supervisores de campo e docentes supervisores, na FAMAZ ou nas instituições-campo de estágio, com a finalidade de relatarem experiências, viabilizando troca de informações e análise das situações vivenciadas, bem como promover cursos de formação sobre assuntos pertinentes.

Art. 9º. O/A Supervisor/a Acadêmico pertence ao quadro funcional do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Metropolitana da Amazônia, devendo ser obrigatoriamente graduado/a em Serviço Social, sendo suas atribuições:

I - Orientar, acompanhar e avaliar o/a aluno/a em sala de aula de acordo com o calendário acadêmico com base nos conteúdos programáticos das disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III.

II - Programar semestralmente com as instituições nas quais seus alunos e alunas estão realizando o estágio, atividades de formação com os/as supervisores/as de Campo, objetivando integração e avaliação do processo de parceria de ensino e aprendizagem.

III - Avaliar a cada semestre, sobre as condições de formação profissional para alunos e alunas e infraestrutura da instituição concedente, tendo em vista sua permanência como campo de estágio;

IV – Indicar outras instituições que apresente condições objetivas de convênio para fins de estágio;

Art. 10 – O/A supervisor/as de campo são Assistentes Sociais, em conformidade com os requisitos previstos no artigo 2º da Lei 8.662/1993, designado/a pela instituição conveniada como campo de estágio, que irá receber e orientar as ações práticas do estudante, sendo suas atribuições:

I – conhecer toda a normativa referente ao estágio supervisionado, visando compreender o papel do supervisor no processo de formação do/a discente;

II - acolher no seu ambiente de trabalho alunos e alunas estagiários/as, prestando-lhes orientações sobre as atividades profissionais do cotidiano de intervenção, dentro de um processo de ensino e aprendizagem, concernente ao labor desenvolvido diariamente.

III - Realizar avaliações periódicas de aluno/as estagiários/as, no processo de ensino e aprendizagem, de acordo com o instrumental fornecido pela IES;

IV - orientar e acompanhar o/a aluno/a no fazer profissional realizado cotidianamente;

Parágrafo único – Tal atividade não estabelecerá relação trabalhista com a instituição de ensino, tendo em vista que receber e orientar estagiários em seu local de trabalho faz parte das atribuições do/a Assistente Social.

Art. 11 São considerados/as estagiários/as, para fins do Estágio Supervisionado, todos/as discentes matriculados/as nas disciplinas estágio supervisionado no Curso de Graduação em Serviço Social, sendo suas competências:

I - Conhecer e cumprir as normas do Regulamento de Estágio; e do convênio firmado entre a FAMAZ e a Instituição parceira conveniada.

II - Assinar o Termo de Compromisso de Estágio.

III - Respeitar seu ambiente de estágio, cumprindo as normas institucionais e respeitar seu/sua Superior/a de Campo.

IV - Cumprir os compromissos e responsabilidades do campo de estágio, de acordo com as atividades pertencentes à disciplina Estágio Supervisionados;

V – Elaborar seu Plano de Estágio em conformidade com as orientações do supervisor de campo e acadêmico observando as atividades da instituição;

VI. Contribuir assertivamente nas atividades no campo de estágio, sempre respeitando limites e possibilidades da ambiência de trabalho, em consonância com o/a Supervisor/a de Campo.

VII. Agir de acordo com a ética profissional e zelar pelo bom nome FAMAZ.

VIII. Respeitar os compromissos firmados nos convênios firmados com os estabelecimentos;

IX. Comparecer às reuniões e encontros programados pelos supervisores/as acadêmico/a e de campo e coordenação de estágios;

XI. Cumprir prazos determinados quanto à entrega de documentação como: plano de estágio, relatórios e demais tarefas exigidas;

XII. Cumprir a carga horária mínima estabelecida para as atividades de campo de estágio;

XIII. Comunicar previamente ou assim que possível as faltas ao local de estágio ao/a supervisor/a de campo e à coordenação do curso;

XIV. Comunicar à coordenação do curso quaisquer irregularidades;

XV. Observar e seguir o Código de Ética Profissional.

XVI. Entregar a ao/a supervisor/a acadêmica, a cada período de avaliação regimental, os documentos concernentes à avaliação do/a supervisor/a de campo, quais sejam: folhas de frequência e ficha de avaliação do/a supervisor de campo, relatório de estágio.

CAPITULO V

DA AVALIAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 12 A avaliação da disciplina de estágio segue a normatização geral da FAMAZ, dessa forma, ao final de cada período de avaliação regimental, o/a aluno/a deverá entregar a documentação exigida ao/a supervisor acadêmico que avaliará o/a discente considerando os seguintes critérios:

I – Assiduidade e pontualidade no estágio;

II – Interesse pelo trabalho e responsabilidade;

III – Postura profissional;

- IV** – Capacidade de planejar atividades;
- V** – Capacidade de articulação entre teoria e prática;
- VI** – Documentação/sistematização;
- VII** – Relatórios Bimensal e Relatório Final.

Art. 13. A nota final do Estágio será a média aritmética da avaliação do orientador de campo, nota das avaliações regimentais, os relatórios bimensais, relatório final e prova substitutiva.

§1º O discente que obtiver, no mínimo, numa escala de zero a dez, grau numérico igual ou superior a sete, é considerando aprovado.

§2º A reprovação por insuficiência de nota ou frequência implica na repetição integral do Estágio, mediante nova matrícula.

Art. 14 - A presença mínima de frequência no campo de estágio é de 75% (setenta e cinco por cento), em cada período de avaliação.

Art. 15 - A documentação utilizada durante todo o processo do Estágio Supervisionado será assim distribuída:

I - Administrativa:

- a)** Convênio com as Instituições que receberão os/as alunos/as;
- b)** Carta de apresentação do/a estagiário/a;
- c)** Termo de compromisso do/a aluno/a;
- d)** Seguro de vida do/a estagiário/a.

II - Técnica:

- a)** Plano de Estágio;
- b)** Relatório sobre as atividades desenvolvidas, a cada Avaliação Regimental;
- c)** Folha de Frequência;
- d)** Ficha de Avaliação do/a supervisor de campo;
- e)** Diário de campo;
- f)** Relatório final de estágio

CAPITULO VI DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 16 Constituir-se-ão campo de estágio as instituições públicas ou privadas e/ou projetos que preencham os requisitos básicos indispensáveis a uma complementação educacional, ou seja, o local onde o/a estagiário/a desenvolverá a prática de Serviço Social no processo de ensino e aprendizagem, como parte integrante de sua formação profissional;

§1º O estabelecimento deve, necessariamente, possuir um/a Assistente Social devidamente

habilitado (a), que se responsabilize pela supervisão do/a aluno/a estagiário/a.

§2º Serão aceitos como campo de estágio os locais de formação e gestão das políticas públicas e privadas, os locais que desenvolvem ações nas áreas: assistência social, previdência, saúde, jurídica, educação, habitação, reabilitação, criança e adolescente, movimentos sociais, enfrentamento da violência, mulheres, pessoa idosa, entre outras demandas instituídas e instituintes, que possua Assistente Social.

§3º Programas de pesquisa que contemplem as dimensões investigativas e interventivas no cotidiano da práxis profissional, que possuam em sua equipe ter um Assistente Social devidamente habilitada;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 O estágio supervisionado do/a aluno/a do curso de serviço social reger-se-á pelo presente Regulamento de Estágio em Serviço Social.

Art. 18 Os casos não contemplados neste Regulamento são resolvidos pelo Colegiado de Curso, com base nas normas e regulamentos internos e, em grau de recurso, pelo Conselho Superior da FAMAZ.

Art. 19 Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Conforme Resolução nº 15 de 13 de março de 2002, emitida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Resolução COSUP nº 04/2009, de 29 de setembro de 2009, ficou estabelecido que nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social estarão indicadas as *atividades complementares*, as quais por dispositivos dos próprios cursos serão contabilizadas e creditadas aos discentes, estando assim delineadas:

Art. 2º Princípios que orientam as Atividades Complementares:

- a) Complementariedade e unidade com os componentes curriculares vigentes;
- b) Contribuição na formação pessoal, social e profissional do (s) discente;
- c) Flexibilidade e dinamicidade na efetivação das atividades complementares;
- d) Garantia de trato e unidade teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo na reflexão, elaboração e execução das atividades complementares;
- e) Afirmação de uma cultura que fomente as dimensões investigativa e interventiva como fundamentais ao processo de formação profissional durante as atividades complementares;
- f) Inviabilização de fragmentação e procedimentos ecléticos na reflexão, elaboração e execução dos conteúdos acadêmicos abordados nas atividades complementares;
- g) Oportunização de vivências interdisciplinares nas diversas atividades complementares;
- h) Exercícios de elementos constitutivos da formação profissional como o pluralismo, processos participativos e democráticos na realização das atividades complementares;
- i) Fomento a atividades de iniciação científica e tecnológica;
- j) Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- k) Fomento à convivência com cultura de garantia e proteção dos Direitos Humanos.

Nesse contexto, onde a formação é percebida como processo permanente e autônomo, constitui condição imperativa a criação de um conjunto de atividades complementares, desenvolvidas ao longo do curso.

CAPÍTULO II NATUREZA E DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios ofertados ao

longo do curso e que possibilitam o reconhecimento, por avaliação das habilidades, conhecimentos e competências dos (as) discentes, inclusive, aquelas adquiridas fora do âmbito da FAMA Z, incluindo cursos, estudos e atividades independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, especialmente no tocante às ações de pesquisa e de ensino que associam teoria e prática e nas ações de extensão desenvolvidas juntamente à comunidade.

§1º As atividades complementares, são efetivadas de forma a propiciar aos discentes de graduação do curso de Serviço Social da FAMA Z o enriquecimento de sua formação profissional, podendo ser vivenciado no decorrer dos anos letivos do curso de bacharelado, exigindo-se um total de 100 (cem) horas/aula.

§2º As atividades complementares não compreendem as atividades acadêmicas e laborais desenvolvidas no Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e de atividade profissional.

Art. 4º As atividades complementares têm como principal objetivo possibilitar a relação e unidade entre teoria e prática, em experiências acadêmicas de pesquisa, extensão, produção científica, visitas orientadas, monitoria, participação em encontros, jornada acadêmica (CASS), seminários e congressos com apresentação de trabalho, disciplinas optativas, efetivando atividades formativas que deem expressividade a dimensão investigativa e interventiva como elemento fundamental na formação profissional do assistente social.

Parágrafo único: Nas atividades complementares as disciplinas optativas envolverão disciplinas oferecidas em outros cursos da própria Instituição de Ensino Superior - IES e de outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, ainda que esses conteúdos não estejam previstos no currículo do curso, mas nele poderão ser aproveitados porque circulam em um mesmo currículo, de forma interdisciplinar, e se integrarão com os demais conteúdos realizados.

CAPITULO III ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 5º As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, desenvolvidas durante todo o curso de Bacharelado em Serviço Social que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de conhecimentos, habilidades, e

competências desenvolvidas pelo (a) discente, inclusive adquirida fora do ambiente da IES, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente na efetivação de atividades de formação teórico-práticas e que possuam relações com o mercado do trabalho, com as ações de extensão junto à comunidade, hipóteses em que o(a) discente alarga experimentos e vivências acadêmicas, internas ou externas ao curso.

§1º com base nas Diretrizes Curriculares do Curso de Bacharelado em Serviço Social e na Resolução do CFESS nº 15/2002, o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, prevê a efetivação de 100 horas de *atividades complementares*, representando 15% da Carga Horária do curso.

§2º O instrumento balizador que institui os mecanismos efetivos de planejamento e acompanhamento das atividades complementares é o seu regulamento, objeto da Resolução COSUP nº 04/2009. Nele são previstas diversas atividades que serão desenvolvidas pelo(a) discente no sentido de garantir aos mesmos suportes diversos para a consolidação de suas formações epistemológicas, teóricas e práticas, em complementação ao cotidiano acadêmico desenvolvido em sala de aula.

§3º As atividades complementares obedecem aos seguintes princípios e diretrizes: complementar e sintonizar o currículo pedagógico vigente, bem como a formação social, humana e profissional; estimular as atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo e as atividades de assistência acadêmica e de iniciação científica e tecnológica; ampliar os horizontes do conhecimento bem como de sua prática para além da sala de aula; incentivar a convivência com as diferenças sociais e favorecer a tomada de iniciativa e o espírito ético e político dos o/a discentes.

§4º As 100 (cem) horas previstas para esta componente curricular, estão reunidas em 04 (quatro) grupos assim descritos: Grupo I (o/a discente adquire conhecimentos extracurriculares); Grupo II (o/a discente participa, ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de investigação científica e ensino); Grupo III (o/a discente produz e/ou apresenta trabalhos acadêmicos próprios) e Grupo IV (o/a discente desenvolve atividades relacionadas com responsabilidade social, ambiental, cultural, artística e esportiva).

§5º A contabilização da carga horária de cada atividade complementar observa a Resolução COSUP nº 04/2009, seguindo critérios de equivalência para validação da carga horária (CH), com equivalência na validação de até 40 (quarenta) horas, atividades com número superior não serão validadas, tendo como finalidade garantir a maior diversidade destas na formação acadêmica. É vedado, com base no Art.10º da referida Resolução, o cômputo concomitante ou sucessivo de

atividades consideradas obrigatórias para a concretização da carga horária exigida para prática das graduações. Para a integralização da carga horária mínima o/a discente deverá validar, pelo menos, 03 (três) atividades em categorias distintas das atividades complementares.

Art. 6º Para efetivação das atividades complementares a Resolução COSUP nº 04/2009, de 29 de setembro de 2009/FAMAZ, estabelece a seguinte organização dessas atividades formativas que os (as) discentes poderão optar para participar:

- a) Seminários integrados, simpósios, entre outros fóruns.
- b) Disciplinas optativas, estudos dirigidos que constam no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação e dos Planos de Ensino-Aprendizagem, além das disciplinas eletivas cursadas em outros cursos da FAMAZ e não computadas como disciplinas optativas.
- c) Atividades de extensão.
- d) Projeto de pesquisa.
- e) Monitoria em disciplina do curso de graduação matriculado
- f) Investigações Científicas Institucionais
- g) Participação em programas de assistência não computados na carga horária do estágio curricular supervisionado nem nas atividades práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.
- h) Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.
- i) Artigos relacionados ao curso específico publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros.
- j) Apresentação em eventos científicos de trabalhos relacionados ao curso de graduação.
- k) Participação em Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área orientados por professores do curso.
- l) Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sócio-políticos (OSCIPS, ONG's, Projetos Comunitários, Creches, Asilos etc).
- m) Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso de Graduação como Atividade Complementar.
- n) Comunicação Acadêmica de Serviço Social, que se constitui em atividade de avaliação complementar realizada semestralmente, tendo como objeto principal a iniciação científica dos (as) discentes, como atividade que integra as vivências de aprendizado adquiridas ao longo de cada semestre no curso.

Parágrafo único. O Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ promove, ao longo do ano letivo, atividades de naturezas diversas como cursos, palestras e seminários, atividades de atividades de extensão e de responsabilidade social, além do apoio à participação em eventos

acadêmicos externos.

PROCEDIMENTOS QUE COMPETEM A (O) DISCENTE:

Art.7º Cabe ao discente, encaminhar a documentação conforme previsto neste regulamento, entregando-o à Coordenação de curso, para lançamento da atividade e computação da respectiva carga horária.

§ 1º Os comprovantes e formulários deverão ficar arquivados na FAMAZ até a expedição do diploma de conclusão do curso de serviço social.

§ 2º A (o) discente deve guardar uma via do comprovante de atividade protocolada para validação da carga horária até a obtenção do seu diploma de graduado em serviço social.

Art.8º A coordenação de curso poderá exigir a qualquer tempo, sempre que houver dúvida ou insuficiência da documentação apresentada na realização de atividade, a apresentação de certificados de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatório de desempenho, relatórios circunstanciados e quaisquer outras provas ou documentos que permitam o efetivo acompanhamento e avaliação da respectiva atividade complementar.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos e decididos pela coordenação do curso de serviço social e colegiado do curso.

CAPITULO IV DA GESTÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 10º As atividades complementares terão sua gestão efetivada pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, que terão as seguintes atribuições:

I - Planejar, organizar, executar, acompanhar e avaliar as Atividades Complementares de acordo com este Regulamento;

II - Dispor este Regulamento aos discentes e orientá-los sobre o integral cumprimento das Atividades Complementares;

III - Receber, analisar, elaborar parecer e despachar os requerimentos dos (as) discentes alunos relativos às Atividades Complementares;

IV - Orientar os (as) discentes na apresentação de propostas de Atividades Complementares;

V- Registrar semestralmente as Atividades Complementares desenvolvidas pelos (as) discentes em impresso específico;

VI - Encaminhar à Secretaria do curso, semestralmente, o cômputo das horas realizadas pelos (as) discentes no referido período, para fins de lançamento no histórico escolar;

VII – Disponibilizar informações aos discentes de Serviço Social sobre as atividades complementares inclusive fora da FAMAZ;

VIII – Proporcionar, ao discente do Curso de Serviço Social, acesso a palestras, seminários, cursos, vídeos informativos e outras atividades afins;

IX – Fixar as regras de acesso dos (as) discentes para cada uma das atividades, limites de aproveitamento de horas cumpridas bem como estabelecer o número de discentes por atividade, critério de seleção, carga horária e pré-requisitos, entre outros;

X – Appreciar e decidir sobre a validação das atividades realizadas pelos (as) discentes para efeito de cumprimento das atividades complementares.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11 As atividades Complementares do/a aluno/a do Curso Bacharelado em Serviço Social reger-se-á pelo presente Regulamento.

Art. 12 Os casos não contemplados neste Regulamento são resolvidos pelo Colegiado de Curso, com base nas normas e regulamentos internos e, em grau de recurso, pelo Conselho Superior da FAMAZ.

Art. 13 Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**Dispõe sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação a ser elaborado pelos graduandos do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Metropolitana da Amazônia.**

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Serviço Social, com base nas Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação, Resolução COSUP Nº 007/2009, Resolução nº 29 de 31/3/2000, do Conselho Federal de Educação, no uso das atribuições estatutárias, resolve aprovar o presente Regulamento.

Considerando o panorama da formação profissional, as diretrizes a serem observadas para a construção e exposição do Trabalho de Conclusão de Curso, os objetivos e os pré-requisitos do TCC, visando aprimoramento da qualidade desejada na integralização das disciplinas que compõem o currículo do Curso de Serviço Social da FAMAZ.

Considerando que o TCC constitui-se no instrumento de síntese da formação discente, e que por meio deste documento se trabalha intelectualmente determinado objeto emergente do processo de ensino-aprendizagem.

Considerando que o TCC é uma exigência acadêmica contida nas Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação – MEC e nos cursos de graduação, sendo concebido como o veículo através do qual o aluno concretiza uma reflexão sobre interesses inscritos na formação e no exercício profissional, para além da conquista do título acadêmico.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O TCC promove condições para o aluno verificar seus avanços e limites quanto à sistematização de suas práticas de aprendizagem, às referências teórico-metodológicas internalizadas e assumidas durante o curso e à de projetos de pesquisa, tanto para instrumentalizar práticas quanto para produzir conhecimentos novos na área profissional, produzidos nos padrões acadêmicos e científicos com orientação de um docente e legitimado por uma banca examinadora.

Art. 2º Constituem objetivos do TCC:

I - Apreender o objeto pesquisado em suas dimensões históricas e materiais concretas, por meio de postura crítica e investigativa sobre a realidade, em sua dimensão de totalidade.

II- Desenvolver pesquisas acadêmicas e/ou científicas relevantes, que contribuam para a criação de novos conhecimentos no âmbito da formação e prática profissional, com ênfase na região amazônica.

III- Promover e estimular a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, como indissociáveis na produção de conhecimentos, que não se encerram com a conclusão do processo de graduação.

IV- Estimular o interesse pela pesquisa acadêmica, no sentido da busca constante por qualificação e aprimoramento profissional e intelectual dos(as) assistente(s) social(ais).

V- Desenvolver competências e habilidades que favoreçam a criação de instrumentos técnico-operativos, que possam ser compartilhados em diversos espaços de formação e prática profissional, valorizando assim, o conhecimento produzido na região.

CAPÍTULO II – DAS DISCIPLINAS TCC I e TCC II

Art. 3º. A realização do TCC constará da integralização da carga horária geral do curso e contempla duas disciplinas no currículo do curso.

I - A disciplina de TCC será desenvolvida em 100 (cem horas) no sétimo e oitavo semestres do curso, distribuídos em: Trabalho de Conclusão de Curso I – 40h (quarenta horas) e Trabalho de Conclusão de Curso II – 60h (sessenta horas).

II – A disciplina TCC será coordenada por um(a) professor(a) do Curso de Bacharelado em Serviço Social, com formação na área de Serviço Social, que será cadastrado na disciplina.

Art. 4º. A disciplina de TCC I constitui-se na elaboração orientada de um projeto de pesquisa. De modo que o/a discente possa delimitar um objeto de estudo, problematizá-lo e construir o projeto de pesquisa que será desenvolvido no semestre subsequente.

I – A elaboração do projeto na disciplina de TCC I, será desenvolvido em regra pelas duplas e excepcionalmente a elaboração do projeto poderá ser desenvolvido em trio, com um professor orientador.

II – Poderão ser orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Bacharelado em Serviço Social da FAMAZ, com formação em Serviço Social e com experiência ou afinidade com a temática desenvolvida.

III – Ao final do sétimo período as/os discente, em duplas ou em trio, deverão submeter o seu projeto de artigo a ser defendido em banca de qualificação.

§1º As duplas deverão ser formadas por discentes regularmente matriculados no mesmo turno. Não serão aceitas duplas formadas por discentes de turnos distintos.

§2º A mudança do tema inicialmente proposto ou a mudança de orientador ou a diluição do grupo de discentes inscritos, somente ocorrerá com o conhecimento prévio do orientador e mediante elaboração de nova inscrição da proposta na disciplina de TCC I.

§3º Deverá ser feita a comunicação formal por escrito, da mudança de tema, mudança de orientador e/ou diluição de grupo discente, a qual deverá incluir a motivação, a solicitação de aceitação do pedido e a realização de nova inscrição submetida ao Docente responsável pela disciplina de TCC I e/ou TCC II que o remeterá a coordenação do curso para decisão conjunta.

§4º O discente só poderá ser matriculado na disciplina TCC-II se tiver sido aprovado por banca de qualificação na disciplina TCC-I.

CAPÍTULO III – DIRETRIZES GERAIS

Art. 5º Os TCC I e TCC II compõem-se dos seguintes documentos:

I – matrícula na disciplina de TCC-I ou TCC-II;

II – ficha de inscrição (ANEXO 1) preenchida e assinada pelo orientador e entregue ao Coordenador da Disciplina;

III – TCC I redigido na forma de projeto de pesquisa, de acordo com as normas deste regulamento e outras normas que se aplicarem;

IV – TCC II redigido na forma de artigo científico de acordo com as normas deste regulamento e outras normas que se aplicarem;

V – formulário de avaliação da defesa pública perante banca de qualificação do TCC-I;

VI – formulário de avaliação da defesa pública perante banca examinadora do TCC-II;

VII – entrega da versão final do TCC-I e/ou TCC-II, incorporando as alterações demandadas pela banca.

Art. 6º. Os temas sociais que correspondem à realidade, objeto de intervenção social são bases na direção das linhas de pesquisa e respectivos eixos temáticos:

I- Política Social, Estado e Sociedade Civil;

II- Trabalho e Serviço Social;

III- Relações Sociais, Identidade e Cultura;

IV- Questão Social e Expressões da Questão Social;

V- Formação Profissional e Serviço Social.

§1º A escolha do tema para desenvolvimento do TCC, deverá estar inserido em umas das linhas de pesquisa acima especificadas.

§2º Os temas são escolhidos livremente pelas (os) discentes que elaborarão o trabalho.

§3º O tema poderá ser escolhido a partir de um projeto de pesquisa elaborado pelos (as) discentes ou a partir de experiência de estágio discente, desde que seu conteúdo possua caráter científico e esteja vinculado ao campo de estágio e/ou pesquisa e extensão no qual se insere o discente e sob orientação de um(a) docente(a) supervisor(a) acadêmico(a).

§4º Não será permitida a orientação de dois ou mais TCC I e/ou TCC II com o mesmo título ou objetivos, por um mesmo orientador, no mesmo período.

Art. 7º. O TCC deverá ser apresentado sob a forma de artigo científico, texto dissertativo, produto do processo investigativo sobre determinado objeto de estudo, sob orientação de professor-orientador.

Parágrafo único: As atribuições do professor-orientador, bem como. do discente e do/a Coordenador/a do curso, encontram-se regulamentadas neste documento e na Resolução COSUP Nº 007/2009, as quais devem ser atentamente observadas.

I – O artigo deve estar em acordo com o Artigo 20 e o Anexo II referente às diretrizes específicas, que evidencia o processo pelo qual o discente sistematiza questões teóricas e práticas pertinentes à profissão a partir dos quais serão analisados os trabalhos, sendo que a ausência desses elementos desqualifica o TCC enquanto artigo.

II – Essa construção realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, conforme normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, devendo conter no mínimo 20 e no máximo 30 laudas.

Art. 8º. O discente deverá manter contato semanal com o orientador.

§1º É responsabilidade do docente orientador, realizar a frequência semanal, que deverá ser entregue ao Coordenador da disciplina de TCC TCC-I e/ou TCC-II em um relatório mensal de orientação, bem como o acompanhamento das atividades de elaboração e desenvolvimento do TCC-I e/ou TCC-II (ANEXO III).

§2º A ausência desmotivada do discente poderá acarretar sua reprovação por faltas.

§3º É dever do orientador o cumprimento do calendário de entrega do relatório de frequência. Não serão aceitos relatórios entregues fora do prazo estipulado pelo Docente responsável pela disciplina de TCC.

Art. 9º. O TCC deverá ser entregue impresso e encadernado em espiral ou similar, além de uma cópia digitalizada, após a revisão da ortografia, das normas da ABNT e do conteúdo.

Art. 10. O discente será avaliado nas disciplinas TCC-I pela sua frequência nas orientações e a nota da qualificação do projeto, examinada por banca examinadora; TCC-II, pela frequência nas orientações e a nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Podendo reprovar nessas por faltas e/ou notas, em acordo com o Regimento Interno da IES.

CAPÍTULO X – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11. São atribuições do orientador de TCC:

I – Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC-I e do TCC-II, em todas as suas fases;

II – Estabelecer o plano e o cronograma de trabalho para desenvolvimento do TCC-I e TCC-II, em consonância com o orientando;

III – Informar ao orientando sobre normas, procedimentos e critérios de avaliação do TCC;

IV – Sugerir a composição da banca examinadora (ANEXO 4);

V – Compôr banca examinadora do trabalho orientado, na qualidade de presidente, registrando as demandas da banca examinadora;

VI – Registrar na folha individual a presença, bem como, as faltas discentes (ressalta-se a existência de normativa, quanto às faltas justificadas, no Regimento Interno desta IES) e as atividades realizadas durante o acompanhamento das orientações;

VII – Avaliar o TCC, incluindo a ocorrência de plágio, encaminhando-o ou não à banca examinadora;

VIII – Receber, depois da defesa, o(s) TCC(s) corrigido(s) e avaliar se as demandas da banca examinadora foram ou não atendidas pelo(s) discente(s);

X – Participar das bancas examinadoras;

Art. 12 – Compete ao Orientando:

I – definir a temática do TCC;

II – informar-se sobre as normas e regulamento do TCC;

III – cumprir as normas e o regulamento do TCC;

IV – cumprir as normas estabelecidas para trabalhos acadêmico-científicos do Manual da FAMAZ;

V – cumprir o plano e o cronograma estabelecidos, em conjunto com o seu orientador, para execução do TCC-I e TCC-II;

VI – cumprir os prazos que constam no cronograma da disciplina TCC;

VIII – comparecer às reuniões convocadas pela Supervisão do TCC;

IX – frequentar a orientação docente semanal;

X – entregar na data estipulada 3 (três) vias encadernadas do TCC-I para a avaliação final, 3 (três) vias do TCC-II para a avaliação final e as cópias virtuais (".pdf") dos referidos trabalhos.

Art. 13 Compete ao professor Coordenador da disciplina de TCC:

I - Receber e organizar todos os documentos, das duplas ou trios, componentes das disciplinas de TCC I e II, regulamentadas no artigo 5º;

II - Receber os possíveis temas do projeto de TCC e articular a distribuição com os professores orientadores;

III - Organiza a turma em duplas e excepcionalmente em trios;

IV - receber a comunicação formal por escrito, da mudança de tema e/ou mudança de orientador e/ou diluição de grupo discente para deliberação conjunta com a coordenação do curso;

V- O professor responsável pela disciplina de TCC fará o controle da frequência discente e aproveitamento da disciplina através do registro de faltas no sistema de notas e faltas;

VI - Organizar a realização e composição das bancas de qualificação e de defesa do TCC, conforme indicação do professor orientador;

VII - Compete ao docente responsável pela disciplina TCC receber os envelopes, contendo as fichas de avaliação da banca examinadora e da qualificação, para consolidar as avaliações do TCC-I e/ou TCC-II, emitindo a nota final do TCC-I e/ou TCC-II, a qual será registrada no sistema de notas e faltas desta IES.

Art. 14 A avaliação do TCC compreende:

I – acompanhamento contínuo pelo professor responsável pela disciplina do TCC;

II – orientações feitas pelo docente orientador (relatórios mensais de frequência semanal de orientação);

III – avaliação do TCC com nota atribuída pela banca de qualificação e examinadora.

Art. 15 A aprovação do discente, nas disciplinas TCC-I e/ou TCC-II, estará condicionada a:

I – relatórios de frequência entregues pelo orientador, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas orientações;

II – a entrega e defesa pública dos TCC-I e/ou TCC-II;

III – entrega da versão final do artigo científico (TCC-II); (iv) média mínima 7,0 (sete) nas disciplinas TCC-I e/ou TCC-II.

CAPÍTULO IV – DA BANCA EXAMINADORA

Art. 16 Todos os TCCs, após aprovação do professor-orientador serão submetidos à análise e avaliação de Banca Examinadora composta por 03 (três) membros, sendo um destes o orientador (Presidente da Banca), conforme a área temática objeto da pesquisa, indicados pelo orientador e designados pela Coordenação, dentre professores habilitados para essa tarefa, do quadro

docente da FAMAZ ou de outra IES.

§1º - Somente 1 (um) dos componentes da banca examinadora poderá ser externo à FAMAZ, desde que preencha os seguintes requisitos:

I – ser graduado na área do conhecimento;

II – ter conhecimento deste Regulamento de TCC;

III – que sua indicação seja aprovada pelo Professor responsável pela disciplina do TCC.

§2º A defesa pública e oral dos trabalhos deverá acontecer, obrigatoriamente, nas instalações da FAMAZ, em data, hora e local estipulados pela Coordenação do curso.

§3º Só poderá participar da apresentação pública, o discente que obtiver aprovação preliminar do trabalho pelo orientador, o que inclui a exclusão de plágio no TCC a ser defendido.

Art. 17. O/A discente deverá apresentar o TCC, em três vias impressas e uma em formato “pdf” mídia digital (CD), para julgamento de banca examinadora, com no mínimo 15 (quinze) de antecedência, considerando a data prevista para defesa da pública do TCC.

§1º Caso a entrega não ocorra no momento oportuno, o discente terá até sete dias corridos após esta data para entregar o TCC, no entanto, o valor máximo a ser atribuído ao trabalho será de 8,0 (oito) pontos.

§2º Os trabalhos entregues após os sete dias de prazo previsto nos parágrafos 3º e 5º, deste artigo, não serão aceitos para reavaliação, ficando o discente automaticamente reprovado na disciplina TCC-I e/ou TCC-II.

§ 3º Após a divulgação da nota atribuída pela banca examinadora ao TCC (média aritmética das notas dos dois avaliadores), caso o trabalho tenha sido reprovado (nota inferior a 7,0 pontos), o discente terá o prazo de sete dias corridos para providenciar as correções e/ou alterações sugeridas pela banca examinadora, para que o trabalho possa ser reavaliado e uma nova nota seja atribuída pelos avaliadores. Contudo, a reavaliação não assegura a aprovação do discente na disciplina TCC.

§4º O(s) discente(s) reprovado(s) na disciplina TCC-I e/ou TCC-II poderão solicitar revisão da nota atribuída ao trabalho (via protocolo). Após o recebimento da solicitação, a Supervisão do TCC realizará a composição de nova banca examinadora (dois docentes desta IES), para revisão da nota atribuída. A revisão de nota não assegura a aprovação do(s) discente(s) na disciplina TCC-I ou TCC-II

Art. 18. A entrega do TCC, para avaliação e aprovação, são requisitos essenciais à colação de grau do Bacharel em Serviço Social.

Art. 19. O/A discente deverá comparecer em dia, hora e local determinado pela Coordenação do Curso para apresentar e defender a versão final do seu TCC, perante banca examinadora.

Art. 20 - A avaliação do, TCC I, será feita numericamente em escala de 0 (zero) a 10 (dez), em ficha de avaliação específica, como resultado de consenso da banca examinadora, conforme itens especificados no Anexo 6.

Art. 21. A avaliação do, TCC II, será feita numericamente em escala de 0 (zero) a 10 (dez), em ficha de avaliação específica, como resultado de consenso da banca examinadora, conforme itens especificados no Anexo 7.

Art. 22 Na apresentação oral e arguição deverão ser observados os seguintes critérios

especificados no Anexo 7.

Art. 23 Ao final das etapas de apresentação e arguição do TCC-I e/ou TCC-II os membros da banca examinadora se reunirão para deliberar sobre a avaliação e nota final do trabalho, preenchendo a ficha de avaliação e a ata de defesa.

CAPÍTULO V – PLÁGIO OU FRAUDE

Art. 24 A constatação de plágio ou fraude por parte da banca examinadora ou do orientador, por ocasião das avaliações formais, implicará na reprovação sumária do(s) discente(s).

§ 1º Nos casos de plágio evidenciado pelo docente orientador, o mesmo deverá relatar formalmente (por escrito) ao professor responsável pela disciplina de TCC, destacando a evidência no corpo do texto do TCC-I e/ou TCC-II e anexar à comprovação do plágio.

§2º O(s) discente(s) cujo trabalho for evidenciado plágio pelo docente orientador será(ão) convocado(s) pela Coordenação de Curso, para assinar documento em que confirme estar ciente do fato e das consequências da continuidade do plágio.

§ 3º Nos casos de plágio evidenciado pela banca examinadora, os membros da banca deverão destacar a evidência no corpo do texto do TCC-I e/ou TCCII e anexar à comprovação do plágio.

§ 4º O(s) discente(s) cujo trabalho for evidenciado plágio pela banca examinadora será(ão) convocado(s) pela Coordenação de Curso, juntamente, com o docente orientador para tomar ciência dos fatos (por escrito).

§ 5º Trabalhos com plágio evidenciado pela banca examinadora no TCC-I e/ou TCC-II receberão nota 0,0 (zero).

§ 6º Será dado o prazo de 20 (vinte) dias para revisão do trabalho plagiado e reavaliação pela banca examinadora. Sanado o plágio, o trabalho será reavaliado. Caso o plágio permaneça, a nota 0,0 (zero) permanecerá e o TCCI e/ou TCC-II será reprovado.

§ 7º A reavaliação do trabalho plagiado não assegura a aprovação discente na disciplina TCC-I e/ou TCC-II.

§ 8º O plágio é ilícito administrativo, de caráter cível, que deve ser caracterizado em caráter objetivo, sendo irrelevante a verificação da boa-fé do autor.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 São garantidos todos os direitos autorais aos autores do Trabalho de Conclusão de Curso, condicionados à citação do nome do orientador toda vez que mencionado, divulgado, exposto e publicado.

Art. 26 Este documento é complementar à Resolução COSUP nº 007/2009, que regulamenta: atribuição do colegiado, do coordenador, do professor orientador, dos alunos, etapas do TCC, estrutura do TCC, mudança de tema do TCC, Banca Examinadora (composição, conceito, tempo para exposição e para arguição), dentre outros.

Art. 27 Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, para o Conselho Superior-COSUP da FAMAZ.

Art. 28 Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho do Curso de Bacharelado Serviço Social.

Belém, 18 de janeiro de 2013

Assinatura

ANEXO 1
FICHA DE INSCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título:

Orientador:

Discente (1):

Discente (2):

Discente (3):

Síntese do TCC:

Pelo presente documento, em duas vias, as partes competentes assinam a presente ficha de inscrição do TCC___, comprometendo-se a desenvolvê-lo, após a homologação desta inscrição pela Supervisão do TCC, de acordo com as normas constantes no Regulamento do TCC da FAMAZ e outras normas internas da FAMAZ aplicáveis.

Orientador:

Contatos:

Telefone:

E-mail:

Discente (1):

Discente (2):

Discente (3):

Professor responsável pela disciplina de TCC:

ANEXO 2

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO

1) na primeira página do texto, deve incluir somente o título do trabalho em versal (maiúscula) negrito e centralizado, com no máximo 45 toques, e resumo de até 250 palavras em português, acompanhado das palavras chaves que identifiquem o conteúdo, a 5 centímetros da margem esquerda, sem parágrafos e, logo abaixo, sua versão para o inglês (Abstract), desde o título do artigo, com as respectivas palavras chaves (Keywords);

2) o corpo do artigo deve começar com a INTRODUÇÃO, seguida das demais seções primárias, enunciadas por títulos digitados em versal (maiúsculas), em negrito e sem numeração, ajustados à margem esquerda;

3) Os títulos das seções secundárias, também ajustados à margem esquerda, deverão ser digitados com letras minúsculas, em negrito, com o mesmo corpo do texto, exceto a inicial e os nomes próprios que devem ser maiúsculas;

4) Os títulos das demais seções (terciárias, quaternárias etc.) deverão ser digitados utilizando outros recursos, tais como: redondo (minúsculas) ou itálico, em corpo menor que o do texto. Deve-se deixar um espaço duplo entre os parágrafos que se seguem aos títulos das seções.

5) Ordem de apresentação

Título e resumo no idioma do respectivo artigo.

a) Os títulos com, no máximo, 10 palavras.

b) O resumo, em conformidade com a NBR 6028, traz a identificação do objeto, dos objetivos, metodologia e a principal conclusão. Deve ter até 900 caracteres (com espaço). As palavras-chave, após o resumo, entre 3 (três) a 5 (cinco) devem estar separadas entre si por ponto. c)

Título, resumo e palavras-chave em inglês. Citações e referências (bibliografia)

6) Citações, conforme a NBR-10520, de agosto de 2002:

As citações devem ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data.

Citações diretas, literais ou textuais

Inseridas no texto: As citações breves (até três linhas) são incluídas no próprio texto, entre aspas.

Em destaque:

As citações com mais de três linhas aparecem em parágrafo(s) destacado(s) do texto corrido (recuada para a linha do parágrafo na margem esquerda e margem direita igual à do texto), corpo 10, em espaçamento interlinear simples).

Citações indiretas: A fonte também deverá ser citada (autor, data, página) dentro do próprio parágrafo em que estão expostas as ideias do autor ou ao final do mesmo sob forma de nota bibliográfica.

Nome do autor da obra, para os dois casos acima: 1. no corpo do texto (grafia normal para nomes próprios). Exemplo: Segundo Mota (1997, p. 87), "O conhecimento acadêmico [...]"; 2. entre parênteses, em caixa alta. Exemplo: "O conhecimento acadêmico [...]" (MOTA, 1997, p. 87).

7) Referências Conforme a NBR 6023, de agosto de 2002.

Somente dos documentos efetivamente citados no trabalho.

Alguns exemplos:

Monografia no todo

(inclui livro, teses, dissertações, entre outros)

SANTOS, M. B. dos. Estatuto da Cidade: uma arma contra os inimigos. São Paulo: Ed. de Direito, 2001.

Parte de monografia

(Inclui capítulo, volume, fragmento e outras partes de uma obra com autor(es) próprios e/ou título próprios)

SAWAIA, B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 115-134.

Legislação em meio eletrônico

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 12 set. 2002.

Publicação periódica

ARGUMENTUM. Vitória: Edufes, 2009-. Semestral.

Parte de revista

NOGUEIRA, V. R. À margem da lei. Revista Katálysis. Florianópolis: EDUFSC, v. 7, n. 2, p. 122-135, jul./dez. 2003.

Artigo e/ou matéria de jornal

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 jun., 1999. Folha de Turismo, Caderno 8, p.13.

Artigo e/ou matéria de jornal em meio eletrônico

ARRANJO Tributário. Diário do Nordeste Online. Fortaleza, 27 nov. 1998. Disponível em: (colocar o endereço URL ativo). Acesso em: 25 ago. 1998.

Evento

SOUZA, L. et al. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCOS DE DADOS, 9., 1994. São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 1994, p. 3-4.

8) Uso de siglas: Quando aparecem pela primeira vez no texto devem apresentar primeiro a forma completa e depois a sigla entre parênteses.

Exemplo: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS).

9) Desenhos, fluxogramas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, tabelas e outros:

Devem estar inseridos no texto e não em seu final. Usados apenas quando for absolutamente necessário à clareza do texto, devem ser apresentados o mais próximo possível dos trechos a que se referem, numerados em algarismos arábicos, acompanhados de título e fonte na parte inferior da respectiva ilustração. Quando couber, relacionar esta fonte na lista de referências. Observar os procedimentos éticos em relação à fotografias.

ANEXO 3
RELATÓRIO MENSAL DE TCC

Período (mês/semestre): _____ / _____.

Título do Projeto de TCC:

Especificação das atividades:

Atividade n.º _____

Descrição das atividades realizadas:

Data: _____ / _____ / _____

Ass. Orientador: _____

Discente (1): _____

Discente (2): _____

Atividade n.º _____

Descrição das atividades realizadas:

Data: _____ / _____ / _____

Ass. Orientador: _____

Discente (1): _____

Discente (2): _____

ANEXO 4
Indicação de Banca Examinadora

À Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social

À Professora Responsável pela disciplina 'Trabalho de Conclusão de Curso' (TCC):
Profa.

ASSUNTO: Indicação de Banca Examinadora

Prezadas Senhoras,

Na condição de orientador(a) do(s) discente(s)

_____, encaminho a sugestão de composição da Banca Examinadora, do
Projeto de Pesquisa ou Artigo Científico – TCC I/II, intitulado:

Membro Titular (1): Prof (a)

Instituição:

Membro Titular (2): Prof (a)

Instituição:

Atenciosamente,

Prof (a) Orientador (a)

ANEXO 5 ROTEIRO DE PROJETO DE PESQUISA SOCIAL

**CAPA
CONTRA CAPA
SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO

Texto sucinto que poderá contar com memorial, objetivo, problema e outras informações gerais que introduza o documento. No máximo uma lauda

2. JUSTIFICATIVA

Deve construir uma análise histórica sociopolítica e econômica acerca do problema construído para o tema, considerando o marco legal e descrição do objeto de pesquisa.

Nesse momento se evita categorias e conceitos, pautando a análise numa abordagem que expresse a relevância teórica e social do problema formulado em relação ao tema.

3. PROBLEMA DE PESQUISA

O problema de pesquisa deve ser:

- Formulado como uma pergunta;
- Delimitado a uma dimensão viável (tempo, espaço e sujeitos);
- Deixando explícito o significado com que estão sendo utilizados;
- Preciso, ou seja, deixar claro os limites de sua aplicabilidade;

4. OBJETIVOS

Geral: deve ser expressão de resultado que se deseja alcançar a partir do problema. Assim se deve expressar o problema que se pretende resolver com o desenvolvimento da pesquisa.

Específico: são desdobramentos de como será viabilizado o objetivo geral, tendo cuidado para não propor muitos objetivos (máximo 3 a 4) pois cada objetivo específico demandará na metodologia um conjunto de atividades para sua efetivação.

5. REFERENCIAL TEORICO

O referencial teórico fundamentará teoricamente a análise dos dados da pesquisa, com definição de categorias analíticas.

6. METODOLOGIA

Aqui são disponibilizados os métodos e as técnicas que serão utilizados na pesquisa, definidos com base no problema formulado e objetivos.

7. CRONOGRAMA

Traça o tempo necessário para efetivação da pesquisa.

8. REFERÊNCIAS

9. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO 6
FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA SOCIAL (TCC I)

TÍTULO:	
DISCENTES:	
ORIENTADOR:	
MEMBROS DA BANCA AVALIADOR 1/INSTITUIÇÃO: AVALIADOR 2/INSTITUIÇÃO:	
DATA DA DEFESA:	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PONTOS
Justificativa e Problema (3,0) - Construção de uma análise histórica sociopolítica e/ou econômica acerca do problema, considerando o marco legal e descrição do objeto de pesquisa. - Clareza quanto à relevância da pesquisa - Formulação de uma pergunta de pesquisa de forma viável (tempo, espaço e sujeitos) de maneira contextualizada e crítica.	
Objetivos Geral e Específico (2,0) Geral: Deve expressar com clareza o que se pretende alcançar com o desenvolvimento da pesquisa. Específico: são desdobramentos de como será viabilizado o objetivo geral, tendo cuidado para não propor muitos objetivos (máximo 3 a 4), pois cada objetivo específico demandará na metodologia um conjunto de atividades para sua efetivação.	
Referencial teórico (2,0) Fundamentação teórica da análise dos dados da pesquisa, com definição de categorias analíticas.	
Metodologia (2,0) Explicação dos métodos e as técnicas que serão utilizados na pesquisa, definidos com base no problema formulado e objetivos.	
Referências (1,0) O referencial bibliográfico citado está de acordo com as normas da ABNT e correspondente ao que foi apresentado no conteúdo do Projeto.	
NOTA FINAL	

ATA DE QUALIFICAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
TCC I / 7º PERÍODO / PROJETO DE PESQUISA

Aos dias _____ do mês de junho do ano de 2016 o/a(s) discentes: _____

_____ apresentaram o projeto de pesquisa intitulado:

_____,
em banca de qualificação, para o curso de Bacharelado em Serviço Social, da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), obtendo **NOTA FINAL** _____ (_____), sendo considerado _____ conforme banca examinadora.

Banca Examinadora

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Examinador I

Professor(a) Examinador II

Discentes

ANEXO 7
FICHA DE AVALIAÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO (TCC 2)

TÍTULO:		
DISCENTES:		
ORIENTADOR:		
BANCA AVALIADORA:		
AVALIADOR 1/INSTITUIÇÃO:		
AVALIADOR 2/INSTITUIÇÃO:		
DATA DA DEFESA:		
1	CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DO ARTIGO (6 PONTOS)	NOTA
1.1	Problema de pesquisa e a justificativa do trabalho.	
1.2	Referencial teórico focado, fazendo uso de diferentes autores e abordagens.	
1.3	Adequação da metodologia utilizada	
1.4	A conclusão contempla o problema de pesquisa levantado	
1.5	O texto indica as limitações do trabalho e faz sugestões para outros estudos na área temática.	
1.6	Apresentação sistematizada do trabalho final de acordo com as normas indicadas pela ABNT	
Total 1		Nota

2	CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DOS DISCENTE (4 PONTOS)	NOTA
2.1	Segurança e desenvoltura na apresentação oral	
2.2	Clareza na exposição e coerência argumentativa	
2.3	Satisfação dos quesitos formulados em arguição	
2.4	Respeito ao tempo de apresentação	
NotaTotal 2		

NOTA FINAL	_____	+	_____	
	NOTA TOTAL 1		NOTA TOTAL 2	

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
TCC II / 8º PERÍODO / ARTIGO CIENTÍFICO

Aos dias _____ do mês de _____ do ano de 2016 o(s) acadêmico(s): _____

_____ apresentaram o artigo científico intitulado: _____

_____, em banca de defesa, para o curso de Bacharelado em Serviço Social, da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), obtendo **NOTA FINAL** _____ (_____), sendo considerado _____ conforme banca examinadora.

Banca Examinadora

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Examinador I

Professor(a) Examinador II

Discentes
